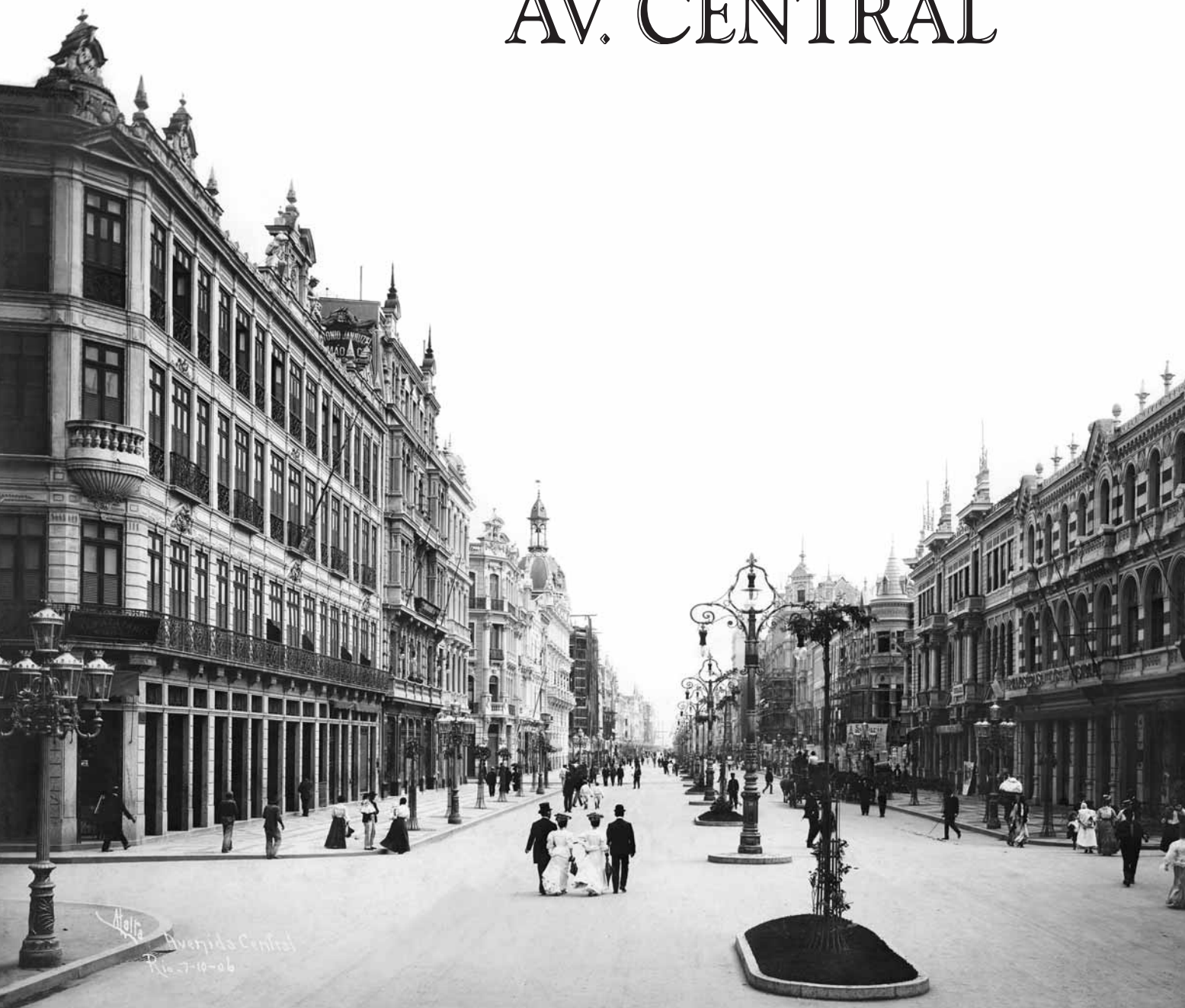


RIO DE JANEIRO

— na época da —

AV. CENTRAL



Alta
Avenida Central
Rio - 7-10-06

RIO DE JANEIRO
— na época da —
AV. CENTRAL

BEĨ

Coordenação geral
BEI

Coordenação, projeto editorial e gráfico
Conteúdo Expresso

Pesquisa e texto
Glória Kok

Edição de texto
Marcus Venício Toledo Ribeiro

Revisão
Telma Baeza Gonçalves Dias
Marilu Maranhão Tassetto

Consultoria e edição de imagens
Maria Inez Turazzi

Agradecimentos
Instituto Moreira Salles

Parceiros
Instituto Unibanco e Instituto Telemar

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Kok, Glória
Rio de Janeiro na época da Av. Central / Glória Kok. — São Paulo: Bei
Comunicação, 2005.

Bibliografia.
ISBN 85-86518-57-3

1. Rio de Janeiro (RJ) - História I. Título.

05-5966

CDD-981.531

Índice para catálogo sistemático:

1. Rio de Janeiro: Cidade: História 981.531

SUMÁRIO

Introdução	5
PARTE I: O RIO ANTIGO	9
CAPÍTULO 1: FLASHES DA CIDADE	9
Traçados coloniais	9
Explosão demográfica	16
Crescimento urbano e transportes públicos	20
CAPÍTULO 2: CONTRASTES URBANOS	25
Habitações populares	25
Os “males tropicais”	32
PARTE II: A “REGENERAÇÃO” DA CIDADE	36
CAPÍTULO 1: A REFORMA URBANA DE PEREIRA PASSOS	36
O imaginário do progresso	36
Grandes obras na paisagem urbana	40
A modernização urbana e os velhos costumes	44
CAPÍTULO 2: O “BOTA-ABAIXO”: A CIDADE EM RUÍNAS	51
O canteiro de obras	52
A força das picaretas	55
CAPÍTULO 3: A REVOLTA DA VACINA	59
Medidas sanitárias e de higienização	59
A multidão rebelada	63
Depois da Revolta	66
CAPÍTULO 4: A CONSTRUÇÃO DO BOULEVARD TROPICAL	67
Valorização imobiliária	67
Concurso de fachadas	69
Os novos edifícios	71
Infra-estrutura	76
As inaugurações	77

PARTE III: OS CARIOCAS E SEUS NOVOS COSTUMES	81
CAPÍTULO 1: A BELLE ÉPOQUE NA AVENIDA CENTRAL	81
Os novos costumes	81
Os tipos humanos	83
Consumo de produtos de luxo	86
Espaços de convívio	87
Vida noturna	88
Outra face da avenida: palco das multidões	90
CAPÍTULO 2: NOVOS HÁBITOS URBANOS	93
Em cena os automóveis	93
Vida cultural	95
Cinema	96
Teatro	98
Ritmos cariocas	99
Imprensa	100
Valorização da saúde e do corpo	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
Notas e referências	106
Bibliografia	109

INTRODUÇÃO



Panorama da área central do Rio de Janeiro, tomado da ilha das Cobras, c. 1890
Marc Ferrez

Na aurora do século xx, o centro do Rio de Janeiro, já então capital da República, ainda preservava muito de seu velho aspecto colonial: ruas estreitas e mal-iluminadas, antigos prédios transformados em pobres habitações coletivas, profusão de vendedores ambulantes e mendigos, hábitos precários de higiene, agravados pela falta de serviços adequados de saneamento. A deficiência desses serviços e a elevada densidade populacional favoreciam os constantes surtos de doenças pestilenciais como a febre amarela, a peste bubônica, a varíola, e também a tuberculose, doença que incidia principalmente sobre a massa trabalhadora, então em crescimento na cidade.

Confinado entre quatro morros – Castelo e Santo Antônio na extremidade sul, Conceição e São Bento ao norte –, o velho centro era cada vez mais habitado por gente simples, pois as famílias abastadas, desde o final do século xix, vinham se mudando para as novas freguesias (nome que se dava aos distritos em que se dividia a cidade) das zonas sul e norte. Desejosas de uma capital à altura das remodeladas cidades européias, como Paris e Londres, as elites não tinham dúvidas: o “atraso”, a “desordem”, a “barbárie”, a “feiúra” deviam dar lugar ao “progresso”, à “ordem”, à “civilização”, à “beleza”.

“Por isso, quando assumiu a presidência da República em 1902, com o país em boa situação financeira, o cafeicultor paulista Rodrigues Alves declarou:

Aos interesses da imigração, dos quais depende em máxima parte o nosso desenvolvimento econômico, prende-se a necessidade do saneamento desta capital. É preciso que os poderes da República, a quem incumbe tão importante serviço, façam dele a sua mais séria e constante preocupação... A capital da República não pode continuar a ser apontada como sede da vida difícil, quando tem fartos elementos para constituir o mais notável centro de atração de braços, de atividades e de capitais nesta parte do mundo.¹



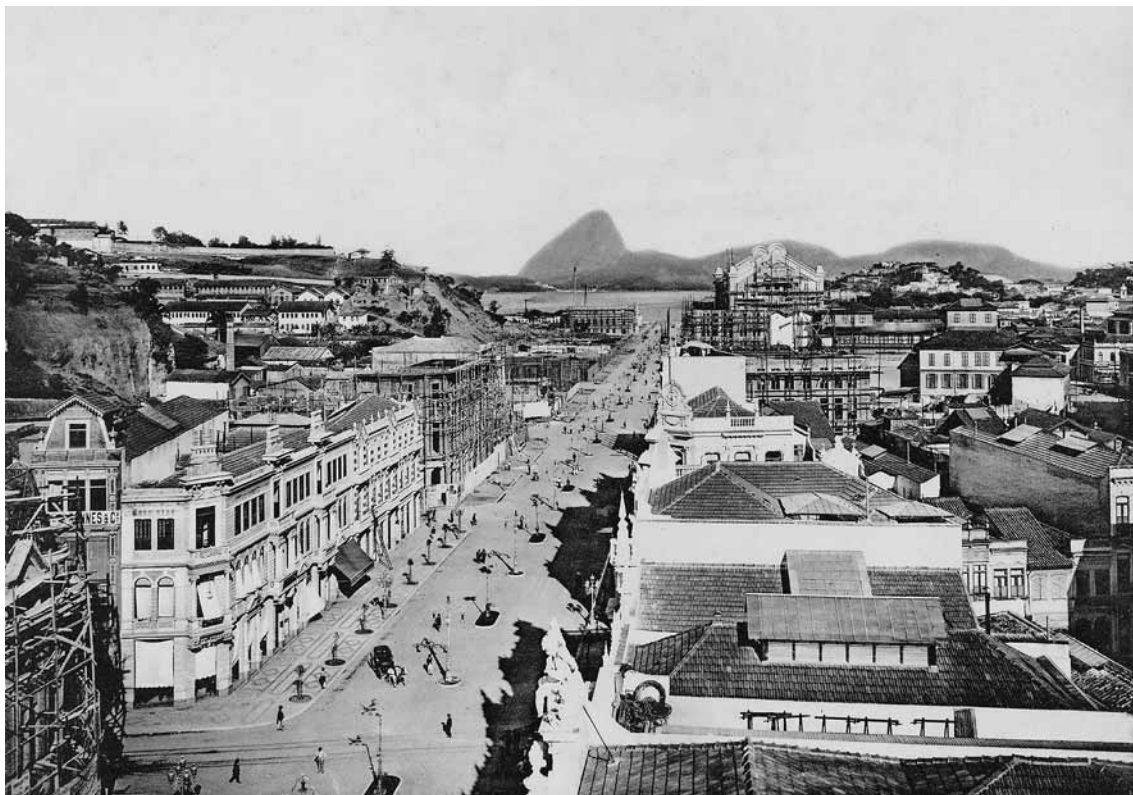
**Panorama do Rio de Janeiro
tomado ao alto
do Corcovado, c. 1885**

Rio de Janeiro
Marc Ferrez

Em nome de interesses econômicos – atrair créditos e estimular o comércio com a Europa e os Estados Unidos – e político-ideológicos – afirmar o poder da elite republicana –, era urgente concretizar a aspiração, no fundo já nutrida desde as últimas décadas do Império, de modernizar a capital brasileira. Para comandar as obras de remodelação, saneamento e embelezamento, Rodrigues Alves nomeou alguns engenheiros notáveis para postos-chave da administração pública: Francisco Pereira Passos, para a prefeitura da cidade, então capital federal; Lauro Severiano Müller, para ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas;

**A avenida Central e seus
edifícios, ainda em construção,
tendo ao fundo o Pão de
Açúcar, c. 1905-1906**

Marc Ferrez



Francisco de Paula Bicalho, para diretor técnico da Comissão das Obras do Porto do Rio de Janeiro; e André Gustavo Paulo de Frontin, para presidente da Comissão Construtora da avenida Central, via extensa e moderna que rasgou o coração da cidade, ligando o largo da Prainha (atual praça Mauá), à praia de Santa Luzia. Em 1912, a avenida Central passaria a se chamar avenida Rio Branco, em homenagem ao diplomata e ministro das Relações Exteriores de Rodrigues Alves, o barão do Rio Branco, falecido naquele ano.

Com 1.800m de comprimento e 33m de largura, a avenida Central tornaria-se o centro comercial e financeiro da capital e também símbolo de uma cidade moderna e “civilizada”. Sua construção, que se estendeu de 8 de março de 1904 a 15 de novembro de 1905, ocasionou o fim de muitas ruas e a demolição de cerca de seiscentos prédios, afetando duramente a vida de centenas de famílias.

Contar a história de sua construção e de suas repercussões na vida da cidade é recuperar um pouco da memória de um Rio que passou por intensas transformações em tão pouco tempo. Esse tem sido um dos períodos mais estudados e debatidos pela historiografia da cidade do Rio de Janeiro nas últimas décadas, o que, de um lado, favorece de imediato qualquer pesquisa nessa área e, de outro, coloca também o desafio de se chegar a uma síntese abrangente e multifacetada dessas diversas contribuições para a constante reflexão sobre o passado da cidade, seu cotidiano e seu futuro.

**A avenida Central,
já plenamente integrada
à paisagem carioca, c. 1910**
Marc Ferrez & Filhos





A avenida, rebatizada em homenagem ao barão do Rio Branco, vista em direção ao cais do porto, c. 1915-1920

José dos Santos Affonso

PARTE I: O RIO ANTIGO

Mas tudo cansa, até a solidão. Aires entrou a sentir uma ponta de aborrecimento; bocejava, cochilava, tinha sede de gente viva, estranha, qualquer que fosse, alegre ou triste. Metia-se por bairros excêntricos, trepava aos morros, ia às igrejas velhas, às ruas novas, à Copacabana e à Tijuca. O mar ali, aqui o mato e a vista acordavam nele uma infinidade de ecos, que pareciam as próprias vozes antigas.

Machado de Assis, *Esaú e Jacó*

CAPÍTULO 1: FLASHES DA CIDADE

*Rio de Janeiro! Na avançada
Hora crepuscular repousas, já vencida,
Aconchegada à seqüência de montanhas,
Desfalecendo, depois da fadiga quente do dia.
Agora, até que desponte a manhã,
Até que os galos cantem sobre os tetos,
A morte vai espiar as vítimas
Que a sorte lhe reservou.*

*Oh! Sombra, sobre a imagem encantada.
Cores escuras pousam sobre os campos e florestas,
O mal da natureza paira, poderoso,
Sobre a florida superfície tropical.
O poder supremo
Deste Império não é de nenhum Herodes,
No entanto é a terra da morte diária,
Túmulo insaciável do estrangeiro.*

Fernando Schmidt, cf. Afonso Arinos de Melo Franco, *Rodrigues Alves: apogeu e declínio do presidencialismo*

TRAÇADOS COLONIAIS

Formada inicialmente no morro do Castelo, a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro expandiu-se, a partir do final do século XVI, em direção à planície, então limitada pelos quatro morros e por uma série de mangues, brejos, lagoas

Panorama da baía do Rio de Janeiro, em meados do século XIX
Karl Linde

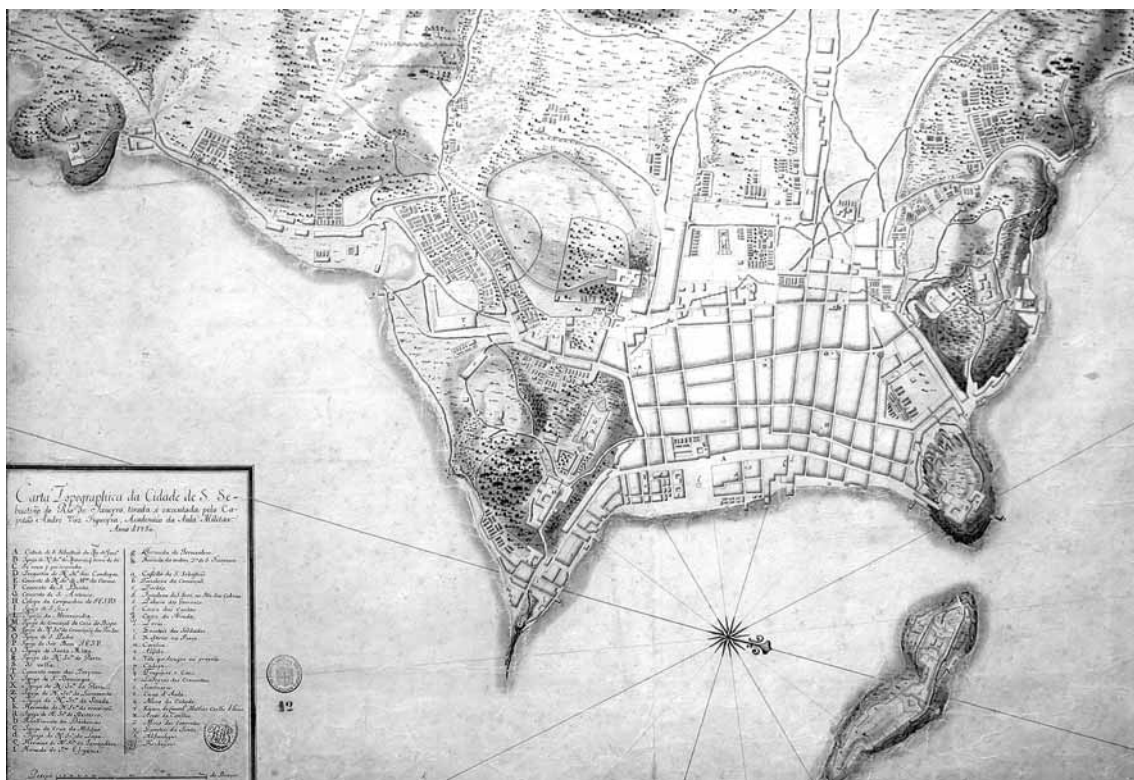


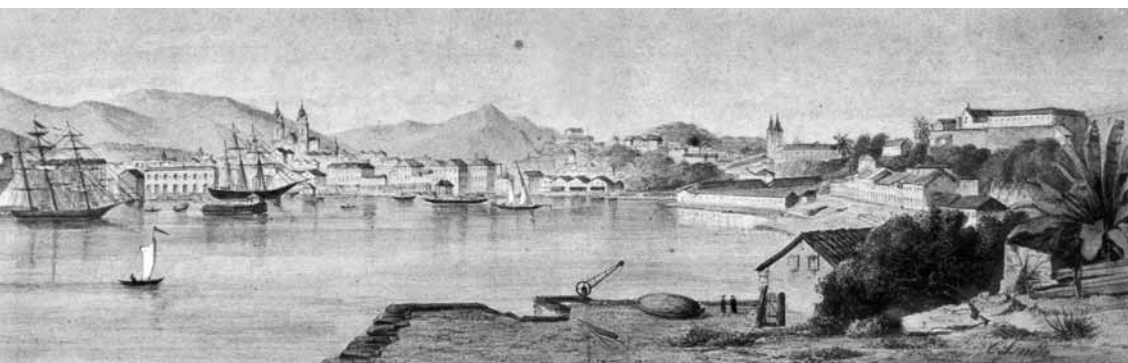
e praias. A região onde fica o tradicional largo da Carioca, por exemplo, em pleno centro da cidade, estava tomada pela lagoa de Santo Antônio.²

O poeta inglês Richard Flecknoe, que visitou a cidade em 1649, assim a descreveu:

A cidade de São Sebastião está situada numa planície de algumas milhas de comprimento, limitada nas suas extremidades por duas montanhas. Próximos ao mar, na saída do lago, estão instalados os jesuítas; no extremo oposto, os beneditinos. A cidade antiga, como testemunham as ruínas das casas e a igreja grande, fora construída sobre um morro. Contudo, as exigências do comércio e do transporte de mercadorias fizeram com que ela fosse gradativamente transferida para a planície. Os edifícios são pouco elevados e as ruas, três ou quatro apenas, todas

Carta topográfica do Rio de Janeiro, 1750, criada e executada pelo capitão André Vaz de Figueira





orientadas para o mar.³ A natureza – as montanhas, o mar, a floresta, os mangues, os terrenos alagadiços – refreava a expansão.

Ainda na segunda metade do século XVIII, em 1763, com a descoberta do ouro na região das Minas Gerais, a capital do vice-reinado transferiu-se de Salvador para o Rio de Janeiro. Com a mineração, o movimento do porto intensificou-se bastante. Por ele se exportava a maior parte do ouro brasileiro, além de outros produtos, como açúcar e tabaco, e se importavam produtos manufaturados europeus e escravos africanos. Entre 1736 e 1810, entraram no porto do Rio de Janeiro 580 mil escravos.⁴

A prosperidade trazida pela mineração fez com que, ao longo do século XVIII, algumas melhorias urbanas fossem realizadas, como a abertura e o calçamento de ruas, o aterro de áreas pantanosas, a iluminação pública com candeieiros tremulantes de azeite de peixe e, ainda, a construção do palácio dos governadores (1743), atual Paço Imperial, e de um sofisticado sistema de abastecimento de água proveniente do imponente aqueduto da Carioca, projetado com duas arcadas de pedra que formam quarenta e dois arcos, em estilo romano.

A transferência da família real portuguesa para o Rio de Janeiro, em janeiro de 1808, em decorrência da invasão de Portugal pelos exércitos de Napoleão, causaria grande impacto na cidade, cuja população era então estimada em 50 mil pessoas. Basta dizer que apenas a corte que a acompanhava estava formada por cerca de 15 mil pessoas.

O aqueduto da Carioca: um emblema da colônia no cenário da cidade que se transforma com a chegada da Corte, 1828 (detalhe de tela; a imagem inteira pode ser vista à

página 112)

Jean-Baptiste Debret



O casario da cidade do Rio de Janeiro, visto do morro da Conceição. *Vue de Rio de Janeiro, prise de la montagne de la Conceição, c. 1860*
Friedrich Hagedorn, Eugène Cicéri e Philippe Benoist



A instalação da corte rompeu o equilíbrio da cidade. Em menos de duas décadas, sua população duplicou, alcançando 100 mil habitantes, aproximadamente, em 1822, e 135 mil, em 1840. Entre 1808 e 1816, foram construídas cerca de 600 casas no perímetro da cidade, onde os sobrados começaram a suplantar as toscas casas térreas dos tempos da colônia, e 150 nos arredores – chácaras, em sua maioria, para a residência de verão dos senhores e sua numerosa escravaria doméstica.⁵

Com a abertura dos portos (Janeiro de 1808) para os países estrangeiros “em paz com Portugal”, cresceu a atividade comercial da cidade, passando o porto a receber grandes fluxos de produtos europeus, principalmente ingleses. Ao poucos, o Rio tornava-se cosmopolita. “Entre 1808 e 1822 foi registrada a fixação de 4.234 estrangeiros, sem contar os seus familiares. Foram 1.500 espanhóis, mil franceses; seiscentos ingleses, centenas de alemães, italianos, suíços, suecos, holandeses etc. Até mesmo chineses e hindus vêm para o Rio.”⁶ Ao se tornar capital do Reino do Brasil, os cuidados do governo, que procurava solucionar problemas, como as crises de abastecimento de água e de moradia para tantos nobres e fidalgos, e o da instalação dos órgãos de governo,⁷ aumentariam ainda mais.

A cidade, em conseqüência, também se expandia em direção tanto à zona sul quanto à zona norte, onde estava o Palácio da Quinta da Boa Vista (em São Cristóvão), residência do príncipe-regente. Com o aterro da lagoa da Sentinela e de extensa área pantanosa entre os morros do atual bairro do Catumbi e o canal do Mangue, fez-se uma longa via em aterro até o palácio e surgiu um novo bairro residencial, denominado Cidade Nova.⁸

Em 1816, por iniciativa de d. João VI, chegava à cidade a Missão Artística Francesa, que iria operar grandes mudanças na paisagem urbana e arquitetônica da cidade. Chefiada por Joachim Lebreton, era composta, entre outros, pelos



pintores Jean-Baptiste Debret e Nicolas Antoine Taunay, pelo gravador Charles Pradier, o arquiteto Grandjean de Montigny, que no Brasil iriam fundar a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios. Introdutor do neoclassicismo no Brasil, Grandjean de Montigny concebeu inúmeros projetos arquitetônicos, entre os quais os dos prédios da Academia de Belas Artes, do Banco do Brasil, do Real Teatro de São João e do Palácio do Comércio, e os das amplas avenidas que, construídas mais tarde, dariam acesso ao Paço Real, em São Cristóvão.

Mesmo com a instalação na cidade do governo português e a introdução de fortes marcas culturais neoclássicas, o Rio de Janeiro continuava com sua aparência colonial e uma população predominantemente mestiça, com a presença da escravidão dominando a paisagem.



A escravidão presente no ambiente doméstico, tal como nas ruas da cidade, 1828
Jean-Baptiste Debret

O barulho é incessante. Aqui uma chusma de pretos, seminus, cada qual levando à cabeça seu saco de café, e conduzidos à frente por um que dança e canta ao ritmo do chocalho ou batendo dois ferros um contra o outro, na cadência de monótonas estrofes a que todos fazem eco; dois mais carregam ao ombro pesado tonel de vinho, suspenso de longo varal, entoando a cada passo melancólica cantilena; além, um segundo grupo transporta fardos de sal, sem mais roupa que uma tanga e, indiferentes ao peso como ao calor, apostam corrida gritando a pleno pulmão. Acorrentados uns aos outros, aparecem acolá seis outros com baldes d'água à cabeça.⁹

Encarregados de grande parte da produção de alimentos, do transporte de mercadorias e de cargas em geral, do fornecimento de água e da coleta do lixo, os negros africanos circulavam dia e noite pelas ruas da cidade, revelando o universo do trabalho escravo.

Já no Segundo Reinado, sob o influxo da próspera economia cafeeira e do projeto para o país forjado pela elite imperial, algumas cidades brasileiras começaram a se modernizar. A capital federal, como não poderia deixar de ser, foi o palco da maioria desses melhoramentos, ganhando “calçamento com paralelepípedos (1853), iluminação a gás (1854), bondes puxados a burro (1859) [...] rede de esgoto (1862) – foi a quinta cidade do mundo a recebê-la –, abastecimento de água domiciliar (1874)”,¹⁰ além de se beneficiar pela criação das primeiras ferrovias do país, das primeiras companhias de bonde e da instalação dos modernos serviços de telégrafo e telefone.

A rua Direita, atual rua Primeiro de Março, em meados do século XIX
Vue du Brésil.
Vue d'une partie de la rue Direita à Rio de Janeiro
Godefroy Engelmann





Rua do Ouvidor, c. 1890
Marc Ferrez



Rua Direita, vista do morro do Castelo em direção ao morro de São Bento, c. 1885
Marc Ferrez

Ao se iniciar o século xx, a cidade, apesar dos melhoramentos efetuados, conservava, no entanto, seu antigo traçado colonial – ruas estreitas, sinuosas, sujas e abafadas, cortadas por becos, vielas escuras e ladeiras tortuosas. Nem mesmo a rua do Ouvidor, “templo” do comércio luxuoso de forte presença francesa, ou a rua Direita, bem mais larga e agitada pelo intenso comércio atacadista, destoavam completamente desse quadro. O crescimento desordenado da cidade foi bem observado pelo escritor Lima Barreto:

Nada mais irregular, mais caprichoso, mais sem plano, podia ser imaginado. As casas surgiram como sementes ao vento e, conforme as casas, as ruas se fizeram. Há algumas delas que começam largas como bulevares e acabam estreitas como vielas; dão voltas, circuitos inúteis e parecem fugir ao alinhamento reto com um ódio tenaz e sagrado.¹¹

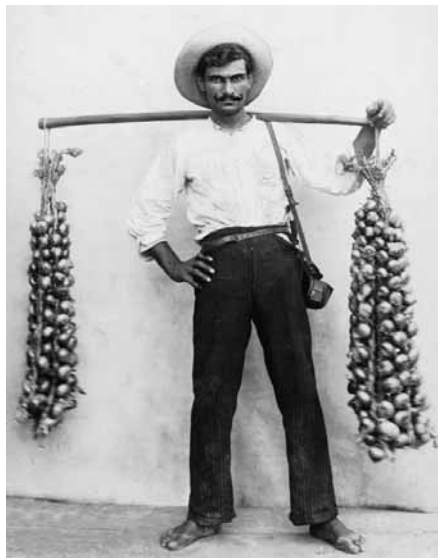
EXPLOSÃO DEMOGRÁFICA

De 1872 a 1890, a população praticamente dobrou, passando de 266 mil a 522 mil habitantes. Isso decorreu, em primeiro lugar, devido ao fato de que, depois da Abolição, em 1888, muitos ex-escravos estabeleceram-se na capital federal, onde procuravam ingressar no mercado de trabalho sem ocupação definida. “Um ano após a Abolição, dos 522.651 habitantes do Rio, 34% eram negros ou mestiços; deste grupo, 48% tinham emprego como domésticos.”¹²

Outra razão para o crescimento demográfico foi a chegada, ao longo da segunda metade do século, de grande contingente de imigrantes, especialmente



**Imigrantes e ex-escravos
no comércio ambulante do Rio
de Janeiro:
funileiro e vendedor
de pão doce, c. 1895**
Marc Ferrez



Cesteiro, vendedor de bengalas e guarda-chuvas, garrafeiros, amolador, vassoureiro e vendedor de cebolas, c. 1895

Marc Ferrez

**Vendedora de miudezas
e verdureiro, c. 1895**
Marc Ferrez



portugueses. “Em 1890”, segundo Eulália Maria Lahmeyer Lobo, “o número de estrangeiros atingiu 155.202 habitantes, quase dobrando, em virtude da alta imigração de 1888 e 1890, e o número de brasileiros alcançava 367.449 habitantes, crescendo em proporção pouco menor”.¹³ Nesse período, os estrangeiros representavam 40% da força de trabalho do Rio de Janeiro, no total de 62,7% da população branca. De 1900 para 1904, a população da cidade passou de 691.565 habitantes para 730 mil habitantes.¹⁴

CRESCIMENTO ANUAL DA POPULAÇÃO DO RIO DE JANEIRO, 1872-1906	
Período	Crescimento anual (%)
1872-1880	3,84
1880-1890	4,54
1890- 1900	3,23
1900-1906	2,91

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil (1908-1912), v. I, p. XVIII. Citado por CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados*, 2002, p.17

A oferta abundante de mão-de-obra, associada ao crescimento desordenado e especulativo da cidade, gerava excedentes de força de trabalho não absorvidos pelas principais atividades econômicas: comércio, indústria, movimento do porto e serviços públicos. Grande parte das camadas populares, em consequência, vivia em condições bastante precárias, como revelam inúmeras passagens de um dos mais interessantes testemunhos sobre a cidade no início do século xx, o clássico *O Rio de Janeiro do meu tempo*, do cronista Luís Edmundo:

Ruídos cavernosos, que acabam fazendo a ronda da estalagem e que lembram ora um rouquenho e triste marulhar de ondas, ora um sinistro coaxar de rãs.

São os tuberculosos que tosseem, despedindo-se da vida, de olhos cercados por olheiras roxas, as faces encovadas, sobre esteiras podres ou sobre catres de pa-

lha pejados de molambos. São os pobres que esperam a morte, o rabeção da Santa Casa, de boca fria, trêmula, toda manchada de catarro e sangue...

Não raro, uma dessas janelas abre-se de repente, para que uma voz entrecortada de soluços atire um brado angustioso, mas que se perde pela noite escura:

Morreu! Meu Deus! Como eu sou desgraçada!¹⁵



Populares circulando entre as ruas Uruguaiana e Carioca, 1906 (detalhe; imagem inteira à página 51)
Augusto Malta

QUANTO GANHA O POVO (1903)	
Funcionário público	Operário
Havia cobradores de impostos, inspetores e burocratas dos diversos departamentos do Governo. Os salários variavam de 60\$000 a 300\$000 (a maioria) e de 300\$000 a 700\$000 (funcionários dos escalões médio e superior).	O salário era pago por hora de trabalho, e, para obter uma renda mensal de 50\$000, era preciso trabalhar de 12 a 16 horas diárias, inclusive aos sábados e pelo menos dois domingos por mês, quando não todos os domingos.

Fonte: *Nosso Século: 1900-10*, 1. São Paulo: Abril Cultural, 1980, p.25.

Seja por falta de emprego, seja para complementar a renda mínima doméstica, grande parte da população garantia a sua precária sobrevivência nas ruas com ocupações mal definidas e quase sempre mal remuneradas. “Era um Rio subterrâneo, menos visível, mas que se vinculava umbilicalmente ao Rio oficial, subterrâneo”, segundo observou José Murilo de Carvalho. “[...] Eram ladrões, prostitutas, malandros, desertores do Exército, da Marinha e dos navios estrangeiros, ciganos, ambulantes, trapeiros, criados, serventes de repartições públicas, ratoeiros, recebedores de bondes, engraxates, carroceiros, floristas, bicheiros, jogadores, receptadores, pivetes.”¹⁶

O mercado público nas proximidades do cais Pharoux, 1880
Juan Gutierrez



Em 1890, com a República recém-proclamada, havia mais de 100 mil pessoas vivendo nessa condição marginal.¹⁷ As ruas da cidade assemelhavam-se a mercados, onde produtos variados – leite, aves, vassouras, cebolas, panelas, doces, carvão, sorvete, doces etc. – eram comercializados muitas vezes sem higiene e quase sempre sem regulamentação. “Os vendedores de quitutes, de mariscos, de vísceras animais, de ervas etc. viraram ‘donos’ de seus espaços na rua”, observou um autor.¹⁸

Os pregões com sotaques variados eram ouvidos a distância e “escreviam nos ares o poema da cidade”. Berrava o italiano vendedor de peixe: “Pixe camaró...”; o vendedor de vassouras: “Vae vasouôôôôôra espanadoeire!” e gritava o português vendedor de perus: “Oolha ôôô prú uuu da roda vô ôôô!”.

*Sorvetinho, sorvetão,
Sorvetinho da ilusão!
Quem não tem duzentos réis
Não toma sorvete não.
Sorvete, iaíá! ¹⁹*

CRESCIMENTO URBANO E TRANSPORTES PÚBLICOS

Por ser a capital do Império e sede, até pelo menos os anos de 1870, dos negócios da cafeicultura, era natural que a urbanização do Rio de Janeiro se adiantasse em relação às demais cidades do país. A urbanização era impulsiona-

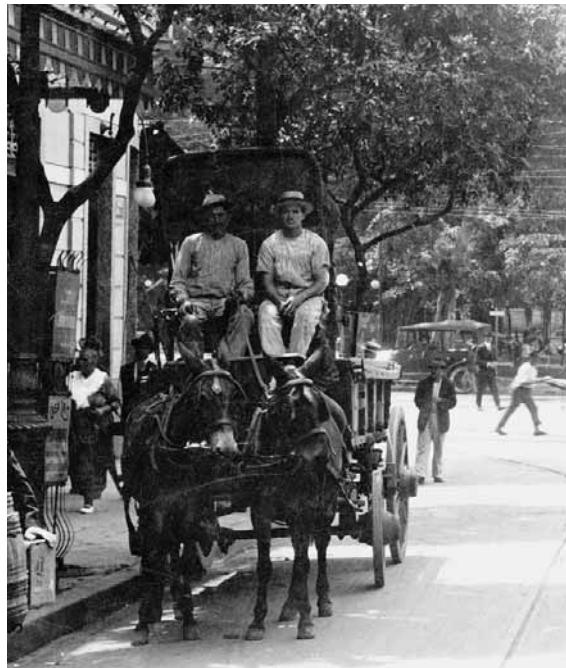
da por dois grandes agentes: o Estado e as empresas privadas, nacionais e estrangeiras, interessadas na exploração capitalista dos serviços urbanos, como rede de esgotos, coleta de lixo e serviços de transporte.

As modernas linhas de bondes puxados a burro e as ferrovias eram serviços de transporte que desempenhavam um papel essencial na intensificação do povoamento das zonas sul e norte, no caso dos bondes, e do subúrbio, no caso dos trens. Tais serviços eram transferidos a empresas privadas pelo Estado, o qual se encarregava, por sua vez, da realização de obras que permitissem a construção das linhas, como os aterros de pântanos e lagoas.

Em 1868, a Botanical Garden Railroad Company (Companhia do Jardim Botânico), empresa norte-americana, inaugurou a primeira linha da cidade, ligando a rua Gonçalves Dias ao largo do Machado. Três anos depois, ela esten-



A



B



C

Transporte urbano, por tração animal, no Rio de Janeiro (detalhes; imagens inteiras à página 112)

A – Praça da República, c. 1890

Marc Ferrez

B – Avenida Mem de Sá, 1924

Augusto Malta

C – Avenida Marechal Floriano, c. 1915-1920

Augusto Malta



**Bondes de tração animal
circulando pela rua Direita
(atual Primeiro de Março),
1880-1890**
Marc Ferrez

deria suas linhas a Botafogo, Jardim Botânico e Laranjeiras. Em 1870, a Rio de Janeiro Street Railway Company ligava o centro a São Cristóvão, Andaraí Pequeno (Tijuca), Catumbi, Rio Comprido, na zona norte, além da Saúde, Santo Cristo, Gamboa e Caju. Em 1872, foi a vez da Companhia Ferro-Carril de Vila Isabel, esta do Barão de Drummond, o mesmo que lotearia o bairro de Vila Isabel e criaria uma “ingênuo loteria”, que ficou conhecida como jogo do bicho. Outras linhas, criadas nessa mesma época, davam acesso a áreas de lazer da cidade, como o Alto da Boa Vista, onde está a Floresta da Tijuca, a Quinta da Boa Vista e as praias. A abertura, em 1892, de um túnel (o hoje Túnel Velho) e a criação de uma linha de bondes facilitariam a comunicação do restante da cidade com a Praia de Copacabana.²⁰

Enquanto as linhas de bondes iam estimulando a ocupação dos bairros das zonas norte e sul, as linhas de trem e suas respectivas estações induziam à ocupação dos subúrbios. A primeira e mais importante das ferrovias, a Estrada de Ferro D. Pedro II, inaugurada em 1858 com o objetivo principal de ligar o porto do Rio de Janeiro às fazendas de café do Vale do Paraíba, acabaria propiciando a formação ou crescimento de bairros como Engenho de Dentro, Engenho Novo, Piedade, Cascadura etc. A Rio de Janeiro Northern Railway Company – futura Leopoldina Railway – interligaria núcleos semi-urbanos como Bonsucesso, Ramos, Olaria, Penha, Brás de Pina, Cordovil, entre outros. No final do século, essas áreas seriam loteadas, passando a ser habitadas por famílias proletárias e de classe média. Já a Estrada de Ferro Rio D’Ouro iria integrar uma terceira área suburbana antes dominada por mangues e pântanos: Inhaúma, Irajá, Vicente de Carvalho, Coelho Neto, Pavuna, hoje ligadas pela Linha 2 do Metropolitano carioca.²¹



O túnel aberto na rocha para a extensão da linha de bondes até Copacabana, 1892

Juan Gutierrez

A estação central da Estrada de Ferro D. Pedro II, rebatizada como Estrada de Ferro Central do Brasil depois da proclamação da República

Marc Ferrez



Em 1892, a Companhia Jardim Botânico inaugurou sua primeira linha elétrica – entre o Flamengo e a Carioca. O escritor Machado de Assis descreveu a aparição de um desses bondes elétricos em seu trajeto habitual, bem como o impacto causado pela novidade logo expresso na atitude do condutor:

Para não mentir, direi que o que me impressionou, antes da eletricidade, foi o gesto do cocheiro. Os olhos do homem passavam por cima da gente que ia no meu bonde, com um grande ar de superioridade. Posto não fosse feio, não eram as prendas físicas que lhe davam aquele aspecto.

Sentia-se nele a convicção de quem inventara não só o bonde elétrico, mas a própria eletricidade... Em seguida, admirei a marcha serena do bonde, deslizando como o barco dos poetas, ao sopro da brisa invisível e amiga. Mas, como íamos em sentido contrário, não tardou que nos perdêssemos de vista, dobrando ele para o largo da Lapa e rua do Passeio e entrando eu na rua do Catete. Nem por isso o perdi de memória. A gente do meu bonde ia saindo aqui e ali, outra gente entrava adiante, eu pensava no bonde elétrico...²²



Desobstrução dos trilhos para a passagem do bonde elétrico, 16.4.1906
Augusto Malta



Largo da Carioca, c. 1904
Augusto Malta

CAPÍTULO 2: CONTRASTES URBANOS

Apesar do luxo tosco, bárbaro e branco dos palácios e “perspectivas” cenográficas, a vida das cidades era triste, de provocar lágrimas. A indolência dos ricos tinha abandonado as alturas dela, as suas colinas pitorescas, e os pobres, os mais pobres, de mistura em toda espécie de desgraçados, criminosos e vagabundos, ocupavam as eminências urbanas com casebres miseráveis, sujos, feios, feitos de tábuas de caixões de sabão e cobertas com folhas desdobradas de latas em que veio acondicionado o querosene.

Lima Barreto, *Histórias e sonhos*

HABITAÇÕES POPULARES

Fora da região central, o espaço urbano da cidade já se encontrava claramente cindido entre as áreas aristocráticas e as áreas populares, revelando agudos contrastes sociais. Na zona sul, Laranjeiras, Botafogo, Flamengo e Copacabana, onde se construíam belos palacetes em estilos variados (geralmente inspirados em modelos europeus), e na zona norte, Rio Comprido, Tijuca, além do velho bairro de São Cristóvão, eram regiões bem atendidas pelos serviços públicos.

A emergente classe média assalariada vivia nas proximidades do centro ou nos subúrbios que cresciam, muitas vezes, a partir das estações de trem. Essa “aristocracia suburbana”, assim chamada ironicamente pelo escritor Lima Barreto, orgulhava-se, segundo ele, “em ter todo dia jantar e almoço, muito feijão, muita carne-seca, muito ensopado – aí, julga ela, é que está a pedra de toque da nobreza, da alta linha, da distinção”.²³

A população menos favorecida, vítima principal do crescimento urbano desordenado, feito ao sabor dos interesses do capital especulativo, aglomerava-se



O casario densamente habitado, ao pé do morro do Castelo, onde seria construída a avenida Central, c. 1890
Marc Ferrez



**O campo de São Cristóvão,
na inauguração das obras
de embelezamento do bairro,
11.11.1906**
Augusto Malta

**A habitação popular
construída no vão dos arcos
do antigo aqueduto.
Ao lado, detalhe de O kioske da
ladeira de Santa Thereza
(abaixo), 7.11.1904**
Augusto Malta



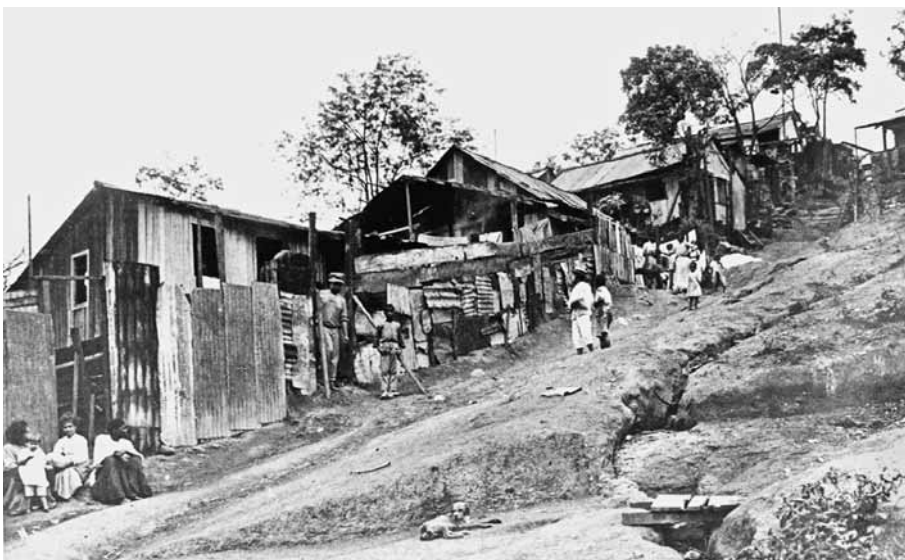
em moradias populares no próprio centro, muitas delas habitações coletivas, nos subúrbios, vales, várzeas, mangues, escarpas de montanhas e morros.

As primeiras áreas favelizadas já tinham se formado, nas últimas décadas do século XIX, nos morros do centro da cidade, sobretudo nos morros de Santo Antônio, Castelo e Providência, onde, segundo a descrição de Luís Edmundo, “as moradias são, em grande maioria, feitas de improviso, de sobras e de farrapos [...] de madeira servida, tábuas imprestáveis [...]. Tudo entrelaçando, toscamente, sem ordem e sem capricho”.²⁴

No morro da Providência, situado na Gamboa, atrás da estação Central da Estrada de Ferro D. Pedro II (que, depois da proclamação da República, passaria a se chamar Estrada de Ferro Central do Brasil), cresceria aquela que muitos consideram a primeira favela do Rio de Janeiro: o morro da Favela, hoje conhecido apenas como morro da Providência. Habitado por ex-soldados que participaram da Guerra de Canudos, no sertão da Bahia, o morro ganhou este nome, segundo se acredita, em alusão ao alto da Favela, localidade existente na zona do conflito e assim chamada pelos moradores por causa de uma planta, o anjico-vermelho-do-campo, conhecido na região também como favela, por dar uma vagem ou fava.

Na virada do século, novas favelas já se formavam nos morros da Mangueira, São Carlos, Salgueiro e São José. E esta forma de ocupação dos morros se tornaria uma alternativa imediata e de baixo custo para o problema da habitação popular no Rio de Janeiro. De local provisório para a moradia, logo foram se transformando em opção de residência permanente.²⁵

Até as primeiras décadas do século, porém, as formas mais comuns de moradia popular eram as habitações coletivas – os cortiços ou estalagens, disseminados em praticamente todas as freguesias antigas da cidade e as casas de cômodos. As habitações coletivas abrigavam diversas famílias sob o mesmo teto ou



Barracos construídos com material de demolição em uma das primeiras favelas da cidade. Morro do Pinto, 24.8.1912
Augusto Malta

**Crianças brincando e
trabalhando como
ambulantes nas ruas da
favela, no morro de Santo
Antônio, 3.3.1914**
Augusto Malta



terreno, com alta densidade populacional e quase sempre precárias condições de higiene, o que favorecia a propagação de doenças. O tipo mais comum, surgido já no século XIX, era o cortiço. Introduzido no Brasil por colonos portugueses, esse tipo de edificação destinado à população pobre constituía-se de um ou dois pavimentos, subdivididos em uma série de unidades habitacionais, cada uma com uma porta e uma janela. Com um ou dois cômodos, essas moradias não tinham cozinha, sendo também comuns as áreas de lavanderia e banheiro. Estima-se que apenas 30% das habitações coletivas cumpriam a lei de disponibilizar um gabinete de latrina para um grupo máximo de vinte habitantes.²⁶

As casas de cômodos, por sua vez, resultavam da transformação de antigos palacetes e casarões, antes residências de famílias abastadas que se mudavam para os novos bairros, em habitações de gente pobre. O preço desses alojamentos populares era muito alto, se comparado ao salário dos trabalhadores. Um quarto em uma casa de cômodos, por exemplo, custava, no mínimo, 20\$ (20mil-réis) mensais; uma casinha de cortiço, de 50\$ a 60\$.²⁷ As primeiras casas de cômodos formaram-se já nas antigas freguesias de São José (onde estava a igreja do mesmo nome e a praça Quinze), Espírito Santo (Castelo e Santa Luzia), Santo Antônio (a área em torno do morro) e Santana (famosa pela praça Onze, “uma África em miniatura”, na feliz expressão de Heitor dos Prazeres, e pela Casa da Tia Ciata, redutos de alguns bambas do samba).

Em 1869, segundo Lia de Aquino, havia 642 cortiços, com 9.671 quartos e uma população de 21.929 pessoas, passando esse número, em 1888, para 1.331 cortiços, com 18.866 quartos e uma população de 46.680 pessoas. A porcentagem dos cortiços era, então, de 3,9% e a de sua população, 11,72%.²⁸



Um cortiço visto por dentro.
*Barracão de madeira
componente da estalagem
existente nos fundos dos
prédios nºs 12 e 44 da rua
do Senado, 27.3.1906*
Augusto Malta

Um dos maiores cortiços da cidade, localizado na rua General Caldwell, tinha 114 cômodos, divididos por tapumes de madeira e habitados por dois a quatro moradores cada um.²⁹

Consideradas como “focos de epidemias”, mas também de desordem social e criminalidade, as habitações coletivas passaram cada vez mais a ser visadas pelas autoridades municipais. Com a proclamação da República, iniciaram-se as primeiras demolições, expulsando-se os seus moradores e agravando o problema da falta de moradia na cidade. Ficou na história a demolição, pelo prefeito Barata Ribeiro, de um dos maiores e mais famosos cortiços da cidade, o “Cabeça de Porco”, na rua Barão de São Félix, 154, habitado por um número



**Populares diante
de um barraco, c. 1906**
Anônimo

Superlotação e péssimas condições sanitárias em um cortiço. Estalagem com entrada pelo número 47. Visconde do Rio Branco, c. 1906
Augusto Malta



incerto de pessoas (2 mil ou, segundo alguns, 4 mil moradores).³⁰ O Cabeça de Porco serviu de inspiração ao escritor Aluísio Azevedo para escrever, em 1890, a obra *O cortiço*, e seu nome passou também a designar genericamente os cortiços e casas de cômodos da cidade.

E os quartos do cortiço pararam enfim de encontro ao muro do negociante, formando com a continuação da casa deste um grande quadrilongo, espécie de pátio de quartel, onde podia formar um batalhão. Noventa e cinco casinhas comportou a imensa estalagem. Prontas, João Romão mandou levantar na frente, nas vinte braças que separavam a venda do sobrado do Miranda, um grosso muro de dez palmos de altura, coroado de cacos de vidro e fundos de garrafa, e com um grande portão no centro, onde se dependurou uma lanterna de vidraças vermelhas, por cima de uma tabuleta amarela, em que se lia o seguinte, escrito a tinta encarnada e sem ortografia: "Estalagem de São Romão. Alugam-se casinhas e tinas para lavadeiras". As casinhas eram alugadas por mês e as tinas por dia; tudo pago adiantado. O preço de cada tina, metendo a água, quinhentos réis; sabão à parte. As moradoras do cortiço tinham preferência e não pagavam nada para lavar. Graças à abundância da água que lá havia, como em nenhuma outra parte, e graças ao muito espaço de que se dispunha no cortiço para estender a roupa, a concorrência às tinas não se fez esperar; acudiram lavadeiras de todos os pontos da cidade, entre elas algumas vindas de bem longe. E, mal vagava uma das casinhas, ou um quarto, um canto onde coubesse um colchão, surgia uma nuvem de pretendentes a disputá-los. E aquilo se foi constituindo numa grande lavanderia, agitada e barulhenta, com as suas cercas de varas, as suas hortaliças verdejantes e os seus jardinzinhos de



Em 1920, o morro do Castelo continuava evidenciando a persistente precariedade das condições de moradia de boa parte da população carioca.

Morro do Castelo, 31.8.1920

Augusto Malta

três e quatro palmos, que apareciam como manchas alegres por entre a negrura das limosas tinas transbordantes e o revêrbero das claras barracas de algodão cru, armadas sobre os lustrosos bancos de lavar. E os gotejantes jiraus, cobertos de roupa molhada, cintilavam ao sol, que nem lagos de metal branco.

E naquela terra encharcada e fumegante, naquela umidade quente e lodosa, começou a minhocar, a esfervilhar, a crescer, um mundo, uma coisa viva, uma geração, que parecia brotar espontânea, ali mesmo, daquele lameiro, e multiplicar-se como larvas no esterco.

Aluísio Azevedo, *O cortiço*



Morro do Castelo, 31.8.1920

Augusto Malta

Em 1920, o morro do Castelo continuava evidenciando a persistente precariedade das condições de moradia de boa parte da população carioca.

A guerra aos cortiços, na qual se incluem as demolições feitas para a abertura da avenida Central, não viria acompanhada da construção de habitações alternativas. Excetuando-se as vilas operárias construídas próximas às grandes fábricas de tecidos em bairros como Gávea, Jardim Botânico, Laranjeiras e Vila Isabel, cuja construção interessava a seus proprietários, a única providência para compensar as demolições do período foi a construção de 120 casas nas ruas Salvador de Sá, no Estácio, e Leopoldo, no Andaraí, que não abrigaram, no entanto, mais do que setecentas pessoas, número bem inferior ao dos desabrigados. Às camadas populares restavam como alternativa o subúrbio distante ou a favela.³¹

OS “MALES TROPICAIS”

“Túmulo dos estrangeiros”, “porto suspeito”... era essa a imagem do Rio de Janeiro no exterior no final do século XIX. A urbanização desigual e incompleta (terrenos alagadiços e sujos que ainda se estendiam pela região do porto, problemas de falta de água e saneamento, lixo nas ruas), o crescimento populacional, o agravamento da pobreza, as péssimas condições de moradia, transformaram a cidade num foco assustador de doenças e epidemias. Doenças pestilenciais – “males tropicais”, como então se dizia – resultantes do atraso do país e que matavam pessoas de todas as classes sociais: febre amarela, febre tifóide, varíola, malária, peste bubônica. Além da tuberculose, doença do trabalho e da pobreza, que matava principalmente as camadas trabalhadoras, enfraquecidas pelas más condições de trabalho e de vida.

A febre amarela, segundo relatos médicos, teria tido seu foco inicial na capital federal, numa hospedaria da rua da Misericórdia, onde, em 1849, se abri-

Panorama da área portuária do Rio de Janeiro, c. 1890
Marc Ferrez



garam os tripulantes enfermos de um navio norte-americano, proveniente de Nova Orleans, tendo feito escalas em Havana e Salvador. Adoeceram quase todos os tripulantes e os moradores das hospedarias próximas.

Transmitidas pelo mosquito *Aedes aegypti* infectado, ela rapidamente se espalhava. “A princípio, relatou o médico alemão Bertoldo Lallement, [...] caminhava muito devagar, porém caminhava com passo certo, quase de uma casa para outra, de uma travessa para outra, e nas casas e travessas, atacando uma pessoa após outra. De repente, a sua marcha torna-se mais rápida. Sem cerimônia ataca tudo, prostra tudo sobre o leito de sofrimentos [...].”³² Segundo ele, a epidemia só poupava os escravos e sua vítima principal era o imigrante recém-chegado.

O ano de 1891 ficou marcado por ter ocorrido o mais violento surto de epidemias da história da cidade: varíola, febre amarela, malária e tuberculose. A taxa de mortalidade atingiu seu mais alto nível, matando 52 pessoas em cada mil habitantes: 4.454 vítimas, sobretudo imigrantes recém-chegados, de febre amarela; 3.994 de varíola, 2.235 de malária e 2.373 de tuberculose.³³

A situação vivida por um operário, relatada pelo colega José Costa Reis, em carta ao *Jornal do Brasil*, evidenciava o vínculo entre doença e pobreza:

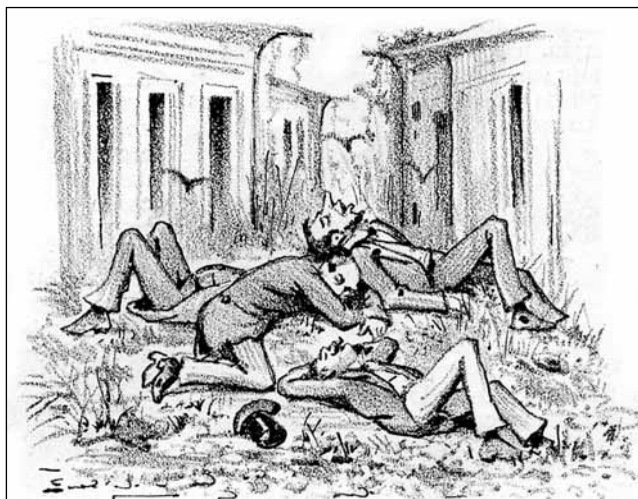
[...] Casado, tinha dous filhos, ganhava apenas 4\$ por dia ou mensal 104\$, isso se trabalhasse todos os dias úteis relativos ao mez, se não teria o desconto proporcional aos dias de falta.

Pagava 50\$ de casa e o restante era para alimento, vestuário, etc; como o saldo era insuficiente para a alimentação de quatro pessoas, começou a sentir-se fraco, e resolveu consultar o médico, este receita-lhe Água Inglesa e alimentos escolhidos, como sejam: leite, ovos, vitella, carneiro, peixes, etc.

Ora, se até alli o feijão já lhe era um pouco escasso, mesmo com a falta de apetite, calcullem depois com o uso da Água Inglesa, ou trataria da dieta prescrita pelo médico, faltando aos sagrados compromissos do lar, ou continuaria com o insignificante saldo mantendo como dantes, a si e aos seus.



O ano de 1891 não nos pode deixar muitas saudades. Ele dizimou a população da nossa capital com a terrível febre amarela. Revista Illustrada, dezembro de 1891
Angelo Agostini



A higiene oficial que assim tem tratado da salubridade pública, adormecendo sobre o lixo que infecciona esta cidade. Revista Illustrada, junho de 1891
Angelo Agostini

Opinou-se pelo segundo caso e finou-se o meu companheiro pela tuberculose, moléstia que entre a classe operária é conhecida por ganância prepotente [...].³⁴

Os serviços de saneamento da cidade eram constantemente denunciados na imprensa e no parlamento. A City Improvements Company, empresa responsável pela rede de esgotos, era o principal alvo das críticas. Em 1888, o engenheiro André Rebouças acusava: “O subsolo desta capital é úmido, poroso e saturado de matérias excrementícias pela nefanda rede de ruins canos de esgoto”.³⁵ No dia 9 de maio de 1903, o *Jornal do Brasil* escrevia:

Não pode ser mais lastimável, mais descurado o estado da Capital do país [...]. Basta que venha conosco dar um passeio pela cidade, à noite, quando a exalação dos bueiros, dos ralos, quando da terra, que o sol esteve a queimar durante 12 horas, começam a subir emanações.

O fétido é insuportável. Pelas bocas de lobo, pela grata dos respiradouros da péssima rede de esgotos da cidade, foge um mau cheiro terrível, forte, insistente, que ennauseia e tonteia. O hálito da terra é pestilento, podre [...].³⁶

A “crise sanitária”, manifestada pelos constantes surtos epidêmicos, “refletia a violenta deterioração das condições de vida da população trabalhadora do Rio de Janeiro, população flutuante e miserável, continuamente engrossada por novas levas de imigrantes”.³⁷ As epidemias se alastravam de forma mais virulenta nas freguesias com maior densidade populacional e de habitações coletivas. Muitos doentes, sem recursos, abrigavam-se em cortiços e favelas. Pedro Cassano era um deles: “solteiro, italiano de 20 anos, vendedor ambulante de peixe, recém-chegado à Capital Federal, indo direto para uma moradia comum [...] prédio encravado no meio de muitos outros, tem tanque comum para a lavagem de roupas, onde foram lavadas as roupas do doente, e uma só latrina”.³⁸

Considerados como o mais “repugnante foco de pestes”, os cortiços eram alvo de ataque dos médicos-higienistas da época, mas quase nada se fazia para melhorá-los, a não ser propor a demolição. Nada se fazia também para mudar as condições de trabalho nas indústrias modernas, que nada deviam às habitações coletivas em termos de degradação e de falta de higiene. Uma carta enviada à Inspetoria Geral de Higiene pelo Clube Protetor dos Chapeleiros retrata bem a situação:

É demasiado o sofrimento dessa classe, que é obrigada, em uma estação tão calmosa, como atravessamos, rodeada de diversas moléstias [...] a trabalhar ao pé de grandes maquinismos movidos a vapor, em espaço acanhadíssimo, sem nenhuma entrada para o ar e mesmo sem luz do dia, aglomerados assim os operários e em pleno contato uns com os outros, porque as atuais fábricas de chapéus, todas edificadas em ruas estreitas e em edifícios pequenos e impróprios, não têm espaço

para a distância dos mesmos operários; o vapor que move os maquinismos e o espaço um dos outros, e finalmente, não podendo ventilar suas oficinas, porque estão rodeadas de outros edifícios que não permitem, por exemplo, a abertura de janelas e outras medidas de pura higiene.³⁹

Na aurora do século xx, portanto, a imagem da capital federal estava distante das aspirações de modernização, progresso e civilização que, sob a influência dos modelos europeus, nutriam parte significativa das elites nacionais. Em consonância com os ideais da República, uma outra cidade, com feitio moderno, precisava ser “erigida sobre os escombros da ‘cidade pocilga’”.⁴⁰



**A modernização do Rio com a construção de uma “outra” cidade: obras de saneamento e remodelação das ruas (ao lado; abaixo, detalhe).
Rua da Carioca, 31.1.1906
Augusto Malta**



PARTE II: A “REGENERAÇÃO” DA CIDADE

Como isso mudou! Então de uns tempos para cá, parece que essa gente está doida; botam abaixo, derrubam casas, levantam outras, tapam umas ruas abrem outras... Estão doidos!!!

Lima Barreto, *Recordações do escrivão Isaias Caminha*

CAPÍTULO 1: A REFORMA URBANA DE PEREIRA PASSOS

*Por água clama o Rio de Janeiro
A todo instante em fúria desabrida,
E o Governo escutando o seu berreiro
Mata-lhe a sede? Não! Faz avenida.
[...]
Em nossos tempos de neurastenia,
Está grassando a avenidomania,
Moléstia de feição a mais grotesca
Por isso, quando no Café do Brito
Pede-se um copo d'água,
Ouve-se um grito:
– Garçom, um copo de avenida fresca.*

Bastos Tigre, “Cirano & Cia.”

O IMAGINÁRIO DO PROGRESSO

Quando Rodrigues Alves, em 1902, assumiu a presidência da República, convidou para a prefeitura do Distrito Federal o engenheiro Francisco Pereira Passos, filho de um grande cafeicultor fluminense, formado pela Escola Militar e com larga experiência na direção de empresas ferroviárias (até 1935 os prefeitos do Distrito Federal eram nomeados pelo presidente da República). Em 1874, Pereira Passos já havia integrado a Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro. Sua principal missão no governo Rodrigues Alves seria sanear e reformar a capital federal, empreendendo o que ficaria conhecido como a “regeneração” do Rio de Janeiro.

Um dia antes de Pereira Passos tomar posse, as atividades do Conselho Municipal foram suspensas, o que conferiu ao novo prefeito um poder excepcional para decretar impostos, fazer empréstimos, desapropriar imóveis etc. Outros três auxiliares nomeados pelo presidente Rodrigues Alves para a construção das duas principais



A sede da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro Praça da República, 21.2.1906
Augusto Malta



Pereira Passos, diante do Conselho Municipal, anunciando suas realizações.
A Mensagem do prefeito
O Malho, 15.4.1905
Alfredo Cândido

obras de seu governo seriam os engenheiros Francisco Bicalho, responsável técnico pelas obras do porto, e Paulo de Frontin, chefe da Comissão Construtora da avenida Central (composta por 23 engenheiros), sendo ambos subordinados ao ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, o também engenheiro Lauro Müller.

Os planos de reurbanização apresentados por Pereira Passos inspiravam-se na reforma de Paris, realizada pelo barão Georges Eugène Haussmann, na época do imperador Napoleão III (nas décadas de 1850 e 1860). Uma das principais características dessa reforma foi a abertura de grandes avenidas (bulevares), obtida com a extinção de bairros populares situados no centro de Paris e a expulsão dos antigos moradores para outras áreas.



Paris e suas amplas avenidas, depois das reformas de Haussmann (ao fundo, o famoso teatro Ópera), c. 1880-1890
Cartão-postal

Os bulevares “atendiam a razões de ordem sanitária e às novas exigências de circulação urbana colocadas pelo desenvolvimento da grande indústria”,⁴¹ mas teriam também a finalidade de facilitar a repressão a eventuais manifestações populares, já que as tropas poderiam se deslocar mais rapidamente. O historiador de arte Giulio Carlo Argan define a reforma de Haussmann como a “intervenção do poder sobre a imagem e funcionalidade urbana”,⁴² atendendo a necessidades e desejos diversos das elites francesas, como a melhoria do fluxo do trânsito e o embelezamento segundo padrões burgueses.

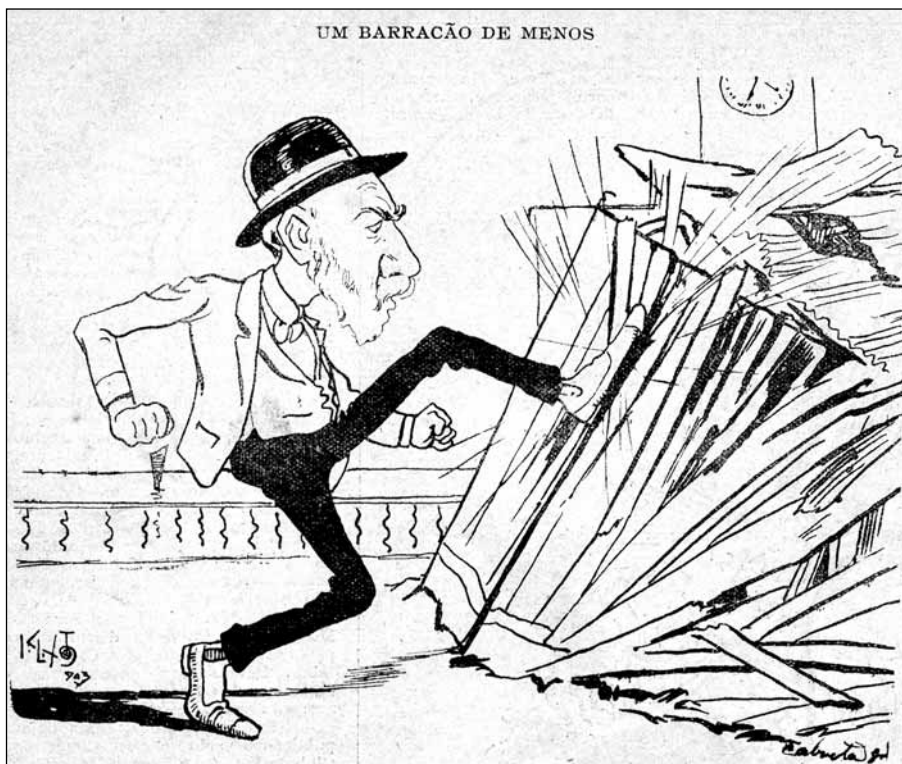
O então estudante Pereira Passos havia residido em Paris entre 1857 e 1860, justamente no auge das reformas urbanas de Haussmann.

Nunca mais lhe desapareceu da memória o aspecto da derrubada de ruas inteiras, a aluvião do pó que subia ao céu, ante o protesto dos parisienses comodis-

tas e zombeteiros. Ele mesmo participou das discussões abertas entre engenheiros, em torno dos planos e projetos de Alphand, braço direito de Haussmann, e de outros encarregados do grande empreendimento. Sentiu de perto a grandiosidade da realização, admirou a audácia e a coragem dos seus executores.⁴³

Modelo de cidade moderna, Paris serviria de referência para a transformação de várias cidades européias e americanas, como Londres, Berlim, Viena, Nova York, Buenos Aires e Rio de Janeiro na virada do século xx. Pereira Passos, baseando-se em estudos anteriores, propôs uma grande intervenção na cidade do Rio de Janeiro, cujo núcleo era a construção de um moderno centro urbano. Para isso, a cidade deveria se submeter a um plano rigoroso de saneamento com eliminação das habitações coletivas, abertura de ruas retilíneas, aumento da circulação viária e demolição de centenas de construções antigas. O projeto de modernização implicava o afastamento de inúmeras famílias, em sua maioria de trabalhadores, para outras áreas da cidade.

A idéia de reformar a cidade coincidia com valores como os de ordem e progresso, tão caros aos republicanos do início do século xx. Mas ela não iria se impor sem resistências. O Clube de Engenharia, fundado por engenheiros e industriais em 1880, tornou-se o palco dos debates. Se os favoráveis às reformas esgrimiam valores como “progresso” e “civilização”, e metas como a “regeneração estética e sanitária”, combatendo a “cidade colonial, atrasada, anti-estética, suja e doente”,⁴⁴ seus adversários os acusavam de “considerar a sociedade como um plano e a humanidade como uma figura ambulante de



A fúria demolidora nos planos de remodelação urbana do prefeito Pereira Passos. *Um barracão de menos* O Malho, 31.3.1903 K. Lixto

**Grupo de engenheiros da
Comissão Construtora da
avenida Central, c. 1905**

João Martins Torres



geometria, [...] de governar senão por meio de retas e como as questões [...] políticas e sociais não podem ser assim resolvidas, impacientam-se e dão por paus e por pedras”.⁴⁵ Outros consideravam os gastos com a remodelação da cidade um sintoma da “febre de grandezas” das autoridades da época, pois viam em projetos como a abertura da avenida Central uma obra de “admirável embelezamento”, mas ainda assim condenável, tendo em vista a situação de penúria em que se achava a maioria da população.⁴⁶ “No momento actual criticar e destruir é muito mais geral do que criar e construir”,⁴⁷ respondeu aos críticos o engenheiro Paulo de Frontin, em palestra no Clube de Engenharia, a 29 de setembro de 1903.

A modernização ou não da cidade era uma discussão travada no seio das elites cariocas na tentativa de acomodar os valores que representavam o passado e aqueles que sinalizavam o futuro, redefinindo rigorosamente o uso social da cidade.⁴⁸ Como sintetizou Maria Alice Rezende de Carvalho, o progresso era “como fachada, não convencia, não integrava, não incorporava as massas, [e] não condicionaria, portanto, a experiência dos homens a uma nova ética social, de caráter universalista”.⁴⁹

GRANDES OBRAS NA PAISAGEM URBANA

A modernização da cidade do Rio de Janeiro estruturou-se sobre duas grandes obras: a reforma do porto e a construção da avenida Central. Complementando essas grandes intervenções, o Plano de Melhoramentos do prefeito Pereira Passos previa também o alargamento de outras ruas e a abertura de ave-



Obras de alargamento e junção das antigas “rua estreita” e “rua larga” de São Joaquim, rebatizadas como rua Marechal Floriano, c. 1904
Anônimo



A remodelação das ruas do Rio de Janeiro e a nova imagem da capital federal. *Acre e Marechal Floriano, ruas abertas na administração do Dr. Passos, 7.10.1906*
Augusto Malta

nidas como a Beira-Mar, a Mem de Sá, a Salvador de Sá e a avenida Passos (esta última inaugurada ainda em 1903 e assim denominada em homenagem ao prefeito). A reforma ia modificando radicalmente a circulação de pessoas, veículos e mercadorias nas vias urbanas, gerando novas formas de ocupação e uso do espaço público.

No final do século XIX, o porto do Rio era o mais importante do país, devido ao seu volume de exportação e importação. As mercadorias desembarcavam dos transatlânticos para saveiros, chatas ou alvarengas que atracavam



**Embarcações e armazéns
na zona portuária do
Rio de Janeiro, c. 1877**

Marc Ferrez

nas pequenas docas da alfândega. De lá eram distribuídos aos armazéns ou trapiches. O sistema portuário, entretanto, era ineficaz para atender à intensificação do movimento comercial. “Aconteceu muitas vezes voltarem os transatlânticos do Rio da Prata, já em regresso à Europa, e ainda encontrarem sobre água mercadorias que haviam transportado para aqui, e largado ao passarem para o sul”,⁵⁰ comentava um jornal.

As obras do porto, a cargo do engenheiro Francisco Bicalho, contando com financiamento de 8.500.000 libras obtido em Londres, previam a construção de um cais acostável desde a praça Mauá até o canal do Mangue (3.500m), a retificação do traçado litorâneo e o aterro de 175.000 m² de orla.⁵¹ A companhia responsável pelas obras do cais, aterro da área portuária e edificação dos novos armazéns era inglesa. O aterro do porto foi feito com terras do morro do Senado, completamente arrasado, uma aba do morro do Castelo e entulho das casas derrubadas próximas ao Convento da Ajuda para a abertura da avenida Central.⁵² O novo porto foi equipado com 52 novos armazéns e igual número de guindastes elétricos. Para facilitar o acesso ao porto, foram ampliadas as linhas das estradas de ferro Leopoldina e Central do Brasil, sendo também construída a nova avenida Rodrigues Alves.⁵³

Em novembro de 1903, no final do mandato do presidente Rodrigues Alves, foi inaugurado o primeiro trecho do novo cais do porto, com 500m de extensão. A inauguração oficial só ocorreria, no entanto, em julho de 1910, no



O novo porto do Rio de Janeiro, na atual praça Mauá, 1910
Augusto Malta

governo do presidente Afonso Penna. Contando com 2.700m de extensão, as instalações do porto já eram então insuficientes para atender satisfatoriamente ao intenso movimento de carga e descarga de mercadorias na cidade do Rio de Janeiro.⁵⁴

Como desdobramento da reforma do porto, foi construída a avenida Rodrigues Alves ou avenida do Cais, ligando a praça Mauá à avenida Francisco Bicalho (3.090m de extensão e 40m de largura), além de iniciada a abertura da avenida Central, que rasgaria o coração da cidade, desde o cais, na Prainha (atual praça Mauá), até a praia de Santa Luzia, fazendo assim a ligação com a avenida Beira-Mar.



A avenida Beira-Mar e os novos jardins do bairro da Glória, c. 1908
 Marc Ferrez

O ORÇAMENTO DAS OBRAS	
Encampamento das concessões	17.300:000\$000
Desapropriações (cais e avenida)	52.450:000\$000
Obras do cais	86.000:000\$000
Obras da av. Central	3.780:000\$000
Obras da av. do Mangue	3.997:000\$000
Administração: 5% do valor das obras	4.688:870\$000
TOTAL	68.216: 270\$000

Fonte: ROCHA, Oswaldo P. *A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro 1870-1920*, 1995

A MODERNIZAÇÃO URBANA E OS VELHOS COSTUMES

Para as autoridades da época, a reforma da cidade ficaria incompleta se não houvesse também uma mudança de costumes. Por isso, a administração de Pereira Passos recuperou uma série de antigas posturas municipais e criou novas, com o intuito de disciplinar os hábitos da população. Outro aspecto importante é que algumas dessas posturas implicavam pagamento de impostos e a cobrança de multas, o que acabou proporcionando um aumento significativo da receita municipal.



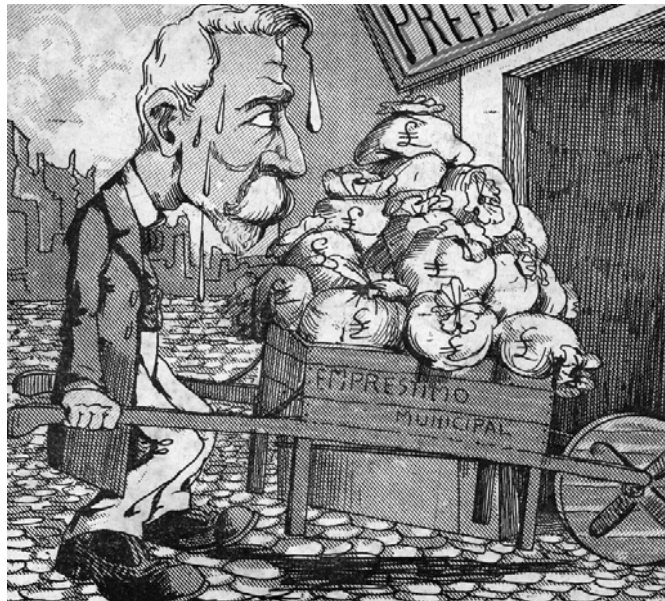
A lembrança do passado escravista na persistente presença de velhos costumes.
A – Negras quitandeiras do Rio de Janeiro, c. 1895

Marc Ferrez

B – Os pés descalços pelas ruas da cidade. Largo da Sé, 15.3.1907 (detalhe; imagem inteira à página 112)

Augusto Malta

A



B

O PREFEITO DORMINDO

Hontem fatigado de muito trabalho S. Ex. [o Prefeito Pereira Passos] adormeceu ao zum-zum confuso de vozes que vinham de salas próximas.

Adormeceu. Mal, porém, as pálpebras lhe cerraram, S. Ex. começou a sonhar. A cidade, velha e imunda de hoje havia desaparecido.

Em seu logar uma lindissima cidade moderna se estendia, cheia de extraordinarios palácios, de enormes avenidas, de verdejantes parques. De repente, porém, de toda parte surgiram pesados carrinhos de mão, num grande barulho de ferro sobre a calçada, rigorosamente empurrados por homens athléticos. E os cem, os duzentos, os quinhentos mil carrinhos avançaram em sua direção desordenadamente. Quis fugir, não pode, escorregou e caiu. E quando se quis erguer, não o conseguiu: rodas ligeiras o apanharam pelo braço e passaram-lhe por cima do tronco.

Caricatura do prefeito Pereira Passos
Emprestimo Municipal
O Malho, 13.8.1904

Que dor. Ui! Ui!

Com a dor despertou.

- Ora bolas!

Tinha sido isto: recostara-se de mau jeito comprimindo um braço.

S. Ex. esfregou a manga da sobrecasaca e fechou os olhos de novo.

Tornou a sonhar.

Desta vez o Rio de Janeiro, transformado em uma capital superior a Buenos Aires, estava em festa: ia ser inaugurada a estátua de seu Haussmann. Mas de súbito, algumas centenas, depois milhares de vacas ferozes com campainhas ao pescoço sacudindo terrivelmente as adadas e retorcidas pontas apareceram enchendo as ruas...

Quis refugiar-se em alguma loja, mas todas as portas estavam fechadas.

Que perigo! E por toda a parte milhões de bocas invisíveis gritavam atordoadamente:

- O leite! Olha o leite! Olha o leite!

O Paiz, 11 jan. 1903.

Os chamados “burros-sem-rabo”: carregadores de carrinhos-de-mão. Rua Direita (atual Primeiro de Março), c. 1890 e avenida Central, c. 1910 (detalhes; imagens inteiras às páginas 22 e 80, respectivamente)
Marc Ferrez



Uma dessas posturas visava diretamente os carregadores que usavam “carrinhos de mão” sobre os trilhos de ferro das companhias de bondes, provocando um barulho ensurdecedor. Na mesma época, também não foram mais permitidos vendedores ambulantes circulando sem licença pelas ruas da cidade, nem tampouco os vendedores ambulantes de leite que ordenhavam suas vacas nas vias públicas, assim como a “praga dos vendedores ambulantes de bilhetes de loteria que, por toda parte, perseguiram a população incomodando-a com infernal grita”, ou ainda a venda de miúdos de reses em tabuleiros à mostra nas ruas do Rio.⁵⁵

A imagem da cidade moderna também era incompatível com a miséria. Por isso, Pereira Passos proibiu a presença dos “tiradores de esmolas e mendigos”, encaminhando-os aos asilos. “Muito me preocupei – justificou o prefeito – com a extinção de mendicidade pública, o que mais ou menos tenho conseguido, de modo humano e equitativo, punindo os falsos mendigos e eximindo os verdadeiros á contingência de exporem pelas ruas sua infelicidade, proporcionando-lhes agasalho e conforto, já no Asylo de S. Francisco de Assis, já em instituições privadas, que lhes abriram caridosamente as suas portas”.⁵⁶ Como não havia asi-



A



B

O comércio de carnes a céu aberto, tradição condenada: vendedor de aves (A) e vendedor de mocotó (B), c. 1895

Marc Ferrez

los suficientes e muitos dos falsos mendigos eram soltos, as medidas práticas nem sempre funcionavam.

Completando a “limpeza” das ruas, Pereira Passos providenciou o recolhimento e extermínio de cães vadios que vagavam pela cidade e a obrigatoriedade da matrícula dos cães que tivessem donos residentes na capital. Boa parte da imprensa procurava ridicularizar as aspirações e ações modernizadoras de Pereira Passos, como revela a crônica “O prefeito dormindo”, p.45. Outro motivo de piada, como mostra o artigo “A Cidade”, publicado na *Gazeta de Notícias*, em junho de 1903, foi o decreto que prescrevia o uso de escarradeiras nos estabelecimentos públicos e proibia “cuspir e escarrar nos veículos de transporte de passageiros”.⁵⁷ O artigo ironizava a medida impopular do prefeito:

A CIDADE

[...]

– É boa! e há escarradeiras nos bonds?

– Não. Mas não é preciso cuspir no chão do carro. Pode cuspir para fora.

– Sim, posso cuspir para fora, quando estiver ocupando a ponta do banco. Mas, quando estiver no centro?

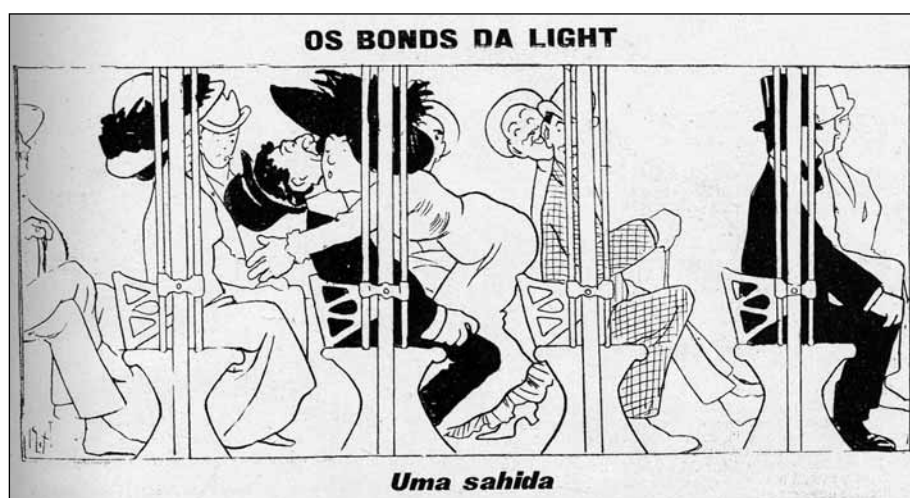
– Peça licença ao vizinho da direita ou ao da esquerda, e incline-se um pouco.

– Mas, se eu não quiser pedir licença?

– Não peça, mas também... não cuspa!

– Esta agora. Mas eu quero cuspir! eu hei de cuspir! eu tenho o direito de cuspir! é o meu direito...

– Perdão! o senhor também tem o direito de andar descalço, e anda calçado; tem o direito de não usar gravata, e está hoje com um formoso laço a Eduardo VII; tem o direito de trazer o almoço dentro de uma latinha e de comê-lo no bond, e almoça em casa;

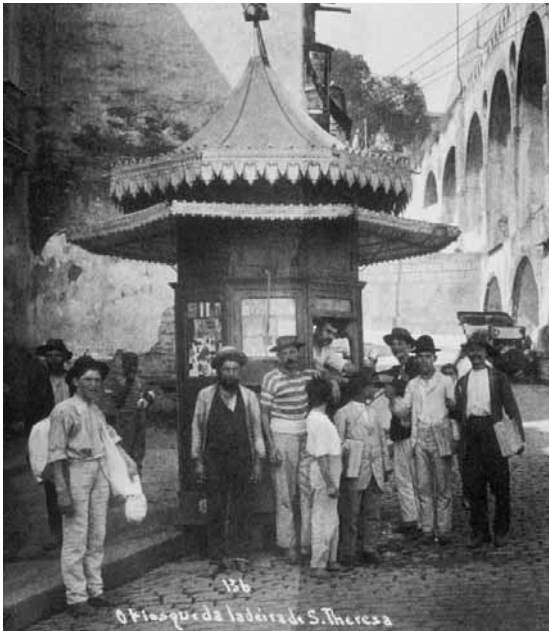


Uma parada / Uma sahida
Os bonds da Light.
Fon-Fon!, 6.8.1910
 K. Lixto

– Porque? por que, tendo o direito de fazer tudo isso, tem também o dever de ser bem educado [...]. – Mas se o sr. for tuberculoso, continuará a usar do seu direito?
 – Qual tuberculoso, homem! Tenho pulmões de ferro, - e hei de cuspir! E, se ficar tuberculoso, tanto pior para mim e para os outros! Hei de cuspir! é o meu direito [...]
 – Só tem um direito!
 – E qual é?
 – É o direito de morrer! E digo-lhe mais: nem é um direito! é um dever! Morra, meu amigo, morra por amor dos seus semelhantes!

"A Cidade", *Gazeta de Notícias*, 3 jun. 1903 ⁵⁸

Outro símbolo do "atraso" eram os quiosques, pequenas construções de madeira em estilo oriental localizadas em praças, largos e ruas da cidade como as ruas do Ouvidor, do Ourives, Uruguaiana, Gonçalves Dias, Primeiro de Março. No início do século, eram freqüentados apenas pela gente pobre, que neles tomavam café e cachaça, comiam broas de milho ou compravam fumo. Segundo o cronista Luís Edmundo, um defensor das mudanças, "Cada quiosque mostra, em



A



B

torno, um tapete de terra úmida, um círculo de lama. Tudo aquilo é saliva. Antes do trago, o pé-rapado cospe. Depois, vira nas goelas o copázio e suspira um ah! que diz satisfação, gozo, conforto. Nova cusparada. E da grossa, da boa..."⁵⁹ O quiosque era, em síntese, uma afronta aos olhos da elite modernizante.

Que metro é preciso para contar que vamos perder os quiosques? Dizem que o conselho municipal trata de acabar com eles. Não quero que morram, sem que eu explique cientificamente sua existência. Logo que os quiosques penetraram aqui, foi nosso cuidado perguntar às pessoas viajadas a que é que os destinavam em Paris, donde vinha a imitação; responderam-me que lá eram ocupados por uma mulher, que vendia jornais. Ora, sendo o nosso quiosque um lugar em que um homem vende charutos, café, licor e bilhetes de loteria, não há nesta diferença de aplicação um saldo a nosso favor? [...] Não obstante, lá vão os quiosques embora. Assim foram as quitadeiras crioulas, as turcas e árabes, os engraxadores de botas, uma porção de negócios de rua, que nos davam certa feição de grande cidade levantina.

Machado de Assis. *In A Semana*, 16 abr. 1893

A prefeitura interditou também o plantio de capim, a cultura de hortas na zona urbana e a criação de porcos. Até as brincadeiras de rua sofreram perseguição e foram proibidas, como o caso do entrudo, uma brincadeira popular, de raízes portuguesas, da época do Carnaval. "Eram tinas d'água, postas nas ruas ou nos corredores, dentro das quais metiam à força um cidadão, todo – chapéu, dignidade e botas. Eram seringas de lata, eram limões de cera. Davam-se batalhas porfiadas de casa em casa, entre a rua e as janelas, não contando as bacias d'água despejadas à traição..."⁶⁰ A pena para os infratores era de dois a oito dias

A – Quiosque nas proximidades dos Arcos, aos pés da ladeira de Santa Tereza, 7.11.1904

Augusto Malta

B – Do proprietário do quiosque para o prefeito Pereira Passos: — Garanto a Bossoria qu'este kiosque lá n'Abenida faria um figurão! O Malho, 9.12.1905

Anônimo

**A quitandeira “condenada”
a desaparecer, tal como
o quiosque, c. 1895**
Marc Ferrez



**“Velhas usanças”: a lavadeira
carregando sua trouxa
pelas ruas da cidade.
Largo da Sé, 15.3.1907
(detalhe; imagem inteira
à página 112)**
Augusto Malta



de prisão para os que não pudessem pagar a multa. Outro decreto proibia fogueiras e fogos de artifício e os “balões de fogo” nas ruas e praças públicas.⁶¹

Ao mesmo tempo, procurava-se embelezar a cidade, exigindo-se dos proprietários a pintura, caiação, conserto e limpeza de seus imóveis, principalmente das fachadas, proibindo-se a exposição nas ruas de artigos vendidos nos estabelecimentos comerciais, demolindo-se o antigo mercado municipal, construindo-se um matadouro-modelo, um coreto, para apresentações musicais na praça Quinze, ou ainda *water-closets* e mictórios no Passeio

Público e na praça da República.⁶² Pereira Passos também alargou dezenas de ruas, como da Guarda Velha, Prainha, Assembléia, Carioca, Frei Caneca, Camerino, Conselheiro Saraiva e Santo Antônio, e prolongou as ruas Larga de S. Joaquim, Sacramento, além da travessa de S. Francisco de Paula.

Inspirada em modelos e valores europeus tidos como símbolos da civilização, a reforma urbana sufocava costumes e tradições populares. Mas não inteiramente, como admitia o próprio prefeito: “Velhas usanças se mantinham que, em muitos casos, lhe negavam os foros de capital e mesmo de simples ‘habitat’ de um povo civilizado”.⁶³ Sentimentos e manifestações populares vazavam pelas fissuras da cidade republicana.

CAPÍTULO 2: O “BOTA-ABAIXO”: A CIDADE EM RUÍNAS

ALARGAMENTO

*Pobre da rua do Senhor dos Passos!
Já tinha tantas e alargadas fendas
nos edifícios velhos e nas vendas,
E eil-a, hoje – a pobre! – com o prefeito nos braços!*

*Fujam os vagabundos e os madraços!
Fujam turcos com fitas e com rendas!
No ponto aberto já não quer mais tendas
O prefeito doutor Passos!*

*Corta-se a rua. Cahem casas. Tudo
Vai por terra... Da gente estuporada
Todo o ar é surpreso, o lábio é mudo...*

*E o que inda é caso p’ra maior espanto
É ver hoje, de súbito, cortada
A rua alegre que cortava tanto!*

O Malho, 18 abr. 1903



As realizações de Pereira Passos registradas pelo fotógrafo oficial da prefeitura. Ruas Uruguaiana e Carioca, 29.7.1906, Augusto Malta

A reforma de Pereira Passos demoliu, ao todo, cerca de 2.700 prédios, ficando por isso conhecida como a época do “bota-abaixo”. Muitos dos prédios demolidos eram habitações coletivas, consideradas pelas autoridades sanitárias

como focos epidêmicos, sendo assim recomendada, pura e simplesmente, a sua derrubada. Lucrariam com essas demolições os investidores que, depois de inaugurada a avenida Central, puderam construir prédios grandes e modernos destinados, em sua maioria, a negócios.

O prefeito Pereira Passos em ação.
Depressa! Depressa!
O Malho, 18.3.1905
Anônimo



A abertura da avenida Central, símbolo maior das reformas, rasgou o centro da cidade. Cortou as ruas da Prainha (atual rua do Acre), Municipal, Visconde de Inhaúma, Teófilo Otoni, S. Pedro, General Câmara, Alfândega, Hospício, Rosário, Ouvidor, Sete de Setembro, Assembléia e São José, além de comprometer grande parte das ruas de São Bento, Beneditinos, Municipal, Ourives, Santo Antônio, Barão de São Gonçalo, Ajuda e do Beco do Manuel de Carvalho. Nesse longo trajeto, as picaretas puseram abaixo, em seis meses, cerca de 550 prédios, que eram desapropriados mediante indenização, desde que não fossem considerados “em ruínas”.⁶⁴

As demolições tiveram início em 28 de fevereiro de 1904, e começaram pelo



Demolições para a construção da avenida Central, 1904-1905
João Martins Torres



Demolições para a construção da avenida Central, 1904-1905
João Martins Torres

prédio número 25 da rua da Prainha. Dividida em três distritos, a área central da cidade, por onde passaria a avenida Central, foi transformada num imenso canteiro de obras. No início, só havia pás, picaretas, dinamite, carroças de burros e saveiros para carregar o entulho.⁶⁵ Depois das primeiras demolições, a Companhia Jardim Botânico instalou uma linha de bonde elétrico para transportar materiais de demolição, enquanto carroças levavam o entulho. Milhares de operários trabalhavam dia e noite em precárias condições. As demolições destruíram residências, casas de cômodos, cortiços, estabelecimentos comerciais, oficinas e pequenas fábricas.

A reforma implicava intervenções irreversíveis na geografia da cidade. O morro do Senado foi inteiramente destruído. No morro de São Bento, formado



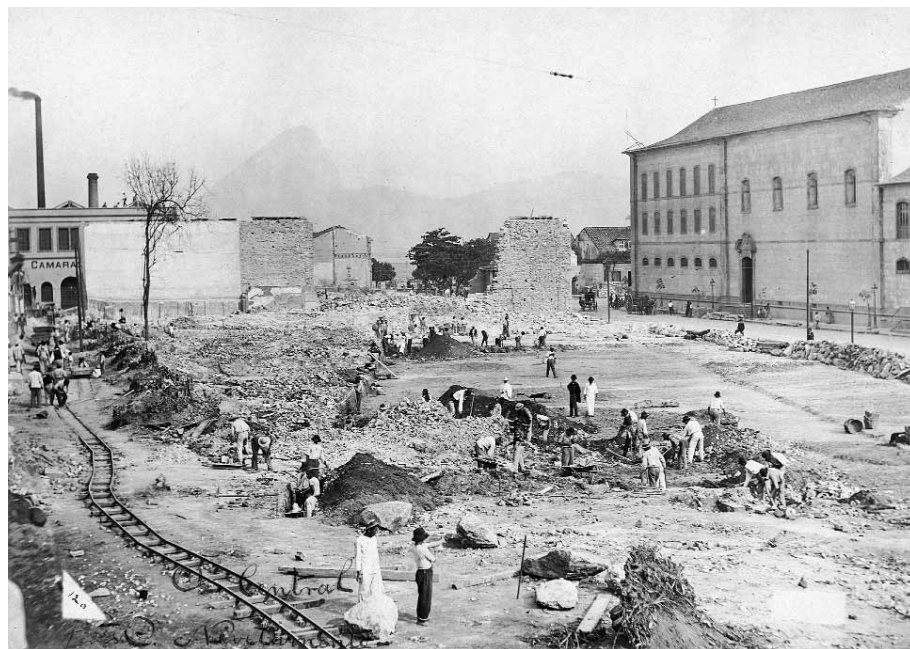
Linha de bondes instalada no percurso das obras da avenida Central, c. 1904
João Martins Torres

**Os escritórios da Comissão
Construtora da avenida
Central, c. 1904**
João Martins Torres



de granito, empregou-se a dinamite para fazer desaparecer uma grande escadaria de pedra que dava acesso à caixa d'água existente no local. O morro do Castelo, berço histórico da cidade e local de residência de muitas famílias imigrantes, teve uma de suas abas cortadas, sendo todas as casas de uma das suas encostas derrubadas. Para dar lugar à avenida, uma grande extensão da ladeira do Seminário e parte da entrada do antigo Seminário dos Capuchinhos, no morro do Castelo, também desapareceram.⁶⁶ Este último só seria definitivamente arrasado no início da década de 1920, na administração do prefeito Carlos Sampaio.

**Remoção de entulho nas
proximidades do antigo
Convento da Ajuda, c. 1905**
João Martins Torres



A FORÇA DAS PICARETAS

O poeta Olavo Bilac saudou em grande estilo a chegada das picaretas que eliminavam os vestígios do nosso passado colonial:

Há poucos dias, as picaretas, entoando um hino jubiloso, iniciaram os trabalhos da avenida Central, pondo

abaixo as primeiras casas condenadas. No abrir das paredes, no ruir das pedras, no esfarelar do barro, havia um longo gemido. Era o gemido soturno e lamentoso do Passado, do Atraso, do Opróbrio, da Cidade Colonial, imunda, retrógrada, emperada nas suas velhas tradições, que estava soluçando no soluço daqueles materiais apodrecidos que desabavam.⁶⁷

Mas as obras de demolição tinham outras implicações, mais graves do que a mera derrubada dos “materiais apodrecidos” do tempo da colônia. Elas deixaram desabrigadas uma grande parcela da população. Na demolição do antigo Seminário de São José, que havia se transformado em casa de cômodos, os moradores tiveram o prazo de oito dias para sair do prédio. Segundo reportagem feita pelo *Correio da Manhã*, lá moravam mais de trezentas pessoas, geralmente imigrantes, “umas falando alemão, outras italiano, francez, árabe, etc”⁶⁸, além dos migrantes de outros estados do país. O repórter entrevistou uma senhora alemã:



**A imprensa ilustrada e a crítica social:
Querem arrasar o morro?
Pois arrasem, mas se não há casas, façam barracões para a gente pobre!
Descendo do Castelo
O Malho, 2.9.1905**



Demolições na encosta do morro do Castelo, 1904
João Martins Torres

Demolições na encosta do morro do Castelo, 1904
João Martins Torres



– Arranjou casa, Mme.?
– Não. Estou na rua desde manhã e só encontro casas por 100\$. 120\$000! Sou pobre e não posso fazer taes despesas...⁶⁹

Desesperados diante das demolições da prefeitura, os moradores não eram ouvidos. Completamente desamparados, muitos assistiram à demolição de prédios inteiros, como o Seminário de São José, iniciada antes mesmo do prazo estipulado pelas

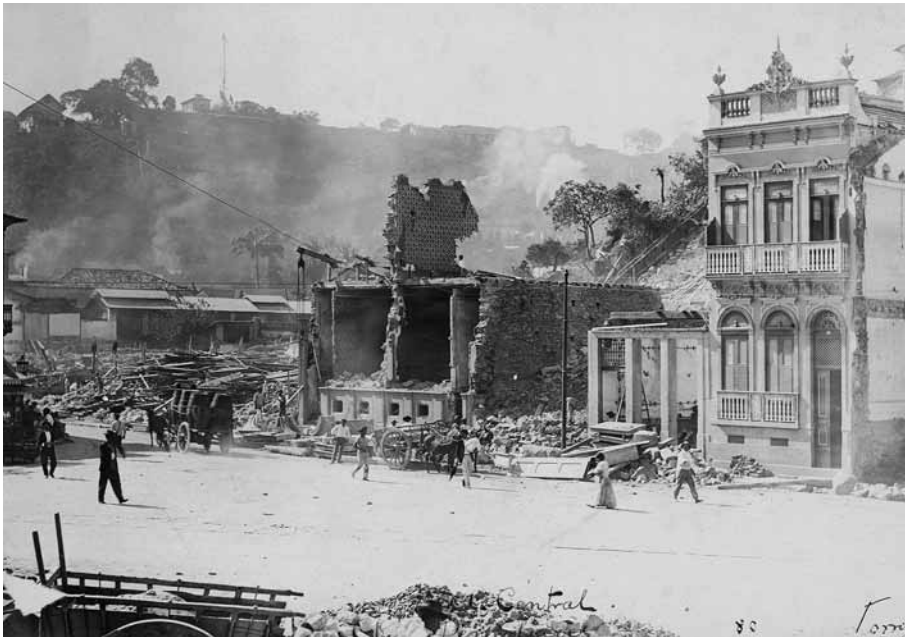
autoridades. O “bota-abixo” desorganizava assim a vida de milhares de famílias que viviam no centro do Rio. Por outro lado, o preço dos imóveis na região também subiu consideravelmente nesse período, agravando ainda mais a crise de moradia. O censo de 1906 revelou os seguintes dados sobre o aumento populacional nas freguesias centrais da cidade desde o final do século XIX:

FREGUESIA	1872	1890	AUMENTO	%
Sacramento	26.909	30.663	3.754	14
Candelária	9.818	9.701	-	-
São José	20.010	40.017	20.007	100
Santa Rita	30.865	43.805	12.940	42
Santana	38.446	67.533	29.087	75
TOTAL	126.048	191.719	65.788	52

Fonte: Censo de 1906 – Apud Oswaldo P. Rocha. *A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro 1870-1910*, 1995, p. 73.

As freguesias centrais e mais antigas – Sacramento, Santa Rita, Candelária e São José – foram o alvo principal das picaretas do “bota-abixo”. Populosas, elas abrigavam, desde as últimas décadas do século XIX, moradores pobres vivendo na sua maioria em habitações coletivas.

Seus habitantes tinham desenvolvido, durante anos e anos, formas de resistência e de sobrevivência, valores culturais e sociais que, de uma hora para outra, desaparecem sob o peso da picareta. Podemos dizer que são comunidades inteiras que desaparecem, indivíduos que perdem sua identidade social, na medida em que vêem seu universo cotidiano transformar-se em poeira, em questão de dias. Amizades são desfeitas, famílias se separam e, até mesmo, espaços destinados ao lazer desaparecem pela força do poder público, poder este que, em teoria, estaria a serviço dos interesses da população.⁷⁰



**Prédios já derrubados
ou à espera da destruição,
c. 1904-1905**
João Martins Torres



**Edificações que foram
abaixo para dar lugar à
avenida Central, c. 1904**
João Martins Torres

Como os habitantes dessas freguesias não eram proprietários dos imóveis, foram obrigados a se mudar para outras áreas da cidade, sem qualquer indenização. Nas fachadas dos prédios condenados podia-se ler: “*mudou-se para...*” ou “*mudar-se-á para...*”, comentava o jornal *A Cidade*, em junho de 1903.⁷¹ O engenheiro Everardo Backheuser também registrou a situação dos despejados: “Derrubada uma estalagem (verifica-se o fato quotidianamente entre nós), os seus moradores distribuem-se pelas casas das redondezas por efeito do hábito, das necessidades de trabalho ou das facilidades de crédito”.⁷²

As demolições do centro da cidade ocasionaram o povoamento dos subúr-

bios e, principalmente, dos morros, uma vez que estes, no centro ou nos bairros mais próximos das zonas norte e sul, não ficavam distantes do mercado de trabalho.

Em *Clara dos Anjos*, Lima Barreto descreve essa gente:

São operários, pequenos empregados, militares de todas as patentes, inferiores de milícias prestantes, funcionários públicos e gente que, apesar de honesta, vive de pequenas transações, do dia a dia, em que ganham penosamente alguns mil réis. O subúrbio é o refúgio dos infelizes. Os que perderam o emprego, as fortunas, os que faliram nos negócios, enfim, todos os que perderam a sua situação normal vão se aninhar lá; e todos os dias, bem cedo, lá descem à procura de amigos fiéis, que lhes dêem alguma coisa para o sustento seu e dos filhos.⁷³

Desterrados pela reforma urbana, milhares de habitantes viram suas vidas serem desmanteladas pelas obras na cidade, agravando ainda mais a crise habitacional e as diferenças sociais. O “bota-abaixo” não só pôs fim a prédios coloniais da cidade e afetou a vida de famílias inteiras, como também abalou profundamente antigos alicerces culturais, abrindo espaços para a importação em larga escala de uma cultura estrangeira.⁷⁴ Sobre a cidade em ruínas e devassada seria edificada a cidade moderna, “uma cidade sem memória, sem as tradições e os laços que a uniam ao passado”.⁷⁵



Desenhos de Ivan Wasth Rodrigues, a partir de fotografias de A. Malta, 1988



CAPÍTULO 3: A REVOLTA DA VACINA

Rua foi feita para ajuntamento. Rua é como cobra. Tem veneno. Foge da rua!

Máxima popular, declinada em eubá (língua africana).

Os ratos fazem qui, qui, qui,

Qui, qui, qui, qui, qui

As pulgas pulam d'aqui

Pr'a'li, d'ali pr'a qui, d'aqui pr'ali

Os gatos fazem miau,

Miau, miau, miau,

Quem inventou a peste bubônica

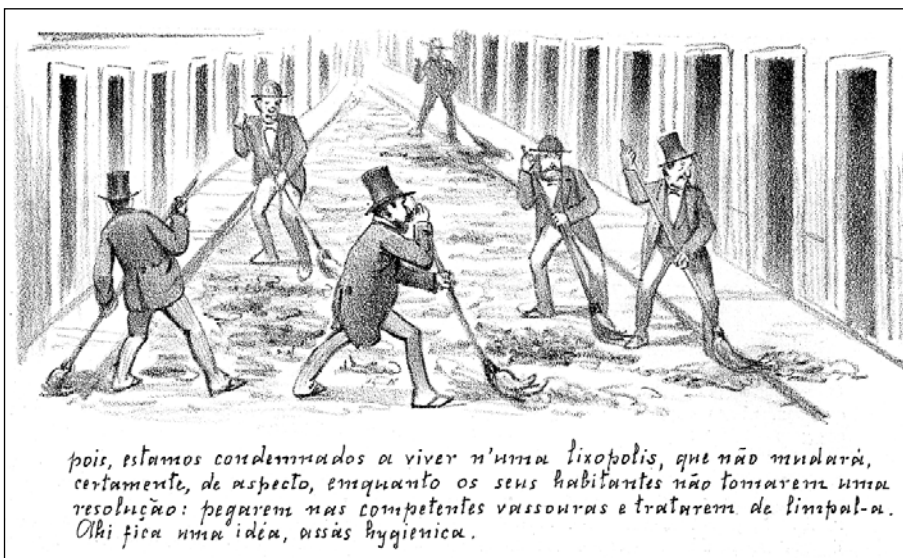
Merece muito pau.

Canção popular. João do Rio, "A musa urbana",

Kosmos, ago. 1905

MEDIDAS SANITÁRIAS E DE HIGIENIZAÇÃO

A cidade do Rio de Janeiro é uma cidade pestilenta, um corpo doente que irá se restabelecer por meio de rigorosas medidas sanitárias – diagnosticavam, desde as últimas décadas do século XIX, médicos e higienistas. E para curá-la tornava-se necessária a intervenção do poder público por meio de uma política sanitária que atacasse os focos de doenças, tudo (ou quase tudo) que trouxesse perigo à saúde. Uma verdadeira polícia médica que, intervindo na vida so-



Revista Illustrada,
abril de 1891

Ângelo Agostini

cial, transformasse o que fosse julgado “atraso” e “desordem” em “progresso” e “ordem”.

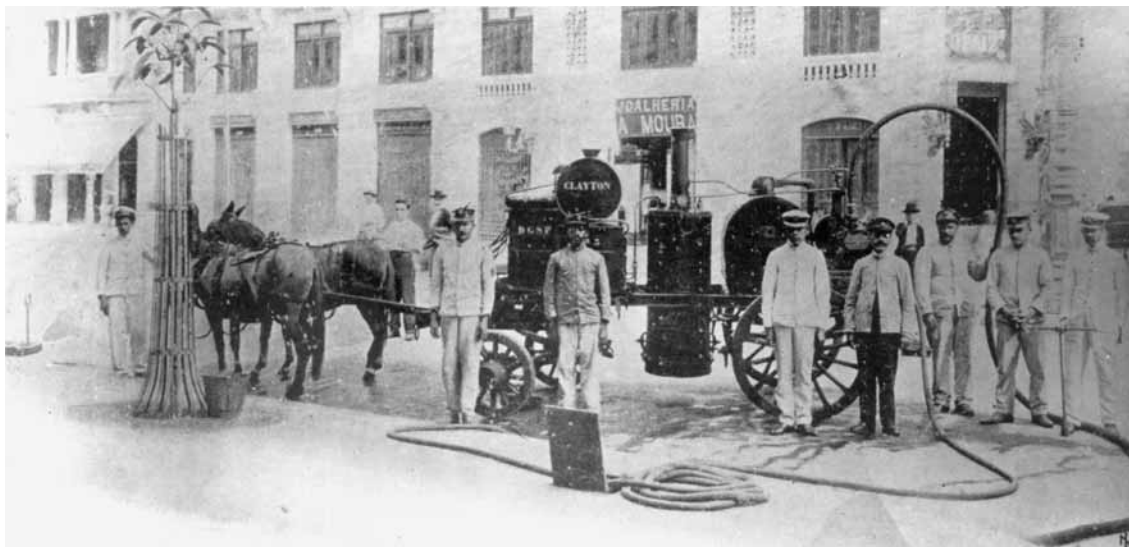
Segundo esses higienistas, que na realidade começavam a introduzir a prática da medicina social na cidade, as epidemias de doenças pestilenciais tinham duas causas principais: as “causas naturais”, relacionadas com os aspectos geográficos da cidade (o calor, a umidade, o mar, os ventos, as montanhas, as chuvas, os pântanos), e as “causas urbanas”, que associavam às más condições de vida (habitação, trabalho, alimentação, saneamento básico) da população pobre.

MORTES POR DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS					
Doenças	1886/1890	1891/1895	1896/1900	1901/1905	1906/1910
Tuberculose	10.471	11.239	13.073	14.008	14.607
Malária	6.351	9.157	7.407	3.649	1.106
Febre amarela	5.211	15.261	5.241	2.204	85
Variola	4.662	6.329	2.508	6.621	6.829
Tifo	567	531	548	528	260
Beribéri	1.022	919	1.152	489	179
Total	28.284	43.436	29.929	27.499	23.066
% de mortes transmissíveis/gerais	49,9%	47,4%	41,0%	39,0%	36,2%

Fonte: LESSA, Carlos. *O Rio de todos os Brasis*, 2000.

O escolhido pelo presidente Rodrigues Alves para comandar a política de saúde pública foi o médico sanitariano Oswaldo Cruz. Assumindo a chefia da Diretoria Geral de Saúde Pública, sua missão, simultânea à política de reformas da cidade, seria sanear o Rio de Janeiro, derrotando as epidemias, sobretudo a peste bubônica, a febre amarela e a varíola.

Equipe de combate ao mosquito *Aedes aegypti*, causador da febre amarela, c. 1904
Anônimo



A peste bubônica, doença infecciosa do rato, transmitida ao homem pela pulga, foi combatida por brigadas sanitárias que vasculhavam becos, armazéns, cortiços e hospedarias, mandavam remover o lixo e espalhavam raticidas. Outra decisão, curiosa mas necessária, foi passar a comprar ratos. Funcionários da prefeitura percorriam as ruas do centro e dos subúrbios, pagando 300 réis por rato capturado pela população. Em pouco tempo, os casos de peste e até os ratos diminuíram sensivelmente na cidade.⁷⁶

Para combater o vírus da febre amarela, transmitido pelo mosquito *Aedes aegypti* – que havia sido identificado pelo médico cubano Carlos Finlay em 1881, Oswaldo Cruz criou o Serviço de Profilaxia da Febre Amarela. Uma de suas ações principais foi formar as brigadas de “mata-mosquitos” que atuavam por toda a cidade combatendo os focos da epidemia. A cidade foi dividida em dez distritos sanitários, chefiados por delegados de saúde, os quais eram auxiliados por médicos, inspetores sanitários e acadêmicos de medicina. Com a atuação de cerca de 2.500 mata-mosquitos, em pouco tempo dezenas de ruas já haviam sido percorridas, sendo feitas milhares de visitas domiciliares, intimações e interdições.⁷⁷

Ao mesmo tempo, funcionários da Limpeza Pública, muitas vezes acompanhados de forças policiais, inspecionavam os domicílios da cidade, providenciavam a remoção do lixo, a desinfecção de reservatórios d’água, bueiros, ralos, tanques e valas, desocupavam sótãos e porões e confiscavam galinhas e porcos. Uma seção encarregava-se de neutralizar as larvas do *Aedes aegypti* em depósitos de água. Outra lançava enxofre e píretro⁷⁸ nas casas para matar



Obras de saneamento paralelas às demais medidas sanitárias. Caixa da rua da Carioca, em frente da travessa de S. Francisco de Paula, c. 1906

Augusto Malta

os mosquitos.⁷⁹ Nos prédios interditados, exigiam que todos os aposentos fossem pavimentados, além de determinarem a instalação de privadas em compartimentos arejados: “nas habitações coletivas, afixavam nas portas dos cômodos o número máximo de ocupantes, e exigiam que a lavagem de roupa fosse feita em tanques sobre calçada cimentada e ligados à rede de esgotos”.⁸⁰ Quanto aos doentes, os mais ricos eram isolados em suas casas e os pobres transferidos para hospitais públicos.

No dia 5 de janeiro de 1903 era aprovado, com base no Código Sanitário, o Decreto nº 1.151 que autorizava a interdição e a demolição de prédios, obras e construções. Segundo o decreto, elas deveriam ser feitas por meio do Código Sanitário.

O diálogo truncado entre uma moradora de um domicílio vistoriado e membros das brigadas sanitárias que inspecionavam a sua casa traduzem o grau desse controle médico e a reação das pessoas à invasão da privacidade:

– *Bom dia minha senhora.*
– *O que deseja o Senhor?*
– *Sou da Hygiene e sem demora quero ver.*
– *Entre, doutor!*
– *Isto assim? Hum... É preciso*
Deitar-lhe desinfectantes
Pois é grande prejuízo
P'ra da casa os habitantes.
(Mas a senhora é chamada;
Entra uma outra comissão,
Que pergunta logo á entrada):
– *Minha senhora, tem cão?!*
– *Sim, senhor, (responde a dama),*
Já tem coleira e chapinha.
(Mas á porta alguém a chama);
É a gente da vassourinha,
co a lata de Kerosene
Para o mosquito matar,
O Fasciata, que a Hygiene
quer de todo exterminar,
E, em quanto mata o mosquito,
o pobre e innocente bicho,
ouve-se fora este grito)!
Já foram pegar o lixo?!
[...]

O Malho, 18 jul. 1903

A MULTIDÃO REBELADA

Da mesma forma que o combate à febre amarela, a campanha contra a varíola, doença transmitida por um vírus, também empregou métodos autoritários. A lei que tornava obrigatória a vacina contra a varíola transformaria a cidade em palco de sangrento episódio, a chamada Revolta da Vacina. De repente, todas as insatisfações populares se juntavam.

Aprovada em 31 de outubro de 1904, por iniciativa de Oswaldo Cruz, a lei da vacina obrigatória determinava a vacinação da população em todo o território nacional, prevendo penas que iam de pesadas multas à proibição de trabalhar. A lei e, especialmente, os métodos adotados para que ela fosse cumprida geraram as reações de boa parte da população que, por sua vez, foi também insuflada pelos opositores do governo. Havia igualmente grande desconfiança

quanto à eficácia da vacina ou objeções de fundo religioso. Parte da população negra, por exemplo, seguindo as tradições africanas, acreditava na cura por meio apenas de rituais religiosos.⁸¹ Muitas pessoas temiam também ser inoculadas pelo vírus da varíola ao serem vacinadas. Em setembro de 1904, um cidadão reclamava nas páginas do *Jornal do Brasil*: “Porventura se deve rasgar as carnes do indivíduo para inocular-lhe os germens de uma moléstia que ele não tem?”⁸²

A eficácia da vacinação também era questionada entre as elites, principalmente por grupos de oposição ao governo. Rui Barbosa, por exemplo, em discurso no Senado, disse que a

lei da vacina obrigatória é uma lei morta. [...] Assim como o direito veda ao poder humano invadir-nos a consciência, assim lhe veda transpor-nos a epiderme. [...] Logo não tem nome, na categoria dos crimes do poder, a temeridade, a violência, a tirania, a que ele se aventura, expondo-se, voluntariamente, obstinadamente, a me envenenar, com a introdução, no meu sangue, de um vírus, em cuja influência existem os mais fundados receios de que seja condutor da moléstia, ou da morte.⁸³



No centro da polêmica:
a vacinação como método
de prevenção e cura.
Um mausoleo na Câmara
O Malho, 22.10.1904

No dia 10 de novembro de 1904, a agitação popular tomou conta de vários pontos da cidade. Aglomerações formavam-se na rua do Ouvidor, na praça Tiradentes e no largo de São Francisco de Paula, onde oradores populares se insurgiram contra a lei e o regulamento da vacina obrigatória. “Morra a polícia e abaixo a vacina!”, gritava-se.⁸⁴ No dia seguinte, a Liga Contra a Vacina Obrigatória, presidida pelo senador Lauro Sodré, que também era oficial do Exército, e apoiada por sindicatos operários, catalisou o descontentamento popular. Sem a participação de alguns líderes, um comício marcado no largo de São Francisco de Paula, contribuiu para que o movimento popular fugisse rapidamente do controle das lideranças, ocasionando violentos confrontos entre a polícia e os grupos populares.

O centro da cidade, convulsionado pelas reformas urbanas de Pereira Passos, transformou-se num palco de guerra. Os populares armavam-se de pedras, paus, vidros, ferros e outros instrumentos que encontrassem pelas ruas para enfrentar as tropas de infantaria e cavalaria. “O barulho do combate era ensurdecedor, tiros, gritos, tropel de cavalos, vidros estilhaçados, correrias, vaías e gemidos. O número de feridos crescia de ambos os lados, e a cada momento chegavam novos contingentes de policiais e de amotinados ao cenário disperso da escaramuça.”⁸⁵



O médico Osvaldo Cruz, com seu exército sanitário, enfrentando a fúria da multidão. *O Malho*, 29.10.1904

Durante quatro dias, as autoridades praticamente perderam o controle da região central e dos bairros da Saúde e Gamboa. A multidão lutava contra o governo, a vacina e a polícia. “Havia a poeira dos garotos e moleques; havia o vagabundo, o desordeiro profissional, o pequeno-burguês, empregado, caixeiro e estudante; havia emissários de políticos descontentes. Todos se misturavam, afrontavam as balas...”⁸⁶ Surpreendido com a dimensão da revolta popular, o

governo solicitou reforços ao Exército, à Marinha e à Guarda Nacional. Os rebeldes investiram também contra a iluminação pública e os bondes da Companhia Carris Urbanos, danificando cerca de setecentos combustores e 22 bondes.⁸⁷ Com os destroços, ergueram barricadas pelas ruas. Relata um jornal da época que “[...] a carcassa desses veículos, arrastada, foi atravessada na rua, de lado e lado, constituindo trincheiras. Dos ferros e baluartes, arrancados, faziam armas os arruaceiros que também se muniam de pedaços de postes e lampeões que arrancavam e quebravam”.⁸⁸

No dia 14 de novembro, aproveitando-se do caos no centro da cidade, alunos e oficiais da Escola Militar da Praia Vermelha também se insurgiram contra o governo, tentando depor o presidente. As tropas rebeldes marcharam em direção à sede do governo federal, no Palácio do Catete, mas foram sumariamente derrotadas por tropas do Exército e pelos canhões e metralhadoras da Marinha. Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, morreram mais de duzentas pessoas.⁸⁹ Fracassada a tentativa de se estabelecer uma “nova República”, curiosamente financiada

pelos monarquistas,⁹⁰ o governo declarou estado de sítio pelo prazo de trinta dias.

Na Saúde, bairro portuário, formou-se o reduto de maior resistência popular às forças do governo, “o baluarte Porto Arthur”. Sob o comando do negro Horácio José da Silva, o “Prata Preta”, os manifestantes organizaram barricadas “de mais de um metro de altura constituída de sacos de areia, trilhos arrancados à linha, postes telefônicos, fios de arame, paralelepípedos, troncos de árvore, madeiras de casas velhas, bondes e carroças”.⁹¹

As táticas dos revoltosos surpreendiam as forças policiais. Armados de carbabinas, revólveres e bombas de dinamite, os manifestantes dividiram-se em vários grupos. Muitos ocuparam os pontos mais altos do morro, enquanto outros permaneceram na praça por trás das trincheiras e tocaiados entre os muros. “Compreendem-se por meio de sinais combinados, com bandeiras de cores. Nos mirantes, gente em observação contínua”, noticiava um jornal.⁹²

Nas ruas do bairro da Saúde, próximo ao centro da cidade, causavam estorbo os vestígios de destruição:

O calçamento das ruas revolvido a picareta; os ralos dos esgotos e dos encaunamentos de água arrancados; as arvores derrubadas; os postes de iluminação e



Manchete de jornal da época, 15.11.1904

dos telegraphos derrubados; os lampeões inteiramente destruídos; as casas do pequeno comércio cheias de homens comendo bacalhao, pão, farinha e bebendo far-tamente; outras vidraças espatifadas; os leitos das ruas cobertos de montes de la-tas, garrafas, colchões, restos de cousas incendiadas, e aquella multidão sinistra, de homens descalços, em mangas de camisa, de armas ao hombro uns, de garruchas e navalhas a mostra outros, – davam uma impressão profunda e viva de que não se pode esquecer quem esteve nesse theatro de anarchia e tumulto [...].⁹³

DEPOIS DA REVOLTA

No dia 16 de novembro, com o levante popular ainda ocorrendo, o gover-no decidiu revogar a obrigatoriedade da vacina. Mas a medida, a essa altura, já não era suficiente para encerrar a revolta, levando o governo a intensificar a re-pressão. Forças conjugadas por mar e terra foram preparadas para atacar o bair-ro da Saúde. Porém, assim que o couraçado Deodoro apontou suas baterias pa-ra as trincheiras populares, os revoltosos fugiram, pondo fim à rebelião. Os números finais atestam a dimensão do levante: 30 mortos, 110 feridos, 945 pres-os e 461 deportados.⁹⁴



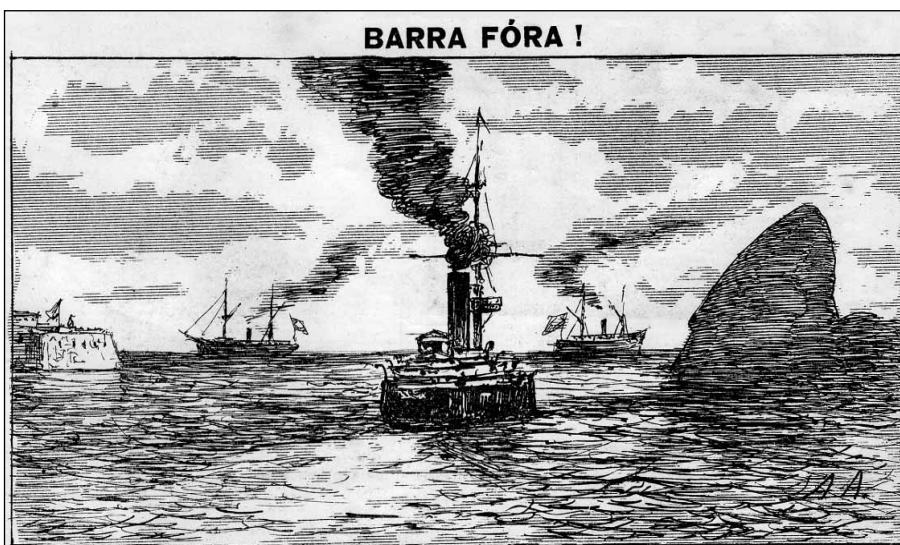
**À espera da deportação:
“gente que andou quebrando
lampiões e bondes”.
O Malho, 10.12.1904**

Em seguida, o governo deu início à prisão, tanto dos líderes populares da rebelião, quanto dos militares acusados de insur-reiçã. “Prata Preta” foi preso em um dos restaurantes baratos do bairro da Saúde na hora do almoço. O escritor Lima Barreto, em *Diário Íntimo*, registrou a arbitrariedade e a crueldade da repressão aos revoltosos, sobretudo os pobres:

Eis a narrativa do que se fez no sítio de 1904. A polícia arrepanhava a torto e a direito pessoas que encontrava na rua. Recolhia-as às delegacias, depois junta-vam na Polícia Central. Aí, violentamente, humilhanamente, arrebata-lhes os cós das calças e as empurrava num grande pátio. Juntadas que fossem algumas dezes-nas, remetia-as à Ilha das Cobras, onde eram surradas desapidadamente. [...]⁹⁵

A Ilha das Cobras tornou-se o centro dos castigos aos presos. Dias depois, eles foram embarcados em porões de navios para uma viagem sem volta ao Acre, terri-tório que o Brasil havia comprado da Bolívia em 1903. “Os banidos levavam a mis-são dolorosíssima de desaparecerem...”,⁹⁶ comentou o escritor Euclides da Cunha.

A intenção das autoridades era remover para bem longe da cidade os ele-mentos ditos “perigosos”, embora muitos deles fossem trabalhadores, desem-



*Em caminho para
a ilha do Bicho
O Malho, 3.12.1904*

pregados ou simples miseráveis que se envolveram circunstancialmente na revolta. Nas palavras do chefe de polícia Cardoso de Castro, afinadas com a política de saneamento da época: “era preciso limpar a cidade”.⁹⁷ Para isso, “cogitou-se mesmo de sufocar a desordem a metralha”.⁹⁸ A afirmação feita certa vez pelo presidente Campos Salles – “a cidade ideal era a cidade das multidões caladas” – parecia traduzir com perfeição os acontecimentos.

CAPÍTULO 4: A CONSTRUÇÃO DO BOULEVARD TROPICAL

Em pouco tempo e com a ajuda dos jornalistas e dos correspondentes em Paris, a burguesia carioca se adapta ao seu novo equipamento urbano, abandonando as varandas e os salões coloniais para expandir a sua sociabilidade pelas novas avenidas, praças, palácios e jardins.

Nicolau Sevcenko, *Literatura como missão*

VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA

Inspirada no modelo dos bulevares franceses, a avenida Central, com seus 1.800m de comprimento e 33m de largura, deveria se tornar, segundo seus construtores, um parâmetro da modernização urbana na América do Sul, superando até mesmo a avenida de Maio (30m), situada na rival Buenos Aires. “Nada expressa melhor a *belle époque* carioca do que a nova avenida Central – um imenso bulevar cortando as construções coloniais da Cidade Velha”,⁹⁹ comentou Jeffrey D. Needell.

O início dos trabalhos de abertura da avenida Central (vista em direção à Prainha, atual praça Mauá), 1904

João Martins Torres



Os novos edifícios da avenida Central em fase de construção, 1905

João Martins Torres



Se a abertura da avenida afetou inúmeros proprietários de cortiços, pequenos comerciantes, famílias empobrecidas e ordens religiosas, todos de alguma forma expulsos do centro da cidade,¹⁰⁰ ela também representou ótimos negócios para as empresas imobiliárias que participaram de sua construção e dos novos prédios. As novas áreas, nas palavras do urbanista Cândido de Malta Campos, foram “eleitas para constituir os novos pólos de prestígio e poder, e na conseqüente renovação da ocupação imobiliária”.¹⁰¹

Os negócios imobiliários favoreceram setores do comércio (principalmente importação), dos meios de transporte e da construção civil, estes últimos encar-

regados da construção da própria avenida e de imponentes edifícios públicos e particulares que seguiam estilos arquitetônicos variados e rígidos padrões construtivos. Alguns chegaram a dizer que era essa a “verdadeira” arquitetura, em contraposição à tradição portuguesa, considerada ultrapassada e incompatível com os ideais de modernização urbana. A Comissão Construtora da avenida Central chegou, inclusive, a criar normas para impedir que se fizessem edifícios baixos e acanhados.

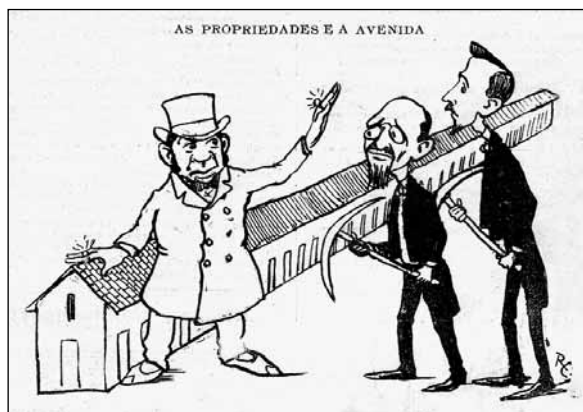
Além da melhoria da circulação e do embelezamento da cidade do Rio de Janeiro, a abertura da avenida também fomentou o emprego de novas técnicas de construção, como o uso de asfalto em vias públicas, a decoração de calçadas com mosaicos de pedras portuguesas e a utilização de estruturas metálicas, elevadores e outros equipamentos construtivos. Nos edifícios da avenida também passaram a ser largamente empregados novos e variados materiais de acabamento, como tintas, vernizes, papéis de parede, vidros, espelhos, maçanetas, torneiras etc., em grande parte importados, transformando-se assim essas edificações em uma espécie de “catálogo da capacidade e talento das grandes construtoras”.¹⁰²

CONCURSO DE FACHADAS

A 27 de janeiro de 1904, a Comissão Construtora da avenida Central abriu um concurso para projetos de fachadas dos prédios com prêmios em dinheiro. As normas do concurso estabeleciam que os projetos teriam liberdade de estilo arquitetônico, porém dentro de um quadro de referências preestabelecido, tais como o mínimo de três pavimentos de construção por prédio, sendo o térreo destinado a lojas comerciais, e fachadas de 10, 15, 20 e 25m de largura, depois estendidas até 35m.¹⁰³

O poeta Olavo Bilac, em crônica de abril de 1904 na revista *Kosmos*, expressou perfeitamente os anseios de grande parte das elites dirigentes, com olhos fixos na Europa, ao justificar a necessidade do concurso:

BELLO EMPREGO DE CAPITAL
 Grande venda de terrenos excepcionalmente situados proximo á Grande Avenida e ao novo Cães, na rua da Prainha entre a travessa de Santa Rita e a rua de S. Bento.
 Chama-se a atenção dos Srs. capitalistas para esta ocasião esplendida de adquirirem terrenos no melhor ponto commercial do Rio de Janeiro, quasi na esquina da Grande Avenida.
 Aceitam-se propostas para a compra destes terrenos, de futuro incalculavel.
 Trata-se com o Dr. J. Guilherme de Léon Bódê, na rua do General Camara n. 17, sobrado, das 10 horas da manhã ás 5 da tarde, ou na rua do Cattete n. 184, até ás 9 horas da manhã e depois das 6 da tarde. Tambem se aceitam propostas para os terrenos da rua Conselheiro Saraiva, canto da rua de S. Bento.
 Os terrenos são livres de qualquer onus, seja fôro ou laudemio.



O proprietário de um cortiço enfrentando as autoridades:
 – *Protesto! Protesto! Isto é um atentado à propriedade.*
 – *Mas a sua propriedade é imprópria... para figurar numa avenida.*
As propriedades e a avenida.
O Malho, 11.7.1903
 Anônimo

**O acabamento das fachadas
dos novos edifícios da
avenida Central, 1905-1906**

João Martins Torres



Uma boa avenida não é somente uma rua muito comprida, muito larga e muito reta: a avenida do Mangue tem todos esses predicados, e, entretanto, é um horror! Uma avenida precisa de prédios bem construídos, elegantes ou suntuosos. Casas tortas e feias, em ruas largas, são como vilões na corte, todos os defeitos se exageram. E, se vamos encher a avenida de prédios de cacaracá, melhor será que nos deixemos de sonhos, e que nos contentemos com o beco das Cancelas e com a Travessa do Ouvidor!

O que me aplacou o susto, foi o ato louvabilíssimo do governo, estabelecendo leis rigorosas para as construções – , e abrindo esse belo ‘concurso de fachadas’, cujo resultado excedeu as mais otimistas previsões.¹⁰⁴

Os projetos, notadamente ecléticos, apresentavam uma profusão de estilos sobrepostos, copiados de modelos europeus e norte-americanos. Transformar o Rio de Janeiro em uma cidade civilizada implicava, na mentalidade da época, a construção de fachadas elaboradas, ornamentos superabundantes e materiais importados. Tudo confluía para a criação de uma cidade-cenário com atributos de uma capital moderna e “civilizada”, sob os eflúvios da *Belle Époque* carioca.

Entre 1905 e 1907, o fotógrafo Marc Ferrez, já então o profissional de maior prestígio no país, produziu uma ampla documentação fotográfica dos trabalhos de construção da avenida Central e dos prédios destinados a ocupar o novo eixo central da cidade. O *Álbum da avenida Central*, lançado por Ferrez quando a obra já havia sido inaugurada, mas muitos prédios ainda não estavam concluídos, reproduzia todos os projetos arquitetônicos e todas as fachadas dos edifícios que já estavam prontos. Com uma tiragem de mil exemplares, a publicação

contou com o apoio financeiro da Comissão Construtora da avenida Central e se transformou, ela própria, em um dos símbolos da nova avenida.

OS NOVOS EDIFÍCIOS

Construídos com estruturas de alvenaria e ferro, em estilo eclético, os edifícios da avenida Central praticamente demarcavam o centro da cidade como espaço privilegiado do governo, das grandes empresas e das elites sociais. O novo governo republicano investiu material e simbolicamente na construção de novos prédios na avenida,¹⁰⁵ tais como os destinados ao Teatro Municipal, projeto de Francisco de Oliveira Passos e de A. Guilbert (ambos dividiram o primeiro lugar no concurso para a construção do teatro), à Escola Nacional de Belas Artes e ao Supremo Tribunal Federal, do arquiteto Adolfo Morales de Los Rios, à Biblioteca Nacional e ao Palácio Monroe, do general Francisco Marcelino de Souza Aguiar, ou ainda à Caixa de Amortização, do engenheiro Gabriel Junqueira.

Palácio Monroe (1906)

Projetado pelo coronel-arquiteto Francisco Marcelino de Souza Aguiar, foi realizado em estrutura metálica e estilo eclético para ser o pavilhão brasileiro na Exposição Internacional de Saint-Louis (EUA), em 1904. Premiada na exposição, foi desmontado e depois reconstruído na avenida Central, recebendo em 1906 o nome de Palácio Monroe, em homenagem ao presidente norte-americano James Monroe, por ocasião da terceira Conferência Pan-Americana. O "Monroe", como era chamado, abrigou posteriormente a Câmara dos Deputados, integrou-se à Exposição do Centenário da Independência do Brasil, em 1922, mais tarde acolheu o Senado, além de repartições da administração pública federal.¹⁰⁶ Depois de muita polêmica, o edifício foi demolido na década de 1970, com a justificativa de que atrapalhava o trânsito e a construção do metrô.

Seqüência de desenhos das fachadas

Álbum da avenida Central. RJ, [1908]

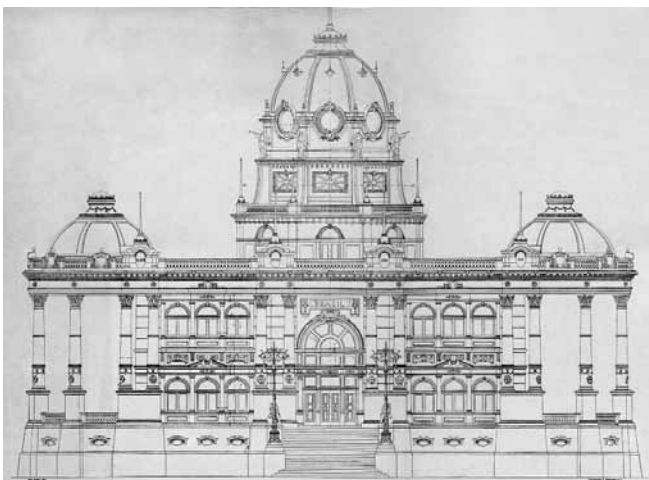
Reproduções fotográficas de Marc Ferrez

Zincographia E. Bevilacqua & C.

Seqüência de pranchas em fotogravura

Álbum da avenida Central. RJ, [1908]

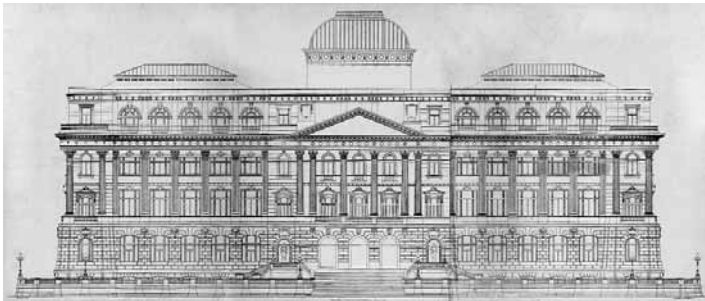
Fotografias de Marc Ferrez





Supremo Tribunal Federal (atual Centro Cultural da Justiça Federal) (1909)

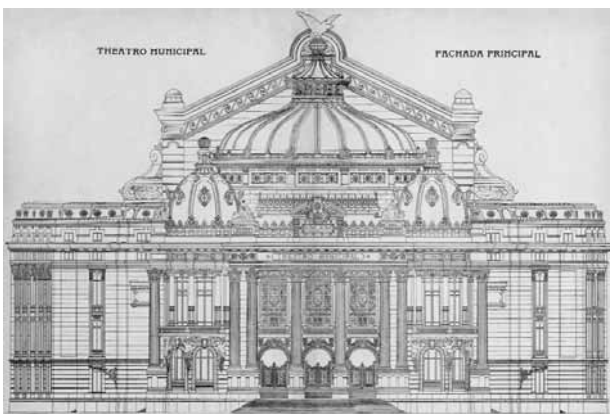
Projetado pelo arquiteto Adolfo Morales de Los Rios para ser o Palácio Arquiepiscopal, foi comprado pelo governo federal, quando as obras chegaram ao terceiro pavimento, para ser a sede do Supremo Tribunal Federal, que aí esteve até 1960, quando o órgão foi transferido para Brasília, a nova capital federal. Inspirado nos prédios pontifícios renascentistas, o edifício possui um amplo *hall* de entrada com escadaria metálica e um belo vitral representando a justiça.



Biblioteca Nacional (1910)

O projeto do edifício, geralmente atribuído ao general Francisco Marcelino de Souza Aguiar, responsável pela direção das obras, baseou-se nos desenhos criados pelo arquiteto francês Hector Pepin. A construção, como todos os edifícios da avenida, caracteriza-se tam-

bém pelo estilo eclético, com estrutura metálica e alvenaria de tijolos, sendo o interior ornamentado por obras dos artistas Eliseu Visconti, Henrique e Rodolfo Bernardelli, Modesto Brocos e Rodolfo Amoedo. O projeto previa que o novo edifício pudesse comportar a ampliação do acervo da Biblioteca Nacional até pelo menos o final do século xx, mas bem antes disso os armazéns já estavam saturados.



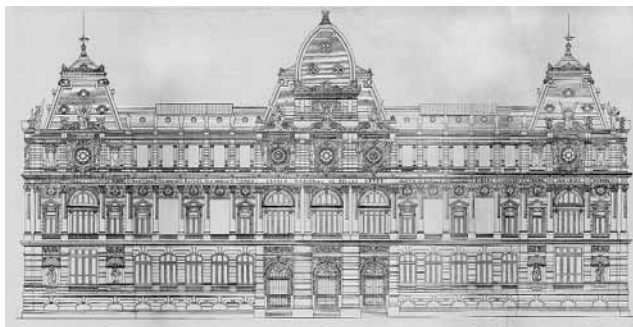
Teatro Municipal (14/7/1909)

O projeto final do edifício, inspirado no Ópera, de Paris, é uma combinação dos projetos originalmente desenhados pelo engenheiro Francisco de Oliveira Passos, filho do prefeito Francisco Pereira Passos, e pelo arquiteto francês A. Guilbert. A maior parte do material empregado na construção foi importada da Europa: escadarias de mármore de Carrara (Itália), *foyer* revestido de ônix, vitrais desenhados e confeccionados na Alemanha; lampadários em bronze da França, com estátuas de Rodolfo Bernardelli (representando a Música, a Poesia, a Dança, o Canto, a

Comédia e a Tragédia) e pinturas de Ângelo Visconti e Henrique Bernardelli.¹⁰⁷ Iniciadas em 2 de janeiro de 1905, as obras do Teatro Municipal se prolongaram por quatro anos. A inauguração, em 14 de julho de 1909, foi marcada por uma festa monumental, cuja programação incluiu duas óperas curtas – *Insônia*, de Francisco Braga, e *Moema*, de Delgado Carvalho –, um trecho do *Condor*, de Carlos Gomes, a comédia *Bonança*, de Coelho Neto, e uma conferência do poeta Olavo Bilac.¹⁰⁸

Escola Nacional de Belas Artes (1908)

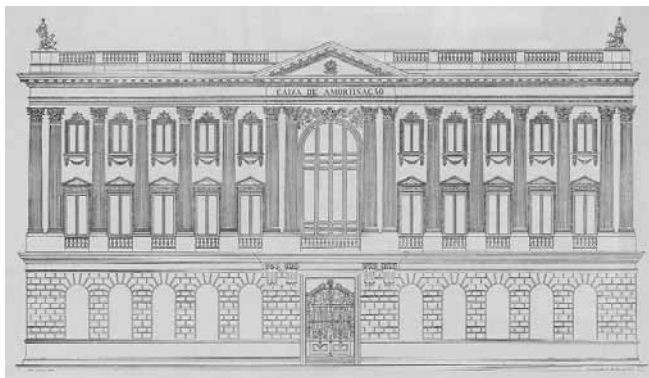
Antiga Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, fundada pelo príncipe D. João, em 1816, a Escola Nacional de Belas Artes ganhou sede própria em 1908. Foi projetada pelo arquiteto Adolfo Morales de Los Rios, um dos professores da escola. Seu estilo é eclético e a planta quadrangular possui fachada inspirada em



uma das alas do Louvre. O friso de medalhões é do artista Rodolfo Bernardelli. Em 1937, o prédio passou a abrigar o Museu Nacional de Belas Artes, cujo acervo reúne uma das mais importantes coleções de arte brasileira, sobretudo do século XIX, em que se destacam trabalhos de Vítor Meirelles, Pedro Américo, Zeferrino Costa, Rodolfo Bernardelli, Eliseu Visconti e outros.

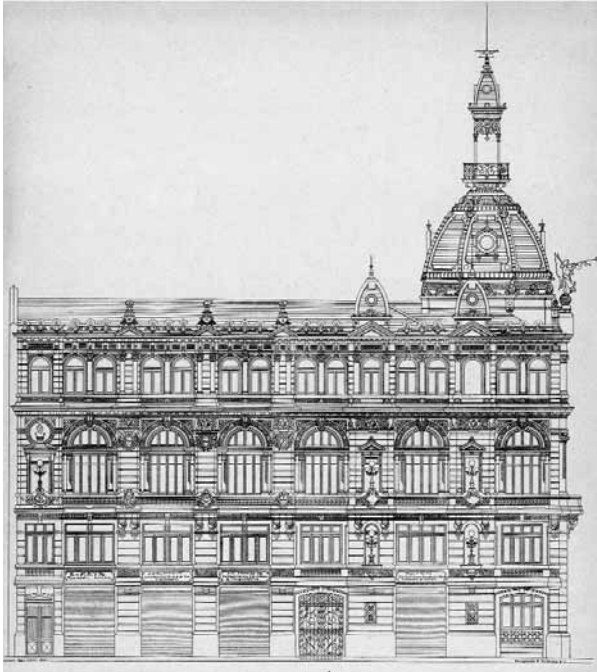
Caixa de Amortização (1906)

O edifício da Caixa de Amortização foi projetado pelo engenheiro Gabriel Junqueira, integrante da Comissão Construtora da Avenida Central. Segundo o projeto, as fachadas do edifício, voltadas para a Avenida Central e para a Rua Marechal Floriano, deveriam ser “do estilo Renascença, com colunas de mármore imitando o Louvre”. O prédio, em estilo neoclássico, possui três fachadas com colunas de mármore de Carrara, bases e capitéis de bronze dourado e uma cúpula de 19m de diâmetro, situada como cobertura de três pavimentos.

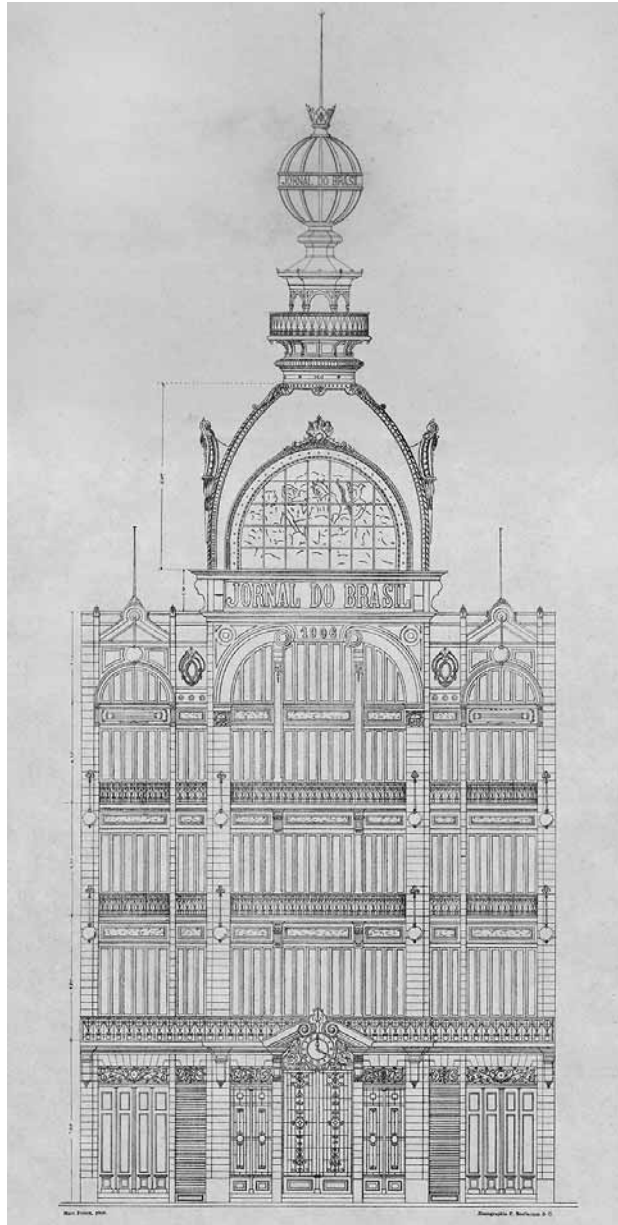


Grandes jornais

O jornal *O Paiz* foi o primeiro a instalar sua sede na avenida Central. Segundo descrição da época, o edifício apresentava “estilo ornamental constituído por alegorias, emblemas e symbolos novos e modernos que remeterão decorativamente a branca alvenaria do frontespício”.¹⁰⁹ Além disso, sobressaía na construção um domo coberto de escamas de zinco.¹¹⁰ O imponente edifício do *Jornal do Brasil*, projetado pelo arquiteto Ludovico Berna, professor da Escola de Belas-Artes, e o prédio do *Jornal do Commercio*, ambos com altura máxima de 56m, arcabouços de ferro e grandes torres, foram outras construções marcantes da nova era na cidade.



Sede do jornal *O Paiz*



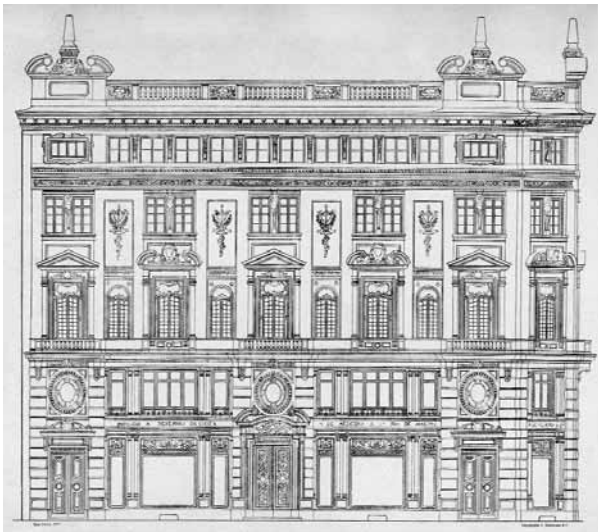
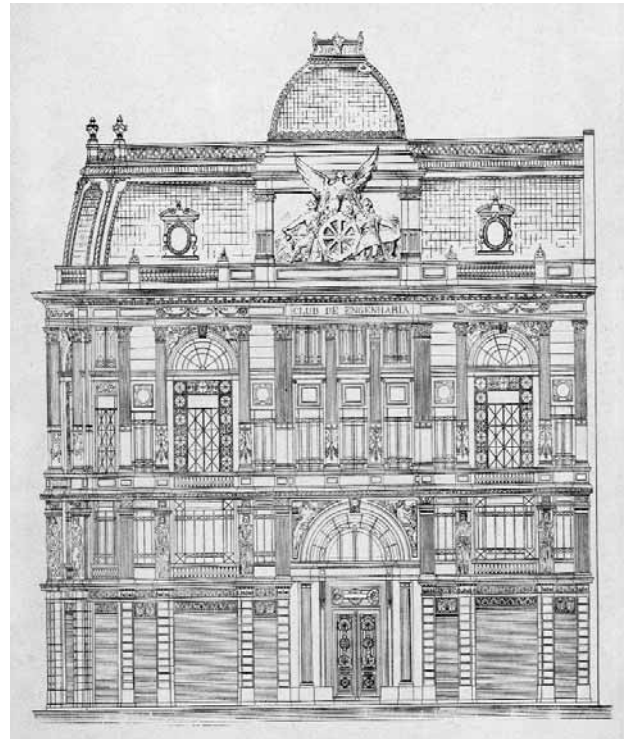
Sede do *Jornal do Brasil*

Clube de Engenharia

Projetado pelo engenheiro Raphael Rebecchi, o prédio do Clube de Engenharia obteve o primeiro prêmio no concurso de fachadas realizado pela Comissão da avenida. Porém, no dia 14 de fevereiro de 1906, quando estava sendo construído, o prédio desabou, matando dois operários e ferindo onze.

Companhia Docas de Santos

Empresa concessionária de serviços públicos, a Companhia Docas de Santos construiu, no nº 46 da recém-aberta avenida Central, majestosa sede projetada pelo arquiteto Ramos de Azevedo, com estrutura perimetral de alvenaria de miolo de ferro. Hoje o prédio é ocupado pela superintendência regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.



Marcos simbólicos

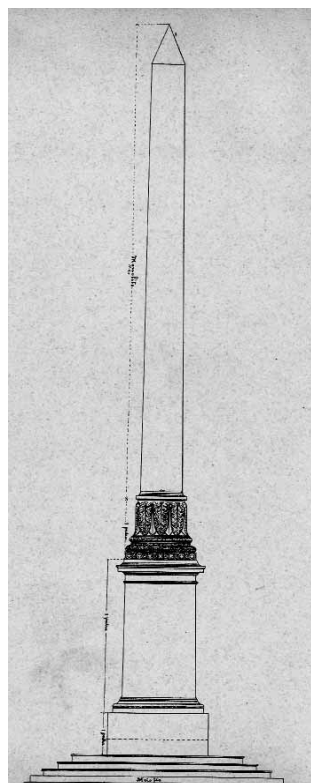
Dois marcos de pedra foram construídos nas extremidades da avenida Central: uma coluna no largo da Prainha, que recebeu em 1910 a estátua do barão de Mauá, e um obelisco na extremidade sul, em frente à praia de Santa Luzia, oferecido à cidade pela firma A. Januzzi & Cia (um dos construtores dos novos prédios da avenida) em comemoração ao primeiro aniversário da obra. Construído com granito retirado do morro da Viúva, o obelisco era formado por apenas quatro pedras que pesavam 27 toneladas e chegavam a 17m de altura.¹¹¹ Foi inaugurado por Rodrigues Alves e Lauro Müller a 14 de novembro de 1906.

**Desenho do obelisco
projetado pelos engenheiros
da Comissão Construtora
da avenida Central
*Álbum da avenida
Central. RJ, [1908]***

Reprodução fotográfica
de Marc Ferrez
Zincographia E. Bevilacqua & C.

**Prancha em fotografura
do monumento comemorativo
da construção da avenida
*Álbum da avenida
Central. RJ, [1908]***

Fotografia de Marc Ferrez



INFRA-ESTRUTURA

Ao longo de toda a avenida Central, foram instalados postes de iluminação elétrica com lâmpadas de arco voltaico, fornecida pela empresa estrangeira Light and Power, ao lado de lampiões de gás. Para o escoamento de água e esgotos foram construídos grandes bueiros. As calçadas da avenida Central, em pedras portuguesas, foram feitas por mestres calceteiros de Lisboa, tendo sido chanfrados e arredondados muitos quarteirões. A avenida foi arborizada com 53 mudas de pau-brasil nos canteiros centrais e outras 358 mudas de jambeiros nos canteiros laterais.¹¹²

**A imprensa registrando o
gesto simbólico do ministro
Lauro Müller, diante
das senhoras da sociedade
e outras autoridades.**

***A festa do plantio
das primeiras árvores na
avenida Central.
O Malho, 28.10.1905***





Avenida Central, c. 1909
Marc Ferrez

AS INAUGURAÇÕES

As várias inaugurações oficiais da avenida Central funcionavam como uma espécie de propaganda do governo, reforçando a legitimação da obra e fazendo esquecer as medidas impopulares que haviam sido tomadas.

A primeira inauguração, para marcar o início das obras de construção da avenida Central, foi realizada ainda em meio aos escombros das demolições, na rua da Prainha, em 8 de março de 1904. Segundo um jornal, os eventos transcorreram da seguinte forma:



**Cerimônia comemorativa
do início das obras de
construção da avenida,
8 de março de 1904**
João Martins Torres

**Cerimônia de inauguração
do eixo da avenida,
7 de setembro de 1904**
João Martins Torres



[...] Dirigiram-se todos para o fundo do terreno (da rua da Prainha), onde havia um trophéo de bandeiras de todas as nações e uma placa com os seguintes dizeres: "8 de março de 1904". Sob este trophéo estava a lage de granito em que foi atacado o serviço da abertura da avenida Central. A cerimônia consistiu no seguinte: o Sr. Presidente da Republica commutou a corrente elétrica de um motor Watson que acionara um perfurador, fazendo assim funcionar o martello, e o Sr. Dr. Lauro Muller seguiu a broca, trabalhando o aparelho alguns instantes. [...] Terminada essa cerimônia, procedeu-se a do lançamento da primeira construção da avenida, propriedade do Sr. Eduardo P. Guinle e entregue a competência do architecto Antônio Januzzi.¹¹³

**Convite para a cerimônia
de inauguração
do eixo da avenida**



A segunda inauguração, a 7 de setembro de 1904, foi de abertura do eixo da avenida Central. Na época, surgiram boatos de que o eixo da avenida estaria fora do alinhamento. Alguns jornais chegaram a nomeá-la de "Avenida Errada" ou "Avenida Torta". Muitas pessoas suspeitavam ainda que a avenida seria uma verdadeira "fábrica de resfriados", pois canalizava o vento do mar.¹¹⁴ Mas a boataria mostrou-se infundada, comprovando-se o acerto do traçado. Não faltavam, porém, motivos para ironias e piadas, como a nota publicada pelo *Tagarela*:

As inaugurações da avenida vão ser fragmentadas para termos sempre muitas festanças. Agora foi a do eixo, brevemente se-

rá o do primeiro lagedo, depois do primeiro mictorio, depois... Bem sabemos que com isto nada perde o commercio das nações nem periclitará o equilibrio europeu, mas... não deixa de ser uma grande patacoada.¹¹⁵

A última inauguração oficial marcou a abertura da avenida Central e foi realizada no dia 15 de novembro de 1905, sob chuva torrencial e aos gritos de... "Vive la France!".¹¹⁶ De acordo com artigo publicado em *O Paiz*,

Não houve sol, mas houve entusiasmo; e a multidão que veio para a rua e que a despeito do chuva que se deramou pela grande via, enchendo-a de vida e movimento, nella se conservou até desaparecer no ângulo da rua do Passeio o ultimo soldado da desfilada militar. [...]¹¹⁷

A obra ficou pronta em 17 meses e sete dias.¹¹⁸ Nos dois lados da avenida ergueram-se 30 prédios e 85 ainda estavam em construção. Restaram à venda somente quatro lotes de terreno.¹¹⁹ Espaço público delimitado para a circulação das elites cariocas, a avenida Central tornou-se o símbolo da "civilização", alcançada com a europeização dos costumes e dos padrões culturais. Um cronista observou:

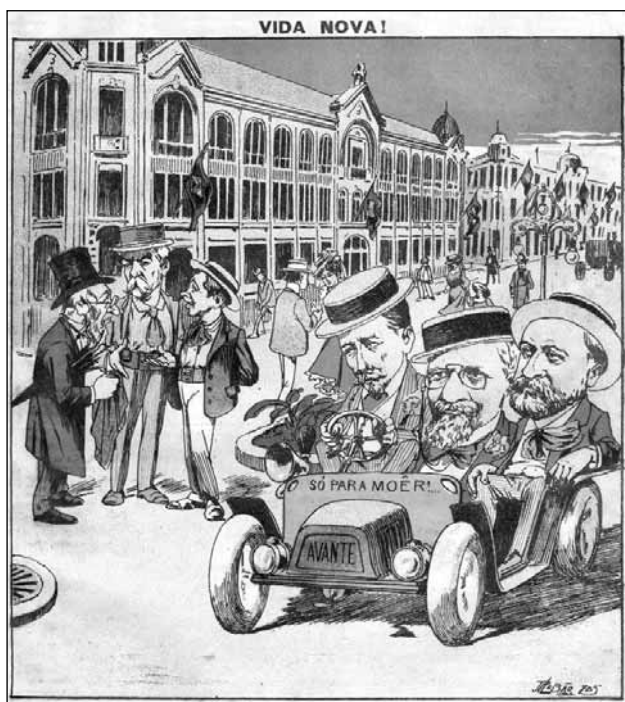
As ruas amplas e extensas, as largas praças ajardinadas, os altos e formosos edifícios, as múltiplas diversões de simples prazer ou de gozo intelectual que acompanham necessariamente essas transformações do meio em que vive a população, hão de modificar os seus hábitos, influir sobre o seu caráter, ativar a sua iniciativa, despertar-lhe o gosto do belo, o culto do ideal, o amor que se traduz por atos, não o amor platônico e retórico, da terra natal.¹²⁰



Desfile militar na inauguração da avenida Central (ao fundo, as torres e a cúpula da igreja Candelária), 15.11.1905
João Martins Torres



Autoridades e populares na inauguração da avenida Central, 15.11.1905
João Martins Torres



**Estreando modismos
na avenida Central,
recém-inaugurada.**

Vida Nova!

***O chefe da nação, o ministro
Lauro, o Dr. Frontin...
a passearem de automóvel.
O Malho, 25.11.1905***

O cronista Figueiredo Pimentel, no calor da euforia das transformações urbanas e das mudanças dos costumes na capital da República, criou o *slogan* que se tornaria famoso, “O Rio Civiliza-se”¹²¹, reforçado entusiasticamente por Luís Edmundo:

[...] Novas correntes imigratórias para cá se orientaram [...] aumentando, de modo considerável, a nossa população e, sobretudo, enormemente diminuindo o número de pretos [...]. Transformações até de usos e costumes [...] Mudamos tudo, chegando até o ponto de mudar, por completo, a nossa mentalidade, peada por longos anos de casmurrice e de rotina. Razão, portanto, havia quando [...] as gazetas da terra [...] gritavam: O Rio civiliza-se!

Civilizava-se, com efeito! O Progresso, que havia muito nos rondava a porta, sem licença de entrar, foi recebido alegremente.¹²²

Três anos depois, em 1908, o Rio de Janeiro receberia do escritor Coelho Neto o título de “Cidade Maravilhosa”. Reiterava-se sua imagem de vitrine do país e espelho do progresso, ao mesmo tempo em que se reafirmava o espaço republicano do poder e da ordem, a ser mantido acima das paixões políticas locais e da agitação das massas populares.



Avenida Central, c. 1910
Marc Ferrez & Filhos

PARTE III: OS CARIOCAS E SEUS NOVOS COSTUMES

O clima tropical, a localização privilegiada entre mar, montanha e floresta, as conquistas da era da máquina, a influência da atmosfera cultural e mundana da Belle Époque europeia despertaram na família carioca a vocação para a diversão, particularmente ao ar livre.

Rosa Maria Barboza de Araújo, *A vocação do prazer*

CAPÍTULO 1: A BELLE ÉPOQUE NA AVENIDA CENTRAL

Acendeu um cigarro, acendeu-o à moda, não com fósforo, mas com isqueiro. Para saber a que sociedade pertence um homem, basta vê-lo fumar. Jacques fumando era de primeira classe, com cigarro grosso no meio do lábio carnudo, tragando vagorosamente, nunca, jamais quebrando a cinza com o dedo mínimo.

João do Rio, *A profissão de Jacques Pedreira*

ART NOUVEAU

*Eu ando muito intrigado
Com estas modas de agora
E ando mesmo embasbacado
Valei-me Nossa Senhora
É cada coisa de arrepiar
Que afinal, a mulher nos faz ver
Seja casada, viúva ou solteira
A diferença é que não pode haver.*

*Pega no vestido de uma tal maneira
Como finalmente eu fazendo estou
E assim a sorrir, a mexer, dizem todas
Tudo isso é Art Nouveau.[...]*

Autor desconhecido

OS NOVOS COSTUMES

A reforma urbana do prefeito Pereira Passos mudou muitos hábitos dos cariocas, sobretudo quanto ao uso do espaço público. Enquanto boa parte da população pobre precisou refazer sua vida nos subúrbios e morros, onde eferves-

cia a cultura popular, as elites, moldadas pelos costumes franceses, passaram a freqüentar intensamente as ruas do centro da cidade. Suas lojas de artigos importados, seus modernos restaurantes, seu *glamour* trariam a Europa ainda mais para dentro do país. A avenida marcaria o início da *Belle Époque* carioca, período que se estenderia até a Exposição de 1922.

O novo boulevard tropical era agora o espaço principal da cidade para se consumir artigos importados em lojas luxuosas e elegantes, freqüentar cafés, confeitarias, livrarias e jardins, exibir vestuários à moda francesa ou inglesa. Era também um convite para que os habitantes fugissem do calor:

A bárbara temperatura senegalesca de ontem durante todo o dia levou à tarde uma grande parte da nossa população para o carinhoso aconchego da avenida Central. Aí se podia respirar à vontade, uma brisa suave abrandava a atmosfera e de alguma forma indenizava da exaustiva canícula que houveram de suportar durante o dia inteiro.¹²³

**Desfilando na avenida
Central, 7.10.1906**
Augusto Malta



RIO DE JANEIRO, 2 DE SETEMBRO DE 1905

O RIO CHIC

Suplemento de modas dedicado às famílias brasileiras
SOB A DIREÇÃO DE BRANCA DE VILLA FLOR

O peso da influência francesa, já sentida desde o século XIX, arraigara-se aos novos costumes cariocas. Basta dizer que, na época da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), as pessoas se cumprimentavam na avenida Central com gritos de "Vive la France!".¹²⁴ O sonho de "uma Metrópole brasileira que parecia um pedaço da Europa" aparentemente se tornou realidade.¹²⁵



Família elegante passeando pela cidade. Campo de São Cristóvão, 11.11.1906 (detalhe; imagem inteira à página 26)
Augusto Malta

OS TIPOS HUMANOS

O escritor Lima Barreto estava entre os que rejeitavam a modernização do Rio de Janeiro. Surpreendido com a rapidez e a profundidade das transformações, observou que a nova cidade "surgiu como se fosse obtida por uma mutação de teatro. Havia mesmo na coisa muito de cenografia".¹²⁶

De fato, a criação do novo cenário urbano, cosmopolita e modelado pela vida parisiense, exigiu novos figurinos que rompessem com os costumes coloniais e fortalecessem o domínio do individualismo e da sede de enriquecimento. Nesse contexto, adquiriu ainda mais importância o "culto da aparência exterior, com vistas a qualificar de antemão cada indivíduo".¹²⁷



Scenas da rua do Ouvidor
O Malho, 28.10.1905

A imposição da moda por essas elites foi tão autoritária que levou à aprovação de uma lei que tornava obrigatório o uso de paletó e sapatos para todas as pessoas. "O objetivo do regulamento era pôr termo à vergonha e à imundície injustificáveis dos em mangas-de-camisa e descalços nas ruas da cidade."¹²⁸



Marie Antoinette
O Malho, 8.8.1903

A lei não vingou, apesar de chegar a ser preso um cidadão “pelo crime de andar sem colarinho”.¹²⁹

Os homens deixaram de trajar a vestimenta escura dos tempos do Império, a sobrecasaca e a cartola, e passaram a trajar paletós de casimira clara, roupas de linho, gravatas, camisas de tecido inglês, luvas, polainas, chapéus e guarda-chuvas. Os sapatos da moda chamavam-se “chaleira” ou “viúva alegre”.³⁰ Esses homens elegantes e na moda, os janotas, eram os novos personagens urbanos: “o importante agora é ser *chic* ou *smart*, conforme a procedência do tecido ou do modelo”.¹³¹

As mulheres preocupavam-se cada vez mais com o embelezamento e a moda, ambos influenciados pela cultura francesa, como revelavam os anúncios freqüentemente publicados nos jornais. Na avenida Central, as mulheres desfilavam com toaletes elegantes importadas ou inspiradas na moda de Paris. “As roupas das mulheres transformam-se no sentido de destacar as formas femininas, mas o colete não perde seu reinado. Os modelos são muitos – *devant, droit, erect, form* –, todos criados em Paris e feitos em casas especializadas do Rio de Janeiro como as de madame Garnier e Agnes Scherer”.¹³²

MADAME BARRETO

Massagista diplomada pela Academia de Paris, e completamente habilitada para qualquer tratamento de beleza, acaba de receber diretamente os preparativos com que pode garantir o bom êxito nas massagens elétricas, tiragem de pêlos, rugas, manchas, sinais de bexigas, obesidade, pintura e descoloração dos cabelos e tudo mais concernente ao embelezamento das senhoras. Consultas das 11 horas da manhã às 5 da tarde. Rua Dois de Dezembro, 8, Catete. (Anúncio publicado no Jornal do Brasil, no dia 23 de março de 1907. Apud ARAÚJO, Rosa M. B. de. A vocação do prazer. A cidade e a família no Rio de Janeiro republicano, 1993, p. 328.)

Os chapéus
Fon-Fon!, 13.8.1910





Artes e modismos no cenário da avenida, c. 1912
Avenida Rio Branco
Anônimo

Os chapéus também significavam o ingresso na “civilização”. As mulheres usavam grandes chapéus de palha e chapéus *cloche*, além de outros modelos importados de Paris.¹³³ Segundo Nicolau Sevckenko, os códigos envolvidos nos chapéus femininos eram extremamente complexos, com variações de acordo com “a idade, estado civil, condição social, posição do pai ou marido, estação, ambiente, hora do dia, características dos vestidos e jóias em uso, as modas das companhias teatrais parisienses e os últimos lançamentos das boutiques francesas”.¹³⁴

A nova condição da mulher manifesta-se neste diálogo entre rapazes reunidos num café da avenida, extraído da revista *Kosmos*:

– Hoje, até as mulheres são mais lindas, repara. A princípio, andei a supor que a idade é que me fazia vê-las mais lindas, mas não. [...] Para mim, sabes a quem a Mulher de hoje deve o realce encantador de sua beleza e elegância? [...]

– À rua, aos melhoramentos da Rua. Antigamente, nos apertos do nosso velho beco do Ouvidor, no círculo desairoso do largo da Carioca, nem eu nem tu, podíamos ver bem a mulher, nem ela se nos podia mostrar com a exigida perspectiva. Além disso, o mau calçamento, sempre em péssimo estado, tirava-lhe a cadência do andar, fazendo-a gingar, como os nossos capadócios. [...]

– Agora não. Com as ruas amplas, com a moldura alegre das casas novas, o movimento e o gesto podem obedecer a todas as exigências e aos rigores de todos os estudos: e o próprio passo poder ter a cadência que a toilette demanda, porque, não sei se já tens observado, a mulher que traça a elegância custosa de um vestido de seda não tem no passo a mesma cadência da que exhibe a elegância apetitosa de um *tailleur* de brim branco.¹³⁵

CONSUMO DE PRODUTOS DE LUXO

A necessidade de estar sempre atualizado na moda fomentava o comércio urbano. “Uma verdadeira febre de consumo tomou conta da cidade, toda ela voltada para a ‘novidade’, a ‘última moda’ e os artigos *dernier bateau*”.¹³⁶ Na avenida Central, os magazines de luxo vendiam artigos masculinos e femininos, geralmente importados, nos padrões da alta moda europeia, que garantissem a beleza e a elegância, tais como a Casa Colombo e o Parc Royal.¹³⁷ “A loja Parc Royal, por exemplo, oferece às “senhoras elegantes do Rio de Janeiro [...] tudo que se faz mister para que elas possam, de plena conformidade com a sua conveniência, cumprir os decretos imperativos da moda”.¹³⁸



A tradicional loja Parc Royal,
“templo” da moda na Belle
Époque carioca, c. 1905-1910

Augusto Malta



A variedade de ofertas para o
consumo feminino no interior
da loja, c. 1905-1910

Augusto Malta



Apreciando a vitrine da nova filial da loja Parc Royal na avenida, 27.3.1906
Augusto Malta

ESPAÇOS DE CONVÍVIO

Numerosos cafés, como o Paris, o Globo, o Café do Rio, tornaram-se pontos de encontro de intelectuais, estudantes, políticos, jornalistas, artistas, advogados e demais profissionais liberais. Além da famosa Confeitaria Colombo, situada na rua Gonçalves Dias, a menos de 100m da avenida Central, novas confeitarias e restaurantes foram inaugurados, passando a ser intensamente frequentados pelas famílias, principalmente aos domingos.¹³⁹

A multiplicação dos cafés no novo cenário urbano. Festa de inauguração do Café do Rio, 1911
Augusto Malta



DEU NO JORNAL

Inaugurou-se hontem na avenida Central o bem montado Café Frontin, de propriedade dos Srs. Martins Filho & C.

O novo estabelecimento, que é dividido em salão para café e bebidas e outra para sorvetes, chocolates, etc., está installado com requintado gosto, apresentando um aspecto luxuoso e agradável.

Possue o estabelecimento piano electrico, telephone e outros attractivos e commodidade para os seus fregueses, e é illuminado a luz electrica.[...]

"Varia", *Jornal do Commercio*, 18 fev. 1906

VIDA NOTURNA

As numerosas opções de lazer estimularam no carioca o hábito da vida noturna.¹⁴⁰ A própria avenida Central, muito bem-iluminada, tanto pela iluminação elétrica quanto pelos lampiões de gás, convidava as famílias cariocas para passeios noturnos, realizados em tálburis, carruagens, bicicletas e, suma novidade, nos primeiros automóveis a circular na cidade. Ou simplesmente a pé, como descrevia *O Paiz*: "A noite abafada convidava aos passeios, às mesas de bebida, ao ar livre, e obedecendo a este impulso todos abandonaram os lares excessivamente quentes e começaram a correr a cidade em uma peregrinação singular".¹⁴¹

O *Jornal do Brasil* também relatava com riqueza de detalhes a agitação dos novos tempos:

Vista noturna da avenida Central, c. 1910-1912. Da esquerda para a direita, a então Escola Nacional de Belas Artes (hoje Museu Nacional de Belas Artes), a Biblioteca Nacional e o Supremo Tribunal Federal (hoje Centro Cultural da Justiça Federal)

Lopes





O "frenético vai-e-vem" na avenida Rio Branco, 28.3.1925
Augusto Malta

Cruzavam-se celeres os carros elegantes; faiscavam poderosamente os pharotes dos automóveis, fonfonando alegremente, no vae-vem frenético de um passeio rápido pela nova extensa pista. Movimento desusado de pedestres, dos que não podem andar de carro nem de automóvel; iam e vinham, gostosamente, festivamente, gozando a delícia da estreia do passeio mais pittoresco e mais salutar da América do Sul.



O hotel Avenida e seu café:
um dos redutos da boemia carioca, c. 1912-1915
Augusto Malta

Senhoras e senhoritas, de toilettes leves garrulavam, pelo caminho, sentindo a comunicação da alegria geral. Crianças corriam, aos bandos, aos saltos, num folgar desabrido, de provocar inveja a gente grande.

Cyclistas pedalavam galhardos, em todas as direcções, em sinuosas gracis, cavalheiros apareciam com garbo, tesos e elegantes, e para dar um cunho especialmente nosso, nosso do tempo que se vae, também o tilbury, o trafego e o popular tilbury, se emmaranhou naquela brouhaha de luz e movimento.¹⁴²

A vida noturna intensificava-se à medida que a cidade crescia e se tornava ainda mais cosmopolita. “O chique era ignorar o Brasil e delirar por Paris”, comenta o crítico literário Brito Broca.¹⁴³

OUTRA FACE DA AVENIDA: PALCO DAS MULTIDÕES

Apesar do esforço inicial das autoridades para delimitar o espaço urbano da avenida Central como privilégio das camadas mais abastadas, não foram poucos os segmentos populares que, residindo ou trabalhando nas imediações, irrompiam de tempos em tempos no novo boulevard, deixando evidente a tradicional cultura popular carioca. Um jornalista da revista *Fon-Fon!* reclamava, em 1904, que “quando se entra na avenida [...] descortina-se lá no alto, a dois passos da formosa artéria, um trecho da África”.¹⁴⁴

As comemorações populares, além das celebrações oficiais, também seriam feitas na avenida Central. Multidões passaram a aglomerar-se ao longo do novo eixo central da cidade para festejar, participar ou simplesmente observar aquele novo cenário urbano. Nessas ocasiões, a “vitrine” da cidade desvendava a sua pobreza e miséria, como bem escreveu João do Rio: “Vícios, horrores, gente de variados matizes, niilistas, rumaicos, professores russos na miséria, anarquistas espanhóis, ciganos debochados... todas as raças trazem qualidades que aqui desabrocham numa seiva delirante.”¹⁴⁵

Em 1906, por exemplo,romeiros, em número que variava de 60 a 100 mil pessoas,¹⁴⁶ desfilaram em procissão na avenida Central, por ocasião da festa popular de Nossa

Presença popular “a dois passos” da passarela da moda. Largo da Sé, 15.3.1907 (detalhe; imagem inteira à página 112)
Augusto Malta



Senhora da Penha. Originária de Portugal, essa festa havia muito já tinha incorporado elementos das tradições africanas. O afluxo deromeiros gerava, segundo *O Paiz*, “promiscuidade absoluta: o samba e o batuque, danças típicas, eram apreciadas por pessoas de todas as classes que admiravam o desembaraço e a destreza de nossos patrícios numa dança racional tão apreciada até por estrangeiros”.¹⁴⁷

O poeta Olavo Bilac, indignado com a emergência dos pobres no espaço urbano criado para parecer Paris, foi um que protestou:

[...] vi passar pela avenida Central um carroção atulhado de romeiros da Penha: e naquele amplo boulevard esplêndido, sobre o asfalto polido, contra a fachada rica dos prédios altos, contra as carruagens e carros que desfilavam, o encontro do velho veículo [...] me deu a impressão de um monstruoso anacronismo: era a ressurreição da barbárie...¹⁴⁸

O Carnaval, a festa mais popular da cidade, também se deslocou da travessa do Ouvidor para a avenida Central. Ali desfilavam os corsos e se realizava a batalha de confetes, ambas manifestações características do carnaval das elites. Mas lá também se derramaram os cordões suburbanos das camadas populares: os “Pés espalhados”, “Rompe e rasga”, “Triunfo das ondas do mar”, “Rosa de Ouro”, entre outros.¹⁴⁹

Inversão temporária da ordem e das hierarquias, culto à alegria, à dança e à música, o Carnaval ajudava a romper as delimitações do espaço urbano e as fronteiras da legalidade, favorecendo interações entre as diferentes camadas so-

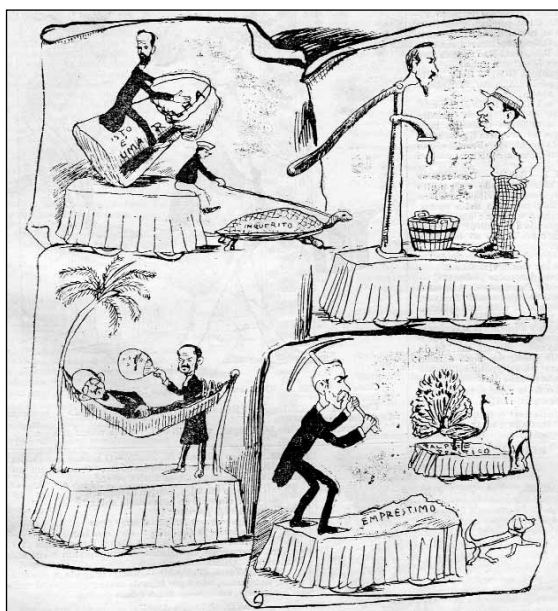


A multidão na avenida Rio Branco durante os dias de carnaval, c. 1914
Augusto Malta

**Irreverência e humor
no desfile carnavalesco
pelas ruas da cidade.
Carnaval de 1917
Augusto Malta**



ciais. “A influência dos traços africanos traduziu-se numa vitória cultural e étnica dos pobres”.¹⁵⁰ A marcha carnavalesca de 1899, composta por Chiquinha Gonzaga para o cordão “Rosa de Ouro”, de certa forma anunciava que, pelo menos durante o Carnaval, a avenida seria do povo.



**O Carnaval: carros de crítica
proibidos pela polícia
O Malho, 11.3.1905**

*Ô abre-alas, que eu quero passar
Eu sou da lira
Não posso negar.*

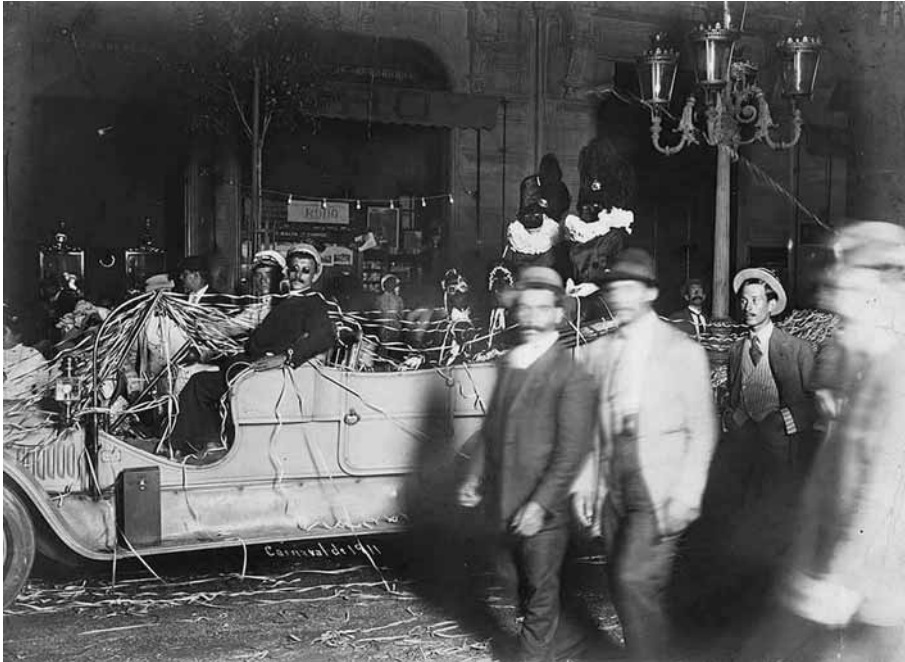
A população revivia as tradições indígenas e africanas. “Aqueles fantasiados tinham guardado na memória muscular velhos gestos dos avoengos, mas não sabiam coordená-los, nem a explicação deles. Eram restos de danças guerreiras ou religiões dos selvagens de onde a maioria deles provinha, que o tempo e outras influências tinham transformado em palhaçadas carnavalescas.”¹⁵¹

No entanto, a memória das tradições e a presença popular nas ruas, mesmo no Carnaval, foram perseguidas e duramente reprimidas pelas autoridades. Os conflitos eram constantes. Em 1901, o desfile de índios foi proibido pelo delegado de polícia:

A exibição daquela tribo pelas modernas ruas de nossa cidade deporia contra a nossa proclamada civilização. Pena S. Exma. que uma cidade que possui binó-

culo, cinematógrafos, automóveis e tantas outras expressões incontestáveis de progresso e adiantamento não possa suportar este espetáculo atrasado...¹⁵²

O Carnaval levava para a avenida as vivências das camadas populares, nublando, por quatro dias, a fragmentação e a segmentação da população carioca, que o projeto da avenida pretendeu reforçar.



Desfile de carros abertos e batalha de serpentinas no carnaval, 1911
Augusto Malta

CAPÍTULO 2: NOVOS HÁBITOS URBANOS

Pela cidade, jovens, outrora raquíticos e balofos, ostentavam largos peitorais e a cinta fina e a perna nervosa e a musculatura herculana dos braços. Era o delírio do rowing, era a paixão dos sports.

João do Rio, "Hora do football"

EM CENA OS AUTOMÓVEIS

Em 1897, José do Patrocínio, um dos grandes da campanha abolicionista, foi protagonista de uma nova façanha: fez o primeiro passeio de automóvel na cidade do Rio de Janeiro. Era um veículo a vapor, importado da França. Foi um acontecimento! Seis anos depois, a novidade ainda não tinha se multiplicado muito. Havia apenas seis automóveis na cidade, mas, em 1910, o quadro já era diferente: 615 automóveis circulavam pelas ruas do Rio.¹⁵³



Capa da revista *Fon-Fon!*

Inicialmente, esses automóveis pertenciam aos “homens de fortuna”, que ostentavam seus Daimler, Packard, Peugeot, Renault, Fiat, Oldsmobile e Brasier. “O povo, em meio a vaias ou aplausos, assistia com desconfiança àqueles soberbos desfiles de luxo e modernidade.”¹⁵⁴ Ao irromperem nas ruas da capital federal, os automóveis ajudavam a acelerar o ritmo dos seus habitantes, além de inspirarem o aparecimento de modismos e valores associados à velocidade da vida moderna.

As longas viagens e as corridas de automóveis, por exemplo, atraíam a atenção de muita gente. Em 1908, o conde francês Lesdain realizou o percurso entre Rio e São Paulo em 33 dias, tendo percorrido mais de 700 km. Em 1909, o Automóvel Club do Brasil promoveu a primeira corrida do Rio de Janeiro, o Circuito de São Gonçalo, de 72 km, que teve como vencedor Gastão de Almeida.¹⁵⁵

Como não havia nenhuma legislação e sinalização de trânsito, os automóveis, símbolo de prestígio e poder da elite, tornaram-se uma arma contra os pedestres. “A capital não passava um dia sem assistir a um atropelamento ou acidente de carro.”¹⁵⁶ A guerra entre pedestres e automóveis foi retratada com ironia pelo jornal *O Paiz*: “Sabemos de mais de um fabricante de muletas que enriqueceu desde que nos invadiu o progresso por um dos seus fatores mais barulhentos e perigosos, que é o automóvel.”¹⁵⁷



O trânsito intenso no trajeto da avenida, c. 1915-1920
Carlos Bippus



**A circulação de veículos,
em mão e contramão, na
avenida Rio Branco, c. 1915**
Augusto Malta



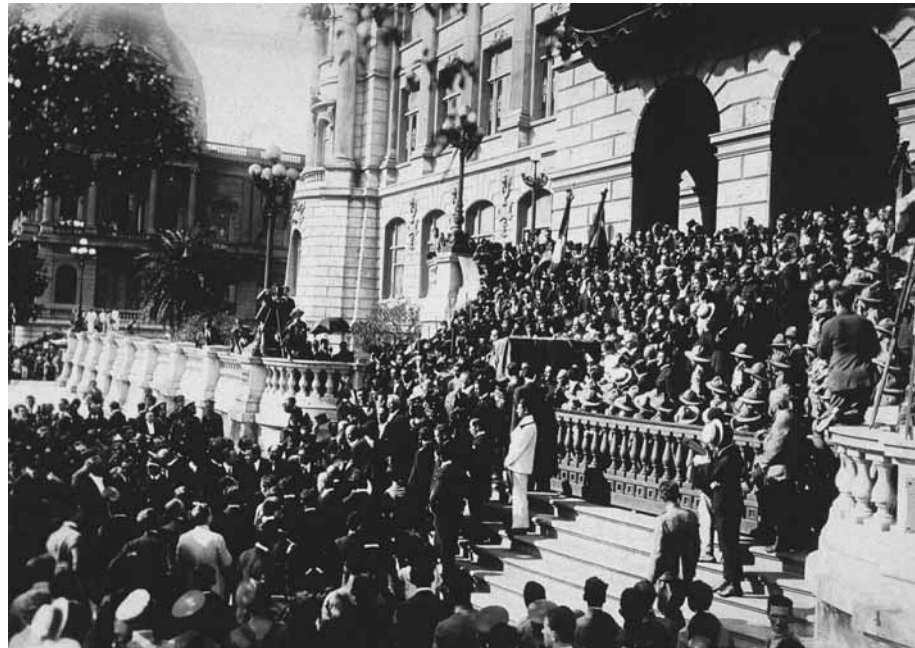
**Pedestres e automóveis
disputando o mesmo
espaço, c. 1930**
Rio de Janeiro, Trecho
da avenida Rio Branco
Theodor Preisling

VIDA CULTURAL

A vida social na então capital federal também era agitada por uma intensa programação cultural. Os cariocas já contavam com dezenas de salas de cinema para assistir aos filmes que chegavam ao país e àqueles que começavam a ser rodados na cidade, além de salas de teatro para assistir a óperas e peças variadas, ou ainda os numerosos salões aonde se podia dançar e ouvir música de diversos gêneros.

CINEMA

Em 1896, na sala do nº 57 da rua do Ouvidor, houve a primeira apresentação no Rio de Janeiro de um aparelho precursor do cinema, o “omniógrafo”. A novidade seria descrita na *Gazeta de Notícias*, em outubro de 1897: “O cinematógrafo da rua Moreira nº 141, pela fidelidade com que reproduz as mais difíceis cenas e costumes europeus, tem conquistado um verdadeiro reclamo de público, que dia e noite pressurosamente vai admirar tão assombroso quanto maravilhoso invento.”¹⁵⁸



**Funerais de Rui Barbosa
nas escadarias da Biblioteca
Nacional, 2.3.1923**
Revista *Caras y Caretas*



**Registro cinematográfico.
Detalhe da foto acima.**

Em 1898, com as primeiras imagens cinematográficas da baía da Guanabara, o “cinema brasileiro” nascia. Os autores da proeza, feita com uma câmara inglesa, foram os irmãos Affonso e Paschoal Segreto, a bordo do navio francês *Brésil*. Aos poucos, novos filmes iam sendo importados ou mesmo produzidos no país, muito embora a falta de energia elétrica dificultasse o desenvolvimento da nova arte.

A partir de 1907, com o fornecimento de energia elétrica passando a ser feito pela The Rio de Janeiro Tramway Light and Power Co. Ltd., mudou completamente o panorama da arte cinematográfica. Só nesse ano foram inauguradas 33 salas de projeção na cidade, entre as quais o Cine Pathé (avenida Central), Paraíso do Rio (avenida Central), Rio Branco (Visconde de Rio Branco), Paris (praça Tiradentes), Pálace (rua do Ouvidor) e o Grande Cinematógrafo Popular (praça da República).¹⁵⁹

Na inauguração do cinematógrafo Pathé, localizado nos nºs 147 e 149 da avenida Central, havia a seguinte programação: “*Problema difícil* (vista extracômica); *Pobre mãe* (drama); *As rosas mágicas* (vista colorida com transformações); *Ladrões incendiários* (cena histórica sensacional); *Estórias de um aeronauta* (comédia).”¹⁶⁰



O cinema Pathé na avenida Central, c. 1915

Marc Ferrez & Filhos



Teatro Municipal, c. 1910-1912

Marc Ferrez

Rapidamente o carioca aderiu ao cinema. E o cronista João do Rio comentou: “Cinematógrafos... É o delírio atual. Toda a cidade quer ver os cinematógrafos [...] Na avenida Central, com entrada paga, há dois, três, e a concorrência é tão grande que a polícia dirige a entrada e fica a gente esperando um tempo infinito na calçada.”¹⁶¹

TEATRO

O teatro sempre foi a grande paixão dos cariocas. Seu circuito, segundo conta Luís Edmundo, foi ampliado no início do século xx, “do centro ao mais remoto arrabalde ou subúrbio da cidade, [onde] proliferam pequeninos palcos de amadores, teatrinhos familiares, grêmios, clubes [...]”.¹⁶² Os gêneros teatrais eram diversificados, destinando-se a um público heterogêneo. “Cantores, domadores de animais, mulheres barbadas e *performers* de vários tipos vêm à cidade apresentar seus *shows* nos teatros ou nos cafés-concerto do centro, garantidos por ingressos baratos.”¹⁶³

Estação Teatral
Revista Fon-Fon!, 6.8.1910



A demanda do público estimulou o aparecimento de novos teatros: o São Pedro, o Lucinda, o Lírico, o Recreio, o Fênix, o Apolo, o República, entre outros. O Teatro Municipal, inaugurado em 1909, recebia companhias francesas, italianas e alemãs de óperas e dramaturgia, além de celebridades mundiais como a dançarina Isadora Duncan, a atriz francesa Sarah Bernhardt e o cantor italiano Caruso.

Sucesso garantido eram as revistas musicais traduzidas do francês ou do italiano ou de autoria dos escritores brasileiros como João do Rio e Arthur de Azevedo. Este último foi o mais destacado autor teatral brasileiro do período, tendo escrito mais de setenta peças, entre as quais *A Capital Federal*, de 1897, uma peça “comédia-opereta” sobre uma família mineira que, ao visitar a “Capitá Federá” (sic), se desestrutura completamente frente ao “progresso” (sic) da nossa querida Pátria”.¹⁶⁴

RITMOS CARIOCAS

A música e a dança tornaram-se ainda mais presentes na vida dos cariocas de todas as classes sociais, nas primeiras décadas do século xx. Nos bailes dos salões elegantes, mantinha-se o repertório dos tempos imperiais: polcas, quadrilhas e valsas e cantavam-se árias de ópera.

Enquanto isso, em um baile carnavalesco nascia, por volta de 1870, a primeira dança urbana brasileira: o maxixe, mistura da polca com o lundu. O gênero, porém, foi proibido e perseguido pela polícia por ter sido considerado uma afronta à moral e aos bons costumes. O movimento dos corpos no maxixe é bem descrito no seguinte trecho de um espetáculo de João Foca e Bastos Tigre (1906):¹⁶⁵

*O cavalheiro segura
A cavalheira com jeito
Pouco abaixo da cintura
E vai chamando ela ao peito.
Ela, a cara, toda terna
Gruda na cara do moço
E depois, perna com perna,
Caem os dois no perereco.
[...] Mas eu gosto é quando a gente
Incói o corpo e ...mergúia.*

Além do maxixe, o violão, a modinha e o samba também foram proibidos, por serem vistos como manifestações culturais grosseiras.¹⁶⁶ “É preconceito su-



Serenata em família no morro da Favela, 22.9.1920
Augusto Malta



O edifício-sede do *Jornal do Brasil*, na avenida Rio Branco, c. 1915
Augusto Malta

trabalhou como pianista da sala de espera do cinema Odeon, onde ganhou fama internacional. Compôs 213 músicas, mas apenas cerca de 70% já foram registradas em disco. Suas peças mais conhecidas são “Brejeiro”, “Dengoso”, “Apanhei-te Cavaquinho”, “Fon Fon” e “Tenebroso”.

por-se” – comenta, em *Triste fim de Policarpo Quaresma*, o personagem Ricardo Coração dos Outros – “que todo homem que toca violão é um desclassificado. A modinha é a mais genuína expressão da poesia nacional e é o violão o instrumento que ela pede. Nós é que temos abandonado o gênero, mas ele já esteve em honra, em Lisboa, no século passado, com o padre Caldas, que teve um auditório de fidalgas”.¹⁶⁷ No entanto, a sobrevivência desses gêneros musicais, em contato com outros gêneros, se fazia nos meios populares e às escondidas.

O pianista carioca Ernesto Nazareth criou um estilo inigualável – o tango brasileiro –, uma derivação bem-comportada do maxixe, lundu, ritmos africanos e chorões, mesclando elementos da música erudita com a música popular. Nazareth

IMPrensa

No início do século xx, muitos jornais e revistas circulavam pela cidade do Rio de Janeiro. Alguns desses jornais transformaram-se em grandes empresas, como *O Jornal do Commercio*, fundado em 1827, e a *Gazeta de Notícias*, em 1874. *O Jornal do Brasil*, fundado em 1891, começou com a tiragem de 50 mil exemplares. Trazia as ilustrações e caricaturas de Raul Pederneiras, Julião Machado e Arthur Lucas, além de publicar fotografias desde 1900. *O Correio da Manhã*, de 1901, foi um dos jornais que mais apoiou a campanha contra a vacina obrigatória.¹⁶⁸

Também no início do século aumentou o número de revistas ilustradas, algumas já usando cores. Em 1900, surgiu a *Revista da Semana*, comprada pelo

Jornal do Brasil, que divulgava os lançamentos literários e trazia, em uma seção infantil, histórias da carochinha. A *Ilustração Brasileira*, inspirada em publicações francesas, trazia as novidades sobre a moda feminina e infantil, além de artigos escritos por Olavo Bilac, Julia Lopes de Almeida e Manoel Bonfim. Em 1904, duas revistas modernas aparecem no cenário cultural brasileiro, *Kosmos* e *Renascença*, contando com a colaboração de muitos homens das letras, como Arhur Azevedo, Euclides da Cunha, Luís Edmundo, Coelho Neto, José Veríssimo e Capistrano de Abreu. Essas revistas, com requintado projeto gráfico, registravam os lançamentos literários e as manifestações artísticas da época, publicavam crônicas, contos, folhetins e poesia, além de reportagens, muitas vezes sensacionalistas, sobre a cidade e o país.

As revistas humorísticas faziam muito sucesso. O semanário *A Avenida*, de 1903, que teve a colaboração de Bastos Tigre, chegou a tirar 15 mil exemplares. Logo surgiriam também revistas que se tornaram famosas e tiveram longa circulação, como *Fon-Fon!* (1907), *Careta* (1908) e *O Malho* (1902). J. Carlos, Raul e K. Lixto, os três grandes nomes da caricatura na República Velha, eram alguns de seus principais colaboradores. Voltada exclusivamente para o público infantil, em 1905 começava a circular *O Tico-Tico*, a primeira revista infantil em quadrinhos feita no Brasil, com seus personagens Reco-Reco, Bolão e Azeitona.¹⁶⁹

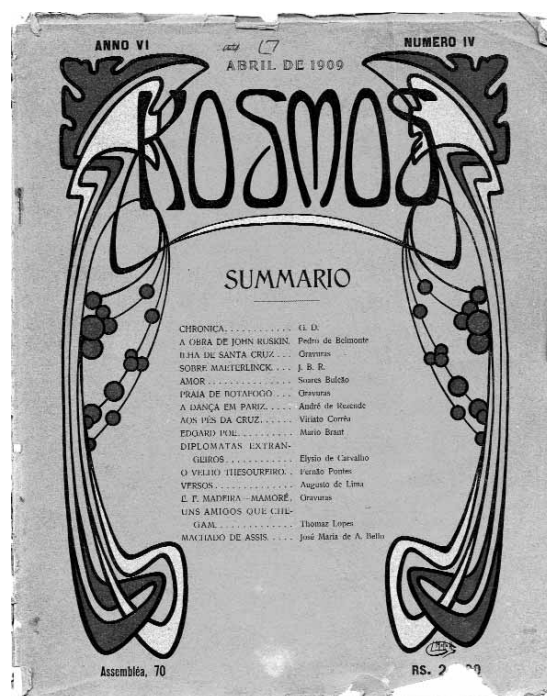
VALORIZAÇÃO DA SAÚDE E DO CORPO

Hábitos saudáveis que valorizavam o cuidado com o corpo também passaram a fazer parte do cotidiano dos cariocas, embalados pelos ideais e valores de uma “civilização” moderna nos trópicos.



Dois dos chamados “pequenos jornaleiros” da cidade, 1899

Marc Ferrez



Banhos de mar

Cada vez mais os cariocas foram atraídos para as praias, seguindo a crença de que o mar tinha propriedades medicinais e terapêuticas. Além do atrativo lúdico e de lazer: “Às sete da manhã a praiazinha vai se fazendo vazia de famílias, pois senhora de qualidade



Banho de mar na Ponta do Calabouço (ao fundo os pavilhões da Exposição Internacional de 1922), c. 1922-1925
Anônimo

não aparece nunca para banhar-se depois dessa hora, que é a hora das *cocottes* e da rapaziada barulhenta que nada, que rema, grita, prega partidas e quer divertir-se.”¹⁷⁰

Banhando-se em horários especiais, as senhoras usavam trajes de acordo com os rígidos padrões morais da época. “Uma dama de respeito [...] toma seu banho, sempre, de madrugada. [...] E como indumentária de banho

traz umas calças muito largas [...], um blusão [...], sapatos de lona e corda. Na cabeça, destas toucas [...] ou chapelões de aba larga”.¹⁷¹

À medida que avançava o século xx, os cariocas tornariam a praia um hábito arraigado, um espaço consagrado de lazer e de convívio social.

Futebol e outros esportes

A vida saudável, em tempos republicanos, pressupunha também a realização de atividades físicas como a ginástica e os esportes. Os esportes, individuais e coletivos, se generalizam: natação, esgrima, salto, equitação, basquete, tênis, luta, canoagem, ciclismo, como também touradas à portuguesa no Campo de Santana,

“sem estripamento de cavalos, lances arriscados para toureiros e aquela sangueira selvagem”.¹⁷² E o futebol, claro.

As mulheres dedicavam-se basicamente ao pingue-pongue, ao tênis, ao basquete, à equitação, à ginástica, ao ciclismo e à dança. Nos demais esportes, eram apenas torcida.

De todos os esportes, o futebol foi o que mais cresceu no século xx. O paulista do

Embarcação de regata na enseada de Botafogo em data comemorativa da proclamação da República, 15.11.1908
Augusto Malta

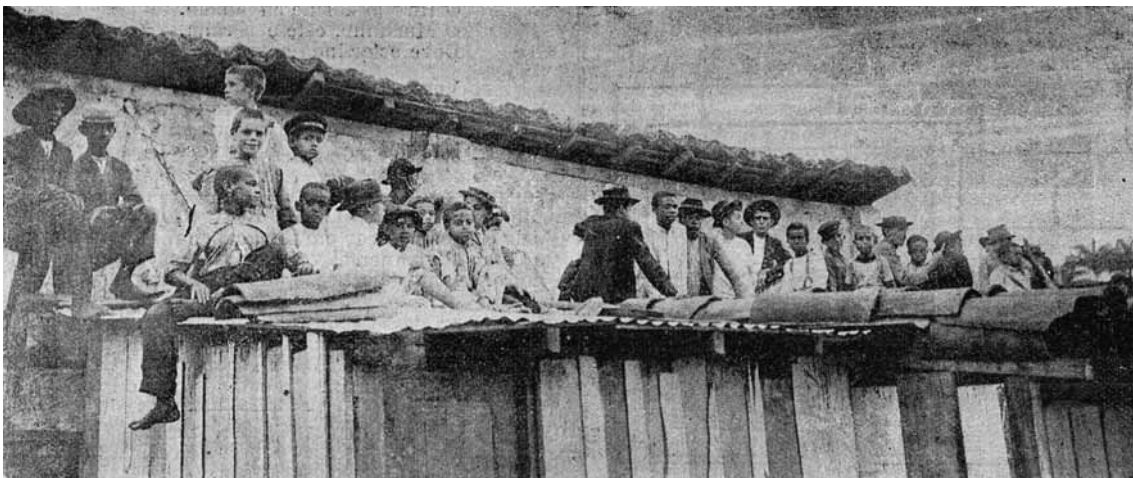




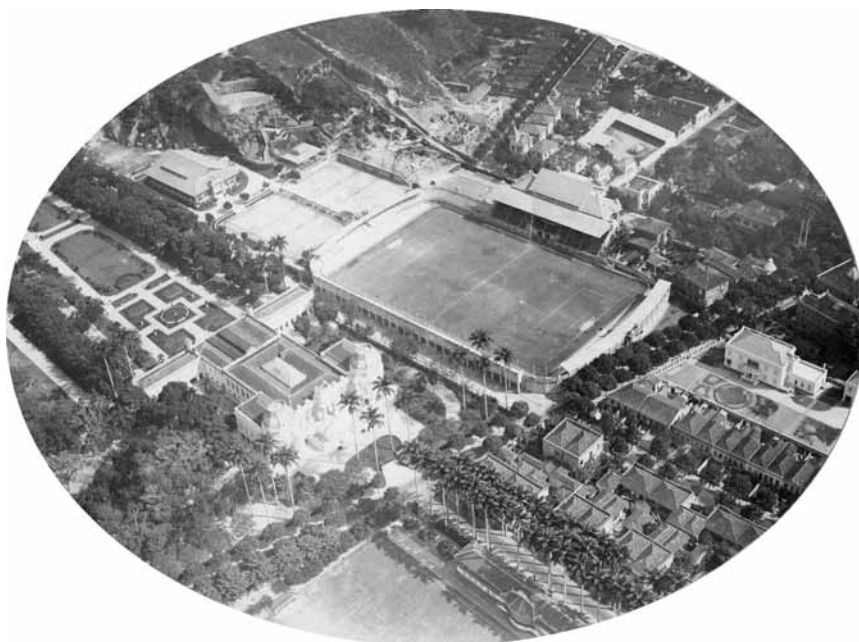
Pavilhão de regatas na enseada de Botafogo, c. 1906
Marc Ferrez

Brás, Charles Miller, foi considerado o “fundador” do futebol por ter trazido da Inglaterra, em 1894, duas bolas, uma agulha, uma bomba de ar e dois uniformes completos, tendo sido o organizador do esporte em São Paulo.¹⁷³ O futebol teria se estabelecido no Rio de Janeiro apenas em 1901, por intermédio de Oscar Alfredo Cox, que conseguiu formar a primeira equipe carioca – o *Rio Team*. Em 1902, o mesmo grupo de amigos jogadores fundou o clube de futebol mais antigo do país: o Fluminense Football Club. Dois anos mais tarde, era fundado o Botafogo Futebol e Regatas.

Populares sem os ingressos para assistir ao jogo do Fluminense. O Malho, 28.10.1905
Scenas Cariocas



**Vista aérea do campo
do Fluminense, c. 1920**
Jorge Kfury



O primeiro campeonato carioca de futebol foi realizado em 1906, sendo o Fluminense o campeão. No início, o futebol era exclusivo das elites brancas e aristocráticas, fato que gerou situações insólitas, como a ocorrida em 1912, quando o mulato Carlos Alberto, convidado para jogar no Fluminense, teve de usar pó de arroz para “clarear” a pele. Daí o apelido do time tricolor.¹⁷⁴ Depois da década de 1910, o futebol se popularizaria, transformando-se na grande paixão nacional.

Os novos costumes levariam a uma padronização de hábitos, que refletiram duas fortes tendências da cultura da cidade, desenvolvidas ao longo do século xx: de um lado, a europeização; de outro, o aparecimento da cultura de massas.

**Vista aérea da praça Mauá
e avenida Rio Branco, 1920**
Jorge Kfury



CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Vitrine da cidade” no início, centro de grandes acontecimentos populares depois, a avenida Central, ou melhor, a avenida Rio Branco logo se tornou o palco mais eclético, concorrido e democrático da cidade do Rio de Janeiro. O cenário onde entram todos, seja para o trabalho, para a festa ou para as grandes manifestações políticas. O engenheiro Luis Dodsworth Martins, sobrinho e colaborador de Paulo de Frontin, o chefe da Comissão Construtora da avenida Central, em discurso no Clube de Engenharia para celebrar o centenário de nascimento do ilustre engenheiro, comemorado em 1960, resumiu boa parte da importância dessa obra para a história do Rio de Janeiro:

A construção da avenida Central representou, pois, no seu tempo, uma ousada prova de confiança no futuro do Brasil. As obras municipais, em geral, de planos estreitos e recursos limitados, não produzem mutações de fundo e não possuem o dom de emocionar a população. Tal não aconteceu com a avenida, que transcendeu de um significado puramente local para indicar a renovação de todo o país.¹⁷⁵

**Vista aérea da avenida
Rio Branco, destacando-se o
edifício do jornal
A Noite, c. 1930**
Anônimo



NOTAS E REFERÊNCIAS

- 1 Apud BENCHIMOL, Jaime. "O Haussmanismo na Cidade do Rio de Janeiro". In: AZEVEDO, André Nunes (org.). *Anais do seminário do Rio de Janeiro: capital e capitalidade*. Rio de Janeiro: Departamento Cultural/NAPE/DEPEXT/SR-3/UERJ, 2002, pp. 133 e 134.
- 2 FREIRE, Felisbello. *História da cidade do Rio de Janeiro*, v. 1, 1564-1700. Rio de Janeiro: Typ. da "Revista dos Tribunaes", 1912, p. 314.
- 3 FRANÇA, Jean. M. C. *Visões do Rio de Janeiro colonial: antologia de textos 1531-1800*. Rio de Janeiro: José Olympio / Eduerj, 1999, p. 36.
- 4 LESSA, Carlos. *O Rio de todos os Brasis [uma reflexão em busca da auto-estima]*. Rio de Janeiro, Record, 2000, p. 44.
- 5 BENCHIMOL, Jaime. *Pereira Passos: um Haussmann tropical. A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século xx*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1992, p. 25.
- 6 LESSA, Carlos. *Op.cit.*, p. 77.
- 7 ABREU, Maurício de A. "A cidade, a montanha e a floresta". In: ABREU, Maurício de A. *Natureza e sociedade no Rio de Janeiro*, p. 55.
- 8 NEEDEL, J. D. *Belle Époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. Tradução de Celso Nogueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 44.
- 9 EBEL, Ernst. *O Rio de Janeiro e seus arredores em 1824*. Tradução de Joaquim de S. Leão Filho. São Paulo: Nacional, 1972, p.12.
- 10 BIBLIOTECA NACIONAL. A Coleção do Imperador: Fotografia Brasileira e Estrangeira no Século XIX. Catálogo da exposição realizada no Centro Cultural Banco do Brasil, de 30 de janeiro a 23 de março de 1997, p. 38. (Textos de Joaquim Marçal F. de Andrade e Marcus Venício T. Ribeiro). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional/Centro Cultural Banco do Brasil.
- 11 Apud LIERNUR, Jorge. F. "Rio de Janeiro e Buenos Aires, 1880-1930". In: *Rio de Janeiro e Buenos Aires. Duas cidades modernas. Fotografias 1900-1930*. Rio de Janeiro: BNDES e Buenos Aires: BICE, 2004, p. 34.
- 12 LESSA, Carlos. *Op.cit.*, p. 115.
- 13 LOBO, Eulália. M. L. *Imigração portuguesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2001, p. 41 e PEREIRA, Leonardo, p. 62.
- 14 *Nosso Século: memória fotográfica do Brasil no século XX, 1900-1910, "Capital Federal"*. São Paulo: Abril Cultural, 1980, p. 20.
- 15 EDMUNDO, Luís. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Conquista, 1957.
- 16 CARVALHO, José. M. de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*. 3ª ed., 12ª reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 18.
- 17 CARVALHO, José Murilo de. *Op. cit.*, 2002, p. 17.
- 18 LESSA, Carlos. *Op. cit.*, p. 162.
- 19 EDMUNDO, Luís. *O Rio de Janeiro do meu tempo*, v. 1. Rio de Janeiro: Conquista, 1956, pp. 52-62.
- 20 SOLIS, Sidney S. F. e RIBEIRO, Marcus V. T. "O Rio de Janeiro onde o sol não brilha: acumulação e pobreza na transição para o capitalismo". *Revista Rio de Janeiro*, Ano I, v. 1. Niterói: Eduff, dezembro de 1985, pp. 45-59.
- 21 Idem, *ibidem*, p. 50.
- 22 MACHADO DE ASSIS, J. M. "A Semana", 16 de outubro de 1892.
- 23 BARRETO, A. H. de Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*, parte I, capítulo 1. São Paulo: Brasiliense, 1956.
- 24 EDMUNDO, Luís. *Op. cit.*, v. II, p. 265.
- 25 ABREU, M. de A. "A Cidade, a Montanha e a Floresta". In: ABREU, Maurício de (org.). *Op. cit.*, 1992, p. 90.
- 26 BENCHIMOL, Jaime. *Op. cit.*, 1992, p. 74.
- 27 CARVALHO, Lia de A. *Contribuições ao estudo das habitações populares. Rio de Janeiro, 1886-1906*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1995, p. 136.
- 28 Idem, *ibidem*, p.140.
- 29 Id., *ibid.*, p. 145.
- 30 CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*, 3ª reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p.15.
- 31 SOLIS, Sidney S. F. e RIBEIRO, Marcus V. T. *Art. cit.*, 1985, p. 54.
- 32 Apud BENCHIMOL, Jaime. *Op. cit.*, 1992, p.114.
- 33 Idem, *ibidem*, p. 179.
- 34 BRENNNA, Giovanna R. Del (org.). *O Rio de Janeiro de Pereira Passos: uma cidade em questão II*. São Paulo: Index, 1985, p. 255.
- 35 Apud BARBOSA, Jorge L. "Olhos de ver, ouvidos de ouvir: os 'ambientes malsãos' da capital da República". In: ABREU, Maurício de (org.). *Op. cit.*, 1992, p. 317.
- 36 BRENNNA, Giovanna R. Del (org.). *Op. cit.*, pp. 116 e 117.
- 37 BENCHIMOL, Jaime. *Op.cit.*, p. 178.
- 38 WISSEMBACH, Maria C. C. "Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível". In: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil República: da Belle Époque à Era do Rádio*. 5ª reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 105.
- 39 Apud BARBOSA, Jorge L. *Art. cit.*, 1992, p. 324.
- 40 CARVALHO, Maria A. R. de. *Quatro vezes cidade*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994, p. 37.
- 41 BENCHIMOL, Jaime L. *Op. cit.*, 1992, p. 193.
- 42 ARGAN, Giulio C. *Arte moderna. Do iluminismo aos movimentos contemporâneos*. Tradução de Denise Bottmann e Federico Carotti. 3ª reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 186.
- 43 ATAÍDE, Raimundo de. *Pereira Passos – Biografia e história*. Rio de Janeiro: A Noite, 1994, p.109.

- 44 BENCHIMOL, Jaime L. *Op.cit.*, 1992, p. 205.
- 45 Crítica de um deputado aos engenheiros da Escola Politécnica, citada por CARVALHO, Maria A. R. de. *Op. cit.*, p. 68.
- 46 *O Paiz*, 26 de julho de 1903.
- 47 BRENNA, Giovanna R. Del. *Op. cit.*, 1985, p. 105.
- 48 SOLIS, Sidney S. F. e RIBEIRO, Marcus V. T. Art. cit., pp. 45-59.
- 49 CARVALHO, Maria A. R. de. *Op.cit.*, p. 41.
- 50 "O porto do Rio de Janeiro". *O Commentario*, junho de 1903. In: BRENNA, Giovanna R. Del. *Op. cit.*, 1985, p.72.
- 51 *Nosso Século, 1900/10*, 2. São Paulo: Abril Cultural, 1980, p.34.
- 52 BRENNA, G. R. Del. *Op cit.*, p. 56.
- 53 *Nosso Século: 1900/10*, 2, p. 34.
- 54 BENCHIMOL, Jaime L. *Op. cit.*, 1992, pp. 224 e 225.
- 55 BRENNA, Giovanna R. Del (org.). *Op. cit*, p. 80.
- 56 Idem, ibidem, pp. 98 e 99.
- 57 Id., ibid., p. 53.
- 58 Id., ibid., p. 54.
- 59 *Nosso Século, 1900-1910*. Texto cit., p. 22.
- 60 TÁTI, Miécio. *O mundo de Machado de Assis (o Rio na obra de Machado de Assis)*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1995, p. 174.
- 61 BRENNA, G. R. Del (org.). *Op. cit*, p. 65.
- 62 Idem, ibidem, pp. 28 e 101.
- 63 Id., ibid., p. 98.
- 64 Id., ibid., p. 213.
- 65 FERREZ, Gilberto F. e SANTOS, P. F. dos. *O álbum da Avenida Central. Um documento fotográfico da construção da Avenida Rio Branco*. Rio de Janeiro, 1903-1906. Introdução de Gilberto Ferrez e estudo de Paulo F. Santos. Rio de Janeiro: João Fortes Engenharia; São Paulo: Ex-Libris, 1982, p.17.
- 66 BRENNA, Giovanna R. Del (org.). *Op. cit.*, p. 213.
- 67 BILAC, Olavo. *Kósmos*, setembro de 1904, p. 164.
- 68 BRENNA, Giovanna R. Del (org.). *Op. cit.*, p. 297.
- 69 Idem, ibidem, p. 299.
- 70 ROCHA, Oswaldo P. R. *A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro, 1870-1920*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1995, p. 102.
- 71 "A Cidade", *O Commentario*, junho 1903, p. 154. In: BRENNA, Giovanna R. Del (org.). *Op. cit.*, p. 73.
- 72 *Apud* BENCHIMOL, Jaime. *Op. cit.*, 1992, p. 289.
- 73 BARRETO, A. H. de Lima. *Clara dos Anjos*. São Paulo: Brasiliense, 1956.
- 74 ROCHA, Oswaldo P. *Op. cit*, p. 101.
- 75 WISSEMBACH, M. C. C. Art. cit., p. 97.
- 76 *Nosso Século, 1900-1910*. *Op. cit.*, 1980, p. 36.
- 77 CARVALHO, José M. de. *Op. cit.*, 2002, pp. 94 e 95.
- 78 Planta com propriedade inseticida.
- 79 BENCHIMOL, Jaime L. *Febre amarela: a doença e a vacina, uma história inacabada*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004, p. 44
- 80 BENCHIMOL, Jaime L. *Op. cit.*, 1992, p. 296.
- 81 CHALHOUB, Sidney. *Op. cit.*, 1996, p. 137.
- 82 *Apud* SCHIAVINNATO, Iara L. C. S. *A República do progresso*. 8ª ed. São Paulo: Atual, 1994.
- 83 *Nosso Século, 1900-1910*, p. 38.
- 84 PEREIRA, Leonardo. *As barricadas da saúde. Vacina e protesto popular no Rio de Janeiro da Primeira República*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002, p. 42.
- 85 SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Scipione, 1993, p.19.
- 86 Idem, ibidem, pp.71 e 72.
- 87 PEREIRA, Leonardo. *Op. cit.*, 2002, p. 53.
- 88 ["Gazetilha", *J. C.*, 14.11.1904] In: BRENNA, Giovanna R. Del (org.). *Op. cit.*, 1985, pp. 276 e 277.
- 89 *Nosso Século, 1900-1910*, p. 39.
- 90 SEVCENKO, Nicolau. *Op. cit.*, 1993, pp. 29 e 30.
- 91 ["Gazetilha", *J. C.*, 17.11.1904]. In: BRENNA, Giovanna R. Del (org.). *Op. cit.*, 1985, pp. 278 e 279.
- 92 [*Gazeta de Notícias*], 17 de novembro de 1904. In: PEREIRA, Leonardo. *Op. cit.*, 2002, p.77.
- 93 ["Gazetilha", *J. C.*, 17.11.1904], Pereira Passos, 278 e 279.
- 94 CARVALHO, J. M. de. *Op. cit.*, p. 126.
- 95 BARRETO, A. H. de Lima. *Diário íntimo*. São Paulo: Mérito, 1953, p. 21.
- 96 *Apud* SEVCENKO, Nicolau. *Op.cit*, 1993, p.74.
- 97 PEREIRA, Leonardo. *Op.cit.*, 2002, p.115.
- 98 SEVCENKO, Nicolau. *Op.cit.*, 1993, p. 70.
- 99 NEEDELL, Jeffrey D. *Belle Époque Tropical*. Tradução de Celso Nogueira, 1993, p. 58.
- 100 ROCHA, Oswaldo P. R. *Op. cit.*, 1995, p. 67.
- 101 CAMPOS, Candido de M. *Os rumos da cidade: urbanismo e modernização em São Paulo*. São Paulo: Senac-SP, 2002, p.135.
- 102 ROCHA, Oswaldo P. *Op.cit.*, p.100.
- 103 BRENNA, Giovanna R. Del (org.). *Op. cit.*, 1985, pp. 123 e 163.

- 104 Apud ROCHA, Oswaldo P. *Op.cit.*, p. 68.
- 105 LESSA, Carlos. *Op. cit.*, 2000, p. 201.
- 106 MALTA, Augusto. *O Rio de Janeiro do botas-abaixo*. Textos de Marques Rebelo e Antônio Bulhões. Rio de Janeiro: Salamandra, 1997, p.118.
- 107 FERREZ, Gilberto e SANTOS, Paulo F. *Op. cit.*, 1982, p. 37.
- 108 LESSA, Carlos. *Op. cit.*, 2000, p. 208.
- 109 BRENNNA, Giovanna R. Del (org.). *Op. cit.*, 1985, p. 368.
- 110 Idem, ibidem, p. 382.
- 111 "Gazetilha", *J. C.*, 15.11.1906. In: BRENNNA, Giovanna R. Del. (org.). *Op. cit.*, 1985, p. 546.
- 112 REZENDE, Renato. *Av. Rio Branco, 100 anos: um projeto de futuro*. Rio de Janeiro: Usina das Artes, 2002, p. 20.
- 113 "Avenida Central", *G. N.*, 9.3.1904. In: BRENNNA, Giovanna R. Del. *Op. cit.*, 1985, p. 154.
- 114 ATHAYDE, Raymundo de. *Paulo de Frontin: biografia*. Rio de Janeiro: Edição Especial do Clube de Engenharia, 1962, p.104.
- 115 *Tagarela*, 8.9.1904 . In: BRENNNA, Giovanna R. Del (org.). *Op. cit.*, 1985, p. 231.
- 116 REZENDE, Renato. *Op. cit.*, 2002, p. 20.
- 117 "15 de Novembro", *O Paiz*, 16.11.1905. In: BRENNNA, Giovanna R. Del (org.). *Op. cit.* 1985, p. 394.
- 118 MALTA, Augusto. *Op. cit.*, 1997, p. 122.
- 119 FERREZ, Gilberto e SANTOS, Paulo F. *Op. cit.*, 1982, p.18.
- 120 CARVALHO, J. C.de M. "Pulcherrima Rerum", p. 4. Apud Needell, Jeffrey D. *Op. cit.*, 1993, p. 68.
- 121 VELLOSO, Mônica P. *As tradições populares na Belle Époque carioca*. Rio de Janeiro: Funarte/Instituto Nacional do Folclore, 1988, p.11.
- 122 EDMUNDO, Luís. *De um livro de memórias*, v. 1. pp.162-3. Apud NEEDELL, Jeffrey D. *Op. cit.*, 1993, pp. 72 e 73.
- 123 *O Paiz*, 9.12.1905, p. 2. Apud ARAÚJO, Rosa M. B. de. *A vocação do prazer. A cidade e a família no Rio de Janeiro republicano*. Prefácio de Richard Morse. Rio de Janeiro: Rocco, 1993, p. 328.
- 124 SEVCENKO, Nicolau. *Op. cit.*, 1998, p. 26.
- 125 *Nosso Século, 1900/10*, 2, p. 41.
- 126 BARRETO, A. H. de Lima. *Os bruzundangas*. Porto Alegre: L&PM, 1998, p. 106.
- 127 SCHAPOCHNIK, Nelson. "Cartões-postais, álbuns de família e ícones de intimidade". In: SEVCENKO, Nicolau. *Op. cit.*, 1998, p. 440.
- 128 SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ª ed. ver. e ampl. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p.46.
- 129 SEVCENKO, Nicolau. *Op. cit.*, 2003, p. 46.
- 130 COSTA, Angela M. da C. e SCHWARCZ, Lilia M. *1890-1914. No tempo das certezas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 71.
- 131 SEVCENKO, Nicolau. *Op. cit.*, 2003, p. 44.
- 132 COSTA, Angela M. da C. e SCHWARCZ, Lilia M. *Op. cit.*, 2000, p. 71.
- 133 Idem, ibidem, p. 71.
- 134 SEVCENKO, Nicolau. "A capital irradiante, técnica, ritmos e ritos do Rio". In: SEVCENKO, Nicolau . *Op. cit.*, 1998, p. 534.
- 135 *Revista Kosmos*, 1907. Apud *Nosso Século, 1900/10*, 2, p. 46 e 47.
- 136 SEVCENKO, Nicolau. *Op. cit.*, 2003, p. 40.
- 137 *Nosso Século, 1900/10*, 2, p. 42.
- 138 ARAÚJO, Rosa M. B. de. *Op. cit.*, 1993, p. 83.
- 139 Idem, ibidem, p. 350.
- 140 Id., ibid., 1993, p. 342.
- 141 *O Paiz*, 1.1.1908, p.1. Apud ARAÚJO, Rosa M. B. de. *Op. cit.*, 1993, p. 340.
- 142 "Visitas presidenciais", *Jornal do Brasil* 13.11.1906. In: BRENNNA, Giovanna R. Del (org.). *Op. cit.*, 1985, pp.538 e 539.
- 143 Apud ARAÚJO, Rosa M. B. de. *Op. cit.*, 1993, p. 342.
- 144 SOUZA, Lara L. S. C. *Op. cit.*, 1994, p. 39.
- 145 DO RIO, João. "Visões de ópio", Rio, 1952, p. 85. Apud VELLOSO, M. P. *Op. cit.*, 1988, p. 27.
- 146 ARAÚJO, Rosa M. B. de. *Op. cit.*, 1993, p. 359.
- 147 *O Paiz*, 15.10.1917. Apud VELLOSO, Mônica P. *Op. cit.*, 1988, pp. 24 e 25.
- 148 BILAC, Olavo. "Chronica", *Kósmos*, outubro de 1906. Apud BRENNNA, Giovanna R. Del (org.). *Op. cit.*, 1985, p.12.
- 149 VELLOSO, Mônica P. *A cultura das ruas no Rio de Janeiro (1900-1930). Mediações, linguagens e espaço*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2004, p. 32.
- 150 ARAÚJO, Rosa M. B. de. *Op. cit.*, 1993, p. 369.
- 151 BARRETO, A. H. Lima. *Histórias e sonhos*, 1956, pp.79 e 80. Apud VELLOSO, Mônica P. *Op. cit.*, 1988, p. 50.
- 152 Os "Índios". *Fon-Fon!*, 23/1/1909. Apud COSTA, Angela M. da e SCHWARCZ, Lilia M. *Op. cit.*, 2000, pp. 92 e 93.
- 153 *Nosso Século, 1900-1910*, 3, p. 71. Apud COSTA, Angela M. da e SCHWARCZ, L. M. *Op. cit.*, 2000, p. 82.
- 154 Idem, ibidem, p.71.
- 155 Idem, ibidem, p. 73.
- 156 ARAÚJO, Rosa M. B. de. *Op. cit.*, 1993, p. 329.
- 157 Idem, ibidem, p. 329.
- 158 Apud SOUZA, Lara L. S. C. *Op. cit.*, 1994, p. 20.
- 159 *Nosso Século, 1900/10*, 3, p. 77.
- 160 COSTA, Angela M. da e SCHWARCZ, Lilia M. *Op. cit.*, 2000, p. 80.
- 161 Apud *Nosso Século, 1900-1910*, 3, p. 74.

- 162 *Nosso Século, 1900/10*, v. 11.
 163 ARAÚJO, Rosa M. B. de. *Op. cit.*, 1993, p. 342.
 164 *Nosso Século, 1900-1910*, v.11, p. 230.
 165 Idem, *ibidem*, p. 230.
 166 VELLOSO, Mônica P. *Op. cit.*, 1998, p. 19.
 167 Idem, *ibidem*, p. 43.
 168 *Nosso Século, 1900-1910*, v. 10, p. 218.
 169 Idem, pp. 219 e 220.
 170 EDMUNDO, Luís. *O Rio de Janeiro do meu tempo. Apud ARAÚJO, Rosa M. B. de Op. cit.*, 1993, p. 321.
 171 Idem, *ibidem*, p. 323.
 172 Id., *ibid.*, p. 314.
 173 www.fluminense.com.br
 174 LESSA, Carlos. *Op. cit.*, 2000, p. 230.
 175 Separata da Revista do *Clube de Engenharia*, nº 290, outubro de 1960.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Maurício de Almeida (org). *Natureza e sociedade no Rio de Janeiro*. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro / Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes; Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural. Coleção Biblioteca Carioca, 1992.
- _____. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. 3ª ed. Rio de Janeiro: IplanRio, 1997.
- ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. *A vocação do prazer. A cidade e a família no Rio de Janeiro republicano*. Prefácio de Richard Morse. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- ARGAN, Giulio Carlo. *Arte Moderna. Do Iluminismo aos movimentos contemporâneos*. Tradução de Denise Bottmann e Federico Carotti. 3ª reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- ASSIS, Machado de. "A Semana", 16 de outubro de 1892.
- _____. *Esaú e Jacó*. São Paulo: W. M. Jackson, 1942.
- ATAÍDE, Raimundo de. *Pereira Passos – biografia e história*. Rio de Janeiro: A Noite, 1994.
- ATHAYDE, Raymundo de. *Paulo de Frontin: biografia*. Rio de Janeiro: Edição Especial do Clube de Engenharia, 1962.
- AZEVEDO, Aluísio. *O Cortiço*. 6ª ed. São Paulo: Ática, 1978.
- AZEVEDO, André Nunes (org). *Anais do seminário Rio de Janeiro: capital e capitalidade*. Rio de Janeiro: Departamento Cultural/NAPE/DEPEXT/SR-3/UERJ, 2002.
- BARBOSA, Jorge Luiz. "Olhos de ver, ouvidos de ouvir: os 'ambientes malsãos' da capital da República." In: ABREU, Maurício de Almeida (org). *Natureza e sociedade no Rio de Janeiro*. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro / Secretaria Municipal de Cultura, 1992. Coleção Biblioteca Carioca.
- BARRETO, A. H. de Lima. *Clara dos Anjos*. São Paulo: Brasiliense, 1956.
- _____. *Triste Fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo: Brasiliense, 1956.
- _____. *Recordações do escrívão Isaias Caminha*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- _____. *Diário íntimo*. São Paulo: Mérito, 1953.
- _____. *Histórias e sonhos*. São Paulo: Brasiliense, 1956.
- _____. *Os Bruzundangas*. Porto Alegre: L&PM, 1998.
- BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical; a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século xx*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.
- _____. (org.). *Febre amarela: a doença e a vacina, uma história inacabada*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.
- BIBLIOTECA NACIONAL. *A Coleção do Imperador: Fotografia Brasileira e Estrangeira no Século XIX*. Catálogo da exposição realizada no Centro Cultural Banco do Brasil, de 30 de janeiro a 23 de março de 1997, (Textos de Joaquim Marçal F. de Andrade e Marcus Venício T. Ribeiro). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional/ Centro Cultural Banco do Brasil.
- BRENNA, Giovana Rosso Del (org.). *O Rio de Janeiro de Pereira Passos: uma cidade em questão II*. Rio de Janeiro: Index, 1985.
- CAMPOS, Candido de Malta. *Os rumos da cidade: urbanismo e modernização em São Paulo*. São Paulo: Senac-SP, 2002.
- CAMPOS, Fernando Ferreira. *Um fotógrafo, uma cidade: Augusto Malta, Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Maison Graphique, 1987.
- CARRER, Aline (concepção). *Rio de Assis. Imagens machadianas do Rio de Janeiro*. Introdução de John Gladson e notas de Pedro da Cunha Menezes. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 1999.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3ª ed., 12ª reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- CARVALHO, Lia Aquino. *Contribuições ao estudo das habitações populares. Rio de Janeiro 1886-1906*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1995. (Publicado junto com ROCHA, Oswaldo P., *A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro 1870-1920*).
- CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *Quatro vezes cidade*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*, 3ª reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- COSTA, Angela Marques da, e SCHWARCZ, Lília Moritz. *1890-1914. No tempo das certezas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CZAJKOWSKI, Jorge (org.). *Guia da arquitetura eclética no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Centro de Arquitetura e Urbanismo, 2000.

EBEL, Ernst. *O Rio de Janeiro e seus arredores em 1824*. Tradução de Joaquim de S. Leão Filho. São Paulo: Nacional, 1972.

EDMUNDO, Luís. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Rio de Janeiro: Conquista, 1957. 5 vs.

FABRIS, Annateresa. *Eclétismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: Nobel / Edusp, 1987.

FERREZ, Gilberto. *O Rio antigo do fotógrafo Marc Ferrez: paisagens e tipos humanos do Rio de Janeiro (1865-1918)*. Rio de Janeiro: João Fortes Engenharia; São Paulo: Ex-Libris, 1984.

FERREZ, Gilberto e SANTOS, Paulo F. dos. *O álbum da Avenida Central: um documento fotográfico da construção da Avenida Rio Branco*. Rio de Janeiro: João Fortes Engenharia; São Paulo: Ex-Libris, 1982. Estudo e reedição da obra original de Marc Ferrez. *Fon-Fon!* Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 1909.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Visões do Rio de Janeiro Colonial: antologia de textos 1531-1800*. Rio de Janeiro: José Olympio e Eduerj, 1999.

FREIRE, Felisbello. *História da Cidade do Rio de Janeiro*, v. 1, 1564-1700. Rio de Janeiro: Typ. da "Revista dos Tribunaes", 1912.

Kosmos. Rio de Janeiro: abril de 1904; setembro de 1904; agosto de 1905; outubro de 1905; outubro de 1906.

LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. *Dos trapiches ao porto: um estudo sobre a área portuária do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro/Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes/Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1991.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O homem e a Guanabara*. 2ª ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1964.

LESSA, Carlos. *O Rio de todos os Brasis [uma reflexão em busca da auto-estima]*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LIERNUR, Jorge Francisco; TURAZZI, Maria Inez e PRIAMO, Luís. *Rio de Janeiro-Buenos Aires, duas cidades modernas. Fotografias 1900-1930*. Rio de Janeiro: BNDES e Buenos Aires: BICE, 2004.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Imigração portuguesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2001.

MALTA, Augusto. *O Rio de Janeiro do Bota-Abaixo*. Textos de Marques Rebelo e Antônio Bulhões. Rio de Janeiro: Salamandra, 1997.

MARTINS, Luiz Dodsworth. *A presença de Paulo de Frontin*. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1966.

MOTTA, Marly. *Rio, cidade-capital*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES. *Registro fotográfico de Marc Ferrez da construção da Avenida Rio Branco. 1903-1906*. Rio de Janeiro, 1982.

NEEDELL, Jeffrey D. *Belle Époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

NEVES, Margarida. "Brasil, acertai vossos ponteiros". In: MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS. *Brasil, acertai vossos ponteiros*. Rio de Janeiro, 1991, pp. 53-65. Catálogo da exposição.

NOSSO SÉCULO: memória fotográfica do Brasil no século xx. São Paulo: Abril Cultural, 1980. 6 v.

O Malho. Rio de Janeiro, 18 de abril de 1903; 18 de julho de 1903 e 2 de janeiro de 1904.

PECHMAN, Robert Moses (org). *Olhares sobre a cidade*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

PEREIRA, Leonardo. *As barricadas da Saúde. Vacina e protesto popular no Rio de Janeiro da Primeira República*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

PEREIRA, Sonia Gomes. *A reforma urbana de Pereira Passos e a construção da identidade carioca*. Rio de Janeiro: UFRJ / Escola de Belas Artes, 1998.

RABELO, Marques e BULHÕES, Antônio. *Rio de Janeiro do bota- abaixo: fotografias de Augusto Malta*. Rio de Janeiro: Salamandra, 1997.

REZENDE, Renato. *Avenida Rio Branco 100 anos: um projeto de futuro*. Rio de Janeiro: Usina das Artes, 2002.

RIO, João do (pseudônimo de Paulo Barreto). *A alma encantadora das ruas*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1991.

_____. *A profissão de Jacques Pedreira*. Rio de Janeiro: Casa Rui Barbosa, 1992.

_____. "Visões d'ópio". Rio de Janeiro: *Gazeta de notícias*, 07/01/1905.

ROCHA, Oswaldo Porto. *A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro 1870-1920. Rio de Janeiro 1886-1906*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1995. (Publicado junto com CARVALHO, Lia de A. *Contribuições ao estudo das habitações populares*.)

SCHAPOCHNIK, Nelson. "Cartões-postais, álbuns de família e ícones da intimidade". In: SEVCENKO, Nicolau (org). *História da vida privada no Brasil. República: da Belle Époque à Era do Rádio*. 5ª reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. v.3, p. 423-512.

SCHIAVINNATO, Iara L. C. S. *A República do progresso*. 8ª ed. São Paulo: Atual, 1994.

SCHWARZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SEVCENKO, Nicolau. "A capital irradiante: técnicas, ritmos e ritos do Rio". In: SEVCENKO, Nicolau (org). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 5ª reimp., 1998. v.3, pp. 513-619.

_____. *Literatura como missão. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. *A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Scipione, 1993.

SOLIS, Sidney Sérgio Fernandes; e RIBEIRO, Marcus Venício T. "O Rio onde o sol não brilha: acumulação e pobreza na transição para o capitalismo". In: *Revista Rio de Janeiro*, Ano I, nº 1. Niterói: Eduff, dezembro de 1985.

TÁTI, Miécio. *O mundo de Machado de Assis (o Rio na obra de Machado de Assis)*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural. Divisão de Editoração, 1995.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *A cultura das ruas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2004.

_____. *As tradições populares na Belle Époque carioca*. Rio de Janeiro: Funarte/Instituto Nacional do Folclore, 1988.

WISSEMBACH, Maria Cristina Cortez. "Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível. In: SEVCENKO, Nicolau (org). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 3.

CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

Acervo Instituto Moreira Salles

Coleção Gilberto Ferrez: páginas 05, 06, 07, 15, 16, 17, 18, 21 (acima à esq.), 22, 23 (abaixo), 25, 31 (abaixo), 32, 42, 44, 45 (acima), 45 (abaixo à esq.), 46, 47, 50, 71, 72, 73, 74, 75, 76 (acima), 77 (acima), 80 (abaixo), 89 (abaixo), 90, 95 (acima), 97, 100, 101 (acima), 103 (acima), 104 e 112 (as duas fotos abaixo).

Col. Brascan - 100 anos no Brasil: páginas 19, 24, 26 (acima), 35, 37 (as duas acima), 41, 43, 51, 61, 82, 83 (no meio), 94 (abaixo) e 105 (The Aircraft Operating Co.).

Acervo Tinhorão: páginas 33, 37 (abaixo), 39, 45 (abaixo à esq.), 48, 49 (à dir.), 52 (acima), 55 (acima), 59, 63, 64, 66, 67, 69, 76 (abaixo), 80 (acima), 83 (acima), 83 (abaixo), 84, 92 (abaixo), 94 (acima), 98, 101 (abaixo) e 103.

Outras imagens: páginas 08, 20 (acima à dir.), 20 (abaixo), 40, 52 (abaixo), 53, 54, 55 (abaixo), 56, 57, 68, 70, 77 (abaixo), 78 (acima), 79, 88, 89 (acima), 91, 92 (acima), 93, 95 (abaixo), 96, 102 (abaixo) e 112 (as duas fotos acima).

Museu Imperial/IPHAN/MinC

Coleção Maria Cecília e Paulo Geyer: páginas 10 (acima), 11 (acima), 12, 13 (acima) e 14.

Mapoteca do Ministério das Relações Exteriores no Rio de Janeiro: página 10 (abaixo).

Museus Castro Maya – IPHAN/MinC: páginas 11 (abaixo) e 13 (abaixo).

Acervo Museu Histórico Nacional: páginas 20 e 23 (acima), páginas 26 (abaixo) e 49 (à esq.),

Acervo Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro: páginas 27, 28, 29, 30, 86, 87, 99 e 102 (acima).

Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil: página 31 (acima).

Coleção particular: página 38

Ilustrações de Ivan Wasth Rodrigues: página 58.

Acervo Casa Oswaldo Cruz – Fiocruz: página 60.

Acervo da Biblioteca da Fundação Casa de Rui Barbosa: página 65.

Coleção Álvaro de Frontin Werneck: páginas 78 (abaixo) e 85.

Acervo Serviço de Documentação da Marinha: página 104 (acima).

Página 19

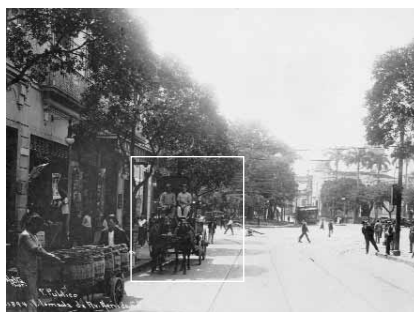


Manière de porter le Bom Dieu aux riches et aux personnes attachés à la cour (Carruagem levando o Santíssimo), 1822
Jean-Baptiste Debret

Página 21



A



B



C

A – Praça da República, c. 1890

Augusto Malta

B – Avenida Mem de Sá, 1924

Augusto Malta

C – Avenida Marechal Floriano, c. 1915-1920

Marc Ferrez

Páginas 45, 50 e 90



Largo da Sé. Rio, 15.3.1907

Augusto Malta

 Instituto
UNIBANCO

Parceiros:



Apoio:



Lei de
Incentivo
à Cultura

Desenvolvimento:

BEĨ